

FACULDADE DE LETRAS



**OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO
NOS
ARQUIVOS MUNICIPAIS DO SUL DE PORTUGAL**

ALEXANDRA ISABEL JANEIRO CENTENICO

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em
Ciências da Documentação e Informação

2021

RESUMO

O objetivo geral da presente investigação é conhecer os recursos humanos existentes nos arquivos municipais a sul do Tejo, tendo por base a pergunta de partida com que Recursos Humanos se dotam os Arquivos Municipais a Sul do Tejo?

Como objetivos específicos pretende-se identificar o número de recursos humanos existentes nos arquivos municipais e caracterizá-los quanto à categoria profissional, sexo, formação e faixa etária, bem como perceber quem são os responsáveis pelos arquivos municipais, e as suas qualificações.

A investigação pretende dar a conhecer o que existe, saber *Quantos São?* Mas também o que não existe, efetuando um levantamento do número dos profissionais existentes, bem como da sua categoria profissional, sexo, formação e faixas etárias com vista a saber *Quem é Quem nos Arquivos Municipais?*

A metodologia utilizada para a elaboração da investigação partiu inicialmente de uma fundamentação teórica, constituída na forma de revisão de literatura, através do método de análise documental. A recolha de dados foi efetuada através de um inquérito por questionário, enviado aos 57 arquivos municipais pertencentes aos distritos de Beja, Évora, Faro e Setúbal situados a sul do Tejo. Na fundamentação teórica, contextualizou-se os arquivos municipais enquanto serviço e instituição preservadora da memória, e os profissionais da informação tidos como todos os profissionais com ou sem formação, que atuam, exercem a profissão ou têm a informação como objeto da sua profissão no âmbito dos arquivos municipais. Abordando estudos anteriores, realizados no âmbito dos Grupos de Trabalho dos Arquivos Municipais da BAD, bem como um enquadramento normativo da profissão, incluindo as competências e funções dos profissionais da informação.

A realização deste estudo permitiu aferir a existência de 221 profissionais da informação, destes, 51 possuem formação superior em Ciência da Informação, resultado contrariamente ao desejável, revelando uma realidade desoladora e a urgente necessidade de implementação de políticas públicas que revertam este cenário.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivista; Arquivo Municipal; Formação; Profissional da Informação

ABSTRACT

The general objective of this research is to know the human resources that exists in the municipal archives south of the Tejo river, based on the starting question what are the Human Resources in the Municipal Archives south of the Tejo?

The specific objectives are intended to identify the number of Human Resources existing in the municipal archives and to characterize them in terms of professional category, sex, training, and age group, as well as to understand who are responsible for the municipal archives, and their qualifications.

The research intends to make known what exists, and how many are? But also, what does not exist, by carrying out a survey of the number of existing professionals, as well as their professional category, sex, training, and age groups to know who is Who in the Municipal Archives?

The methodology used for the preparation of the research initially started from a theoretical foundation, constituted in the form of a literature review, through the documentary analysis method. The data collection was carried out through a questionnaire survey sent to the 57 municipal archives belonging to the districts of Beja, Évora, Faro and Setúbal located south of the Tejo. In the theoretical foundation, the municipal archives were contextualized as a service and institution that preserves memory, and the information professionals considered as all professionals with or without training, who work, practice the profession or have information as the object of their profession within the scope of municipal archives. Addressing previous studies, carried out within the Working Group of the Municipal Archives of the BAD, as well as a normative framework of the profession, including the skills and functions of the information professionals.

The accomplishment of this study allowed to measure the existence of 221 information professionals, of which 51 have higher education degree in Information Science, resulting contrary to what would be desirable, revealing a bleak reality and the urgent need to implement public policies that reverse this scenario.

KEYWORDS

Archivist, Information Manager, Information Professional, Municipal Archives, Qualifications.

DEDICATÓRIA

Dedicado à eterna criança que vive dentro de mim, que um dia sonhou (e acreditou), mesmo contra todas as evidências exteriores, que com resiliência, perseverança e uma enorme vontade de vencer, nada é impossível.

“O que não nos mata, torna-nos mais fortes”

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer ao professor Doutor Carlos Guardado da Silva, por me ter desafiado com este tema que encaixou perfeitamente em mim. Agradeço pela confiança, amizade, apoio, motivação e paciência sem os quais eu jamais teria chegado até aqui.

O meu segundo agradecimento destina-se a todos os profissionais dos municípios e arquivos municipais, presentes nesta investigação, por se terem disponibilizado a responder ao questionário e a todos os esclarecimentos necessários para que chegássemos a estes resultados, sem eles nada disto seria possível.

Agradeço a todos os professores e colegas de mestrado, um agradecimento em especial à Ana Lúcia Filipe e à Paula Almeida que partilham comigo o tema dos recursos humanos nos arquivos municipais em Portugal.

Não posso deixar de agradecer aos meus meninos de Moçambique, Francisco Cândido e Gildo Massaua, às minhas meninas do Brasil, Marcela Araújo e Priscilla Pimentel, à Miraldina Quental e ao Telmo Lopes pela vossa amizade e constantes palavras de incentivo.

Andreia Portugal, obrigada por seres a pessoa que mais acredita em mim, que mais me incentiva, por muitas vezes acreditares mais em mim do que eu mesma. Tu, os teus pais e a Madalena são tantas vezes o meu suporte, e trazem alegria e leveza à minha vida.

Cátia Anjos (irmã de outras vidas e eterno anjo da guarda), não tenho palavras para te agradecer tudo o que já fizeste e fazes por mim. Serei eternamente grata a ti, ao Jorge e à Íris por partilharem comigo a vossa vida, a vossa casa, e me deixarem dormir tantas vezes no sofá da sala para que tudo isto se tornasse possível.

Ao Ricardo, por teres estado ao meu lado tantas vezes enquanto eu escrevia, obrigada por todo o apoio, pelas palavras de incentivo, por teres sido o meu suporte e a pessoa a quem recorri enumeras vezes, por me disponibilizares e confiares a tua casa.

Ao meu vizinho David, por me ceder a luz quando na minha casa existia escuridão.

Joaninha, obrigada por seres uma das minhas fontes de inspiração, por me mostrares que com perseverança, resiliência e muita vontade de vencer, contra todas as adversidades da vida, quando o nosso propósito é muito forte, o universo conspira a nosso favor.

Agradeço a todos os meus colegas de trabalho, os quais tanto me ouviram falar de arquivos municipais, inquérito por questionário e profissionais da informação mesmo sem entenderem nada do que eu falava.

Agradeço a todos os Mestres e Anjos da Guarda que surgiram no meu caminho, quase como por magia, que me acompanharam e que tanto têm contribuído para o meu desenvolvimento: Dra. Tereza Guerra, ao Luís Fernando e à ALLCAN, à Sati Rosário, ao Hugo Madeira da VoiceCom.pt, Jorge Coutinho, Inês Gaya, Marta Guerreiro dos Santos, Lisa Joanes, e tantos outros que de alguma forma se cruzaram na minha vida durante esta jornada e com os seus ensinamentos e experiências de vida contribuíram para que eu enfrentasse as minhas maiores sombras e pudesse ver o tamanho da minha luz. Obrigada por contribuírem para a transformação da minha vida.

Um especial agradecimento à Ana Teresa Trindade por teres acreditado em mim (mesmo sem me conheceres), e me teres feito fazer do impossível possível em tão pouco tempo. Obrigada por tudo, foste a peça fundamental para que o meu sonho se tornasse real.

Por fim, agradeço aos meus pais que, com o seu jeito “tosco” de amar, sempre me apoiaram e incentivaram a lutar pelos meus sonhos. Desculpem-me pelas ausências, pelo tempo e atenção que não vos dediquei nestes últimos três anos. E obrigada, por me aturarem naqueles dias de mau humor e frustração em que nem eu mesma me suportava.

Gratidão a todos!

SUMÁRIO

| | |
|---|------|
| RESUMO | ii |
| ABSTRACT | iii |
| DEDICATÓRIA | v |
| AGRADECIMENTOS..... | vii |
| SUMÁRIO..... | ix |
| LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS..... | xiii |
| ÍNDICE DE FIGURAS..... | xiv |
| ÍNDICE DE TABELAS..... | 15 |
| INTRODUÇÃO..... | 17 |
| 1. DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS AOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO: REVISÃO DA LITERATURA | 20 |
| 1.1. Do Arquivo ao Arquivo Municipal..... | 20 |
| 1.2. Abertura dos arquivos aos utilizadores | 25 |
| 1.3. Evolução dos arquivos municipais | 27 |
| 1.4. Resultados dos inquéritos sobre os profissionais da informação nos arquivos municipais..... | 30 |
| 1.5 - Da profissão às competências | 41 |
| 2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO | 47 |
| 2.1 – Metodologia de Investigação | 47 |
| 2.2 - Definição da problemática..... | 47 |
| 2.3 - Fontes de informação | 50 |
| 2.4 – Método e técnica de recolha de dados | 50 |
| 2.4.1 – Pesquisa e análise documental | 50 |
| 2.4.2 – Inquérito por questionário..... | 52 |
| 2.5 – Análise dos dados recolhidos | 54 |
| 3 - ARQUIVOS MUNICIPAIS A SUL DO TEJO..... | 55 |
| 3.1- Distrito de Beja | 56 |
| 3.1.1 – Arquivo Municipal de Aljustrel | 56 |
| 3.1.2 – Arquivo Municipal de Almodôvar | 58 |
| 3.1.3 – Arquivo Municipal de Alvito..... | 58 |
| 3.1.4 – Arquivo Municipal de Barrancos | 59 |
| 3.1.5 – Arquivo Municipal de Beja..... | 60 |

| | |
|---|----|
| 3.1.6 – Arquivo Municipal de Castro Verde..... | 61 |
| 3.1.7 - Arquivo Municipal de Cuba | 62 |
| 3.1.8 - Arquivo Municipal de Ferreira do Alentejo | 63 |
| 3.1.9 – Arquivo Municipal de Mértola..... | 64 |
| 3.1.10 – Arquivo Municipal de Moura..... | 65 |
| 3.1.11 – Arquivo Municipal de Odemira | 66 |
| 3.1.12 – Arquivo Municipal de Ourique | 67 |
| 3.1.13 – Arquivo Municipal de Serpa..... | 67 |
| 3.1.14 – Arquivo Municipal de Vidigueira..... | 68 |
| 3.2 – Distrito de Évora | 70 |
| 3.2.1 – Arquivo Municipal de Alandroal | 70 |
| 3.2.2 – Arquivo Municipal de Arraiolos..... | 71 |
| 3.2.3 – Arquivo Municipal de Borba | 72 |
| 3.2.4 – Arquivo Municipal de Estremoz | 72 |
| 3.2.5 – Arquivo Municipal de Évora..... | 73 |
| 3.2.6 – Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo..... | 73 |
| 3.2.7 – Arquivo Municipal de Mora | 74 |
| 3.2.8 – Arquivo Municipal de Mourão | 74 |
| 3.2.9 – Arquivo Municipal de Portel | 75 |
| 3.2.10 – Arquivo Municipal do Redondo..... | 76 |
| 3.2.11 – Arquivo Municipal de Reguengos de Monsaraz | 76 |
| 3.2.12 – Arquivo Municipal de Vendas Novas..... | 77 |
| 3.2.13 – Arquivo Municipal de Viana do Alentejo..... | 78 |
| 3.2.14 – Arquivo Municipal de Vila Viçosa..... | 79 |
| 3.3. Distrito de Faro..... | 80 |
| 3.3.1 – Arquivo Municipal de Albufeira | 80 |
| 3.3.2 - Arquivo Municipal de Alcoutim | 81 |
| 3.3.3 - Arquivo Municipal de Aljezur | 82 |
| 3.3.4 – Arquivo Municipal de Castro Marim | 82 |
| 3.3.5 – Arquivo Municipal de Faro..... | 82 |
| 3.3.6 - Arquivo Municipal de Lagoa | 83 |
| 3.3.7 – Arquivo Municipal de Lagos..... | 84 |
| 3.3.8 – Arquivo Municipal de Loulé..... | 85 |

| | |
|--|------------|
| 3.3.9 - Arquivo Municipal de Monchique | 87 |
| 3.3.10 – Arquivo Municipal de Olhão..... | 87 |
| 3.3.11 – Arquivo Municipal de Portimão..... | 88 |
| 3.3.12 - Arquivo Municipal de São Brás de Alportel..... | 88 |
| 3.3.13 – Arquivo Municipal de Silves..... | 89 |
| 3.3.14 - Arquivo Municipal de Tavira..... | 90 |
| 3.3.15 - Arquivo Municipal de Vila do Bispo | 91 |
| 3.3.16 - Arquivo Municipal de Vila Real de Santo António | 91 |
| 3.4 – Distrito de Setúbal | 93 |
| 3.4.1 - Arquivo Municipal de Alcácer do Sal..... | 93 |
| 3.4.2 – Arquivo Municipal de Alcochete | 94 |
| 3.4.3 – Arquivo Municipal de Almada..... | 94 |
| 3.4.4 – Arquivo Municipal do Barreiro..... | 95 |
| 3.4.5 – Arquivo Municipal de Grândola..... | 96 |
| 3.4.6 – Arquivo Municipal da Moita..... | 97 |
| 3.4.7 – Arquivo Municipal do Montijo | 98 |
| 3.4.8 – Arquivo Municipal de Palmela | 98 |
| 3.4.9 - Arquivo Municipal de Santiago do Cacém..... | 99 |
| 3.4.10 – Arquivo Municipal do Seixal | 100 |
| 3.4.11 - Arquivo Municipal de Sesimbra | 101 |
| 3.4.12 – Arquivo Municipal de Setúbal | 102 |
| 3.4.13 – Arquivo Municipal de Sines..... | 103 |
| 4. QUEM É QUEM NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS A SUL DO TEJO: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... | 105 |
| 4.1 - Distrito de Beja | 106 |
| 4.2 – Distrito de Évora..... | 110 |
| 4.3 – Distrito de Faro..... | 113 |
| 4.4 – Distrito de Setúbal | 117 |
| 4.5 Profissionais da Informação do sul de Portugal: Resultados globais | 121 |
| 4.6 Responsável pelo Arquivo Municipal: Caracterização..... | 124 |
| 4.7 Análise de resultados ao questionário aplicado: Síntese de resultados | 126 |
| 4.7.1. Abertura do arquivo ao público e horário de funcionamento: | 126 |
| 4.7.2. Número de polos associados ao arquivo municipal: | 126 |
| 4.7.3. Condicionantes no acesso à documentação / informação:..... | 127 |

| | |
|---|-----|
| 4.7.4. Certificação de qualidade:..... | 127 |
| 4.7.5. Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais: | 128 |
| 4.7.6. Profissionais com formação em CDI afetos a outros serviços:..... | 128 |
| CONCLUSÃO..... | 130 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 138 |
| APÊNDICES | 141 |
| APÊNDICE A – Inquérito por Questionário aplicado aos Arquivos Municipais..... | 143 |
| APÊNDICE B – Profissionais da Informação existentes nos Arquivos Municipais a sul do Tejo: Resultados-síntese | 152 |
| APÊNDICE C - Responsáveis pelos Arquivos Municipais do sul de Portugal: Resultados-síntese | 166 |

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AP-BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

BAD – Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

CDI – Ciência da Informação

CPA – Código do Procedimento Administrativo

ENAM – Encontros Nacionais de Arquivos Municipais

GTAM-BAD – Grupos de Trabalho dos Arquivos Municipais da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

LADA – Lei de Acesso aos Documentos Administrativos

LGTFP – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

MOREQ – Modelo de Requisitos Funcionais Para a Gestão de Documentos de Arquivo Electrónicos

PARAM – Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais

PCIAAL – Plano de Classificação para a Administração Local

PI – Profissionais da Informação

RGPD – Regulamento Geral da Protecção de Dados

ÍNDICE DE FIGURAS

| | | |
|----------|--|----|
| Figura 1 | Mapa de Portugal continental com indicação da área de estudo | 55 |
| Figura 2 | Mapa dos municípios no distrito de Beja | 56 |
| Figura 3 | Mapa dos municípios no distrito de Évora | 70 |
| Figura 4 | Mapa dos municípios no distrito de Faro | 80 |
| Figura 5 | Mapa dos municípios no distrito de Setúbal..... | 93 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Dados comparativos: 1998-2019 relativos às taxas de resposta aos 6 inquéritos realizados pelos GTAM-BAD..... | 32 |
| Tabela 2 - Dados comparativos das taxas de resposta aos 6 inquéritos existentes nos distritos de Beja, Évora, Faro e Setúbal abordados nesta investigação | 33 |
| Tabela 3 - Dados relativos ao número de lugares de técnicos superiores e técnicos profissionais, criados e ocupados | 35 |
| Tabela 4 - Dados relativos ao número de técnicos superiores e técnicos profissionais criados, ocupados e contratados nos municípios inseridos no distrito de Beja: | 36 |
| Tabela 5 - Dados relativos ao número de técnicos superiores e técnicos profissionais criados, ocupados e contratados nos municípios inseridos no distrito de Évora:..... | 37 |
| Tabela 6 - Dados relativos ao número de técnicos superiores e técnicos profissionais criados, ocupados e contratados nos municípios do distrito de Faro:..... | 37 |
| Tabela 7 - Dados relativos ao número de técnicos superiores e técnicos profissionais criados, ocupados e contratados nos municípios inseridos no distrito de Setúbal: | 38 |
| Tabela 8 - Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Beja: número por município, categoria e sexo | 106 |
| Tabela 9- Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Beja: número por município e habilitações..... | 107 |
| Tabela 10 - Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Faro: número por faixas etárias | 108 |
| Tabela 11 - Profissionais da informação nos arquivos municipais no distrito de Évora: número por município, categoria e sexo. | 110 |
| Tabela 12 - Profissionais da informação nos arquivos municipais no distrito de Évora: número por município e habilitações..... | 111 |
| Tabela 13 - Profissionais da informação nos arquivos municipais no distrito de Évora: número por município e faixas etárias | 112 |
| Tabela 14 - Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Faro: número por município, categoria e sexo | 113 |
| Tabela 15 - Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Faro: número por município e habilitações..... | 115 |
| Tabela 16 – Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Faro: número por faixas etárias | 116 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 17 - Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Setúbal: número por município, categoria e sexo | 117 |
| Tabela 18 - Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Setúbal: número por município e habilitações | 118 |
| Tabela 19 – Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Setúbal: número por faixas etárias | 120 |
| Tabela 20 – Profissionais da informação nos arquivos municipais por distrito: número por categoria e sexo | 121 |
| Tabela 21 – Profissionais da informação nos arquivos municipais do sul de Portugal: número por distrito e nível de habilitações literárias | 122 |
| Tabela 22- Profissionais da informação nos arquivos municipais do sul de Portugal: número por distrito e faixa etária..... | 123 |
| Tabela 23 – Responsáveis pelos arquivos municipais do sul de Portugal: número por habilitações literárias..... | 124 |
| Tabela 24 – Responsáveis pelos arquivos municipais do sul de Portugal: número por sexo | 125 |
| Tabela 25 – Responsáveis pelos arquivos municipais do sul de Portugal: número por faixa etária | 125 |

INTRODUÇÃO

Os arquivos municipais vistos enquanto serviço e instituição de informação memorizadora, de preservação e valorização da informação e da memória local, promotores da divulgação e do acesso à informação, para que cumpram a sua missão de forma eficaz e eficiente devem dotar-se de recursos materiais, técnicos e humanos. Neste âmbito, torna-se fundamental conhecer os recursos humanos existentes nos arquivos municipais portugueses e a sua formação, quando se reconhece o seu papel no acesso à informação e reforço da participação cívica e na consolidação da cidadania, contributo para os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda UN2030*.

A investigação apresentada vem responder a esta necessidade. Na impossibilidade de abordar o universo dos 308 arquivos municipais portugueses, no âmbito desta dissertação, utilizou-se o critério geográfico para delimitar a investigação aos arquivos municipais a sul do Tejo, resultando a amostragem de 57 arquivos municipais, pertencentes aos distritos de Beja, Évora, Faro e Setúbal.

O estudo apresentado tem como pergunta de partida *com que Recursos Humanos de dotam os Arquivos Municipais a Sul do Tejo?*

O objetivo geral da investigação é conhecer os recursos humanos existentes nos arquivos municipais a sul do Tejo. Os seus objetivos específicos são identificar o número de recursos humanos existentes e caracterizar os recursos humanos quanto às categorias profissionais, sexo, formação e faixas etárias. O seu estudo ganha relevância quando cremos que depende daqueles a oferta de serviços e produtos de qualidade por parte dos arquivos públicos, acentuando o papel dos profissionais da informação dentro das organizações e a sua contribuição no apoio à tomada de decisão pela gestão de topo. Para que estes sejam uma mais-valia à organização, é necessário que possuam formação adequada para o desempenho das suas funções.

A investigação desenvolvida pretende dar a conhecer o que existe, saber “*Quantos São?*” mas também o que não existe, isto é, efetuando um levantamento do número dos profissionais existentes através de um inquérito por questionário, bem como a categoria, sexo, formação e faixas etárias, com vista a saber *Quem é Quem nos arquivos municipais?*

A investigação encontra-se dividida em quatro partes: a fundamentação teórica constituída na forma de revisão de literatura, a metodologia, a caracterização dos arquivos municipais e a análise dos resultados.

A fundamentação teórica recaiu sobre os conceitos-base “arquivo”, “arquivo municipal”, e “profissional da informação”. Sendo o nosso objeto de estudo os recursos humanos, considerados de profissionais da informação tidos como todos os profissionais com ou sem formação, que atuam, exercem a profissão ou têm a informação como objeto da sua profissão no âmbito dos arquivos municipais. Abordamos a evolução do arquivo ao arquivo municipal, passando pela abertura dos arquivos aos utilizadores, a evolução dos arquivos municipais, retratando a preocupação com a necessidade de dotar os arquivos municipais de recursos humanos, bem como, a importância da sua formação, aspetos identificados nos *Encontros Nacionais dos Arquivos Municipais* (ENAM), a importância e o impacto do *Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*. Seguiu-se uma análise aos estudos anteriores, mais especificamente aos seis inquéritos realizados no âmbito dos grupos de trabalho da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Terminamos a fundamentação teórica com um enquadramento normativo da profissão, incluindo as competências e as funções dos profissionais da informação.

Para além da existência dos seis estudos, realizados no âmbito do Grupos de Trabalho – Arquivos Municipais (GT-AM), da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas identificados na revisão de literatura, sabemos da existência de um estudo elaborado pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), mas que os resultados não vieram a público, apenas tendo sido feita uma breve apresentação em 2013, em Olhão. No âmbito do tema da “Comunicação nos Arquivos Municipais na Área Metropolitana de Lisboa”, realizado por Gisela Gabriel em 2017, encontramos um levantamento de dados quanto ao número de profissionais e suas categorias profissionais referentes aos municípios de Almada, Barreiro, Montijo, Palmela, Seixal e Sesimbra pertencentes ao distrito de Setúbal. Ainda no mesmo distrito, na referida investigação os municípios de Alcochete e da Moita não responderam ao questionário aplicado pela autora, contudo a presente investigação vem complementar o estudo supracitado, trazendo dados atualizados, a resposta do município da Moita e o esclarecimento quanto à ausência de resposta do município de Alcochete.

Quanto à metodologia, este é um estudo empírico e exploratório, de natureza qualitativa, que assenta em métodos mistos utilizados na caracterização dos territórios, dos arquivos municipais e dos profissionais da informação. No que respeita à revisão de literatura, esta rege-se pelo método de investigação documental (Silva, 2021), onde recuperamos os estudos anteriores. No âmbito da recolha de dados, elaborou-se um inquérito por questionário na ferramenta online *Google Forms*. Este foi aplicado à amostragem dos arquivos municipais selecionada.

O terceiro capítulo, retrata a caracterização dos arquivos municipais inquiridos, elaborada com base nos resultados obtidos via inquérito aos municípios. O enquadramento aqui efetuado serve para que possamos compreender os resultados obtidos.

O quarto capítulo, dá a conhecer *Quem é Quem nos arquivos municipais no Sul de Portugal*, identificando a sua existência e caracterização. Neste apresentamos os recursos humanos quanto ao seu número, categoria profissional, sexo, formação e faixa etária.

1. DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS AOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO: REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Do Arquivo ao Arquivo Municipal

O foco da nossa investigação é conhecer os recursos humanos existentes nos arquivos municipais, para isso, devemos primeiro entender o que se entende por arquivo. O termo arquivo tem a sua origem etimológica na palavra “*arkhaion*”, de origem grega que designa o local onde residia o «magistrado “*Arkhon*, o arconte”, onde se «conservavam os documentos produzidos no âmbito das suas atividades» (Silva, 2019a, p. 53).

Segundo o *Dicionário de terminologia arquivística*, pode considerar-se o arquivo como um «conjunto orgânico de *documentos*, independentemente da sua *data*, forma e *suporte* material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou *informação*» (Alves et al., 1993, p. 7). A mesma obra refere-se aos arquivos como a «instituição ou serviço responsável pela aquisição, conservação, organização e comunicação dos documentos de arquivo». Nesta aceção os arquivos são vistos como a instituição que recolhe, organiza e gere os documentos de arquivo com vista à sua conservação e difusão. É este o sentido do termo arquivo, enquanto serviço de arquivo, que tomamos como operatório ao longo deste estudo.

Carlos Guardado da Silva considera que o termo ‘arquivo’ se designa como «o lugar onde se encontram os documentos, a instituição, o edifício, o serviço ou unidade orgânica, o mobiliário, o conjunto dos documentos ou a informação produzidos(a) por uma instituição e a própria função de organização dos documentos» (2019a, p. 53).

Aqui, o lugar prende-se com o espaço físico, o edifício que alberga toda a documentação, tendo como função o depósito de documentos. Sendo o objetivo desse depósito de documentos «assegurar a sua conservação» e ainda «garantir a sua autenticidade» (Silva, 2019a, p. 54).

Esta noção de lugar traz consigo uma dupla função dos arquivos, a de «conservar a memória» e também a de «assegurar a fé pública dos documentos», de forma a garantir alguma oficialidade dos documentos, característica essa que perdura desde a Antiguidade até aos nossos dias, sendo ela o valor probatório.

É nesta aceção, do arquivo enquanto espaço de preservação da informação e da memória, ambas faces da mesma moeda na senda do *Records continuum model*, referido por Frank Upward (1994), que baseamos a nossa investigação. Observando-se o arquivo enquanto serviço/unidade orgânica e instituição memorizadora onde se guarda a memória coletiva, sendo este o «lugar de conservação da documentação que certifica os direitos, garantias e privilégios, atestados por documentos escritos», protegidos num lugar tido como «sagrado», local onde poucas pessoas tinham acesso no passado (Silva, 2019a, p.57).

Armando Petrucci (1999) refere que a formação de um património escrito caracterizou todas as sociedades passadas, que conheceram alguma forma de escrita, tendo as elites sempre entendido o valor da escrita e da conseqüente conservação da mesma como forma de preservar a sua memória. Sem memória não era possível o conhecimento, a informação armazenada permite conhecer, saber o que existe, contribuindo para a preservação da história passada, do presente e do futuro.

Desta forma, os nossos antepassados sempre atribuíram a operadores especializados e a instituições de preservação da memória, tais como, bibliotecas, arquivos, museus ou a órgãos vinculados ao poder, de forma a que estes administrassem o tesouro da memória escrita em cada fase da história. Estes eram capazes de interpretar o significado dos testemunhos de memória social e de o transmitir, estando encarregues de organizar, preservar e transmitir o património escrito, sendo vistos como guardiões da informação.

Os guardiões da informação eram os funcionários que lidavam com a informação que durante muito tempo nos arquivos se designavam por guarda-mor, como no Arquivo da Torre do Tombo, mais tarde arquivista, designação ainda amplamente divulgada em Portugal no contexto profissional, mas que tende a esbater-se e a substituir-se por profissional da informação/gestor da informação, de conteúdo mais amplo e atual, sem perder a dimensão tradicional da arquivística. Deste modo, adota-se na presente investigação o conceito de profissional da informação no contexto dos arquivos municipais, ou seja, apenas a componente recursos humanos do sistema de informação.

Sendo os arquivos municipais um serviço de âmbito público, não poderíamos deixar de observar o que é entendido como um arquivo público. De acordo com o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, o arquivo público é caracterizado como «o arquivo produzido por uma pessoa de direito público» (Alves et al., 1993, p. 10). Estes «têm um papel decisivo a desempenhar no direito à informação, um direito fundamental consagrado pelo

Conselho da Europa, como devendo ser garantido por todos os governos democráticos». Assim sendo, os «arquivos públicos devem assegurar o acesso dos cidadãos/ãs aos documentos necessários à compreensão da história de cada país» (Pereira, 2003, p. 1).

Porém, os arquivos que servem de base à nossa investigação são os arquivos de âmbito municipal, que são, em cada município, o serviço «responsável pela aquisição, conservação e comunicação dos arquivos municipais», resultantes da atividade administrativa dos municípios (Alves et al., 1993, p. 9). Ou seja, o arquivo municipal é o serviço de informação competente pela gestão da informação produzida em cada município, incluindo, por vezes, a informação social do território, de modo a promover o acesso universal no longo prazo a essa mesma informação (Silva, 2019a, p. 227).

É indiscutível a necessidade da existência dos arquivos municipais não só enquanto instituição de preservação e valorização ativa da informação-memória de uma comunidade no território de um município, mas também pela importância que o arquivo assume enquanto sistema de informação crucial no apoio à gestão municipal, seja no contributo para a tomada de decisão, seja no âmbito da mudança organizacional, através de projetos de modernização administrativa e de qualificação dos serviços e recursos, seja ainda enquanto centro produtor de conhecimento sobre o território local.

Em outra aceção, o arquivo municipal pode ser considerado o espaço do edifício, ou seja, o sistema de informação onde os documentos e a informação gerada na atividade administrativa de um município se encontram. Contudo, é na visão de arquivo municipal enquanto serviço e instituição de informação/memorizadora, de preservação e valorização da informação e da memória local que centramos a nossa investigação, por considerarmos que é no arquivo que se conserva toda a memória da instituição produtora e o património documental do município. É a ele que recorrem os serviços da autarquia, os munícipes, os investigadores, os estudantes e o público em geral. Por isso, salienta-se a importância da organização e da gestão da informação municipal, numa perspetiva sistémica, no quotidiano das autarquias de forma a auxiliar o acesso à informação pelo público em geral, tal como o apoio à tomada de decisão pela gestão de topo.

Os arquivos, vistos originalmente como locais fechados ao público ou como «um depósito [...], onde se despejam os papéis inúteis» (Ribeiro, 1994, p.13), têm sido objeto de menor atenção por parte das políticas públicas, ocupando estes «um lugar reduzido» devido à inexistência de «uma efetiva política nacional de informação» (Silva, 2019b, p.44). Tal

como têm sido subestimadas as suas potencialidades, «não se apostando na diversificação de recursos e serviços» até ao «surgimento da *Internet* e das ferramentas da *Web 2.0*» (Gabriel, 2019, p.15).

Os arquivos deixaram de ser vistos apenas como o lugar de depósito de documentos, onde se guardavam os documentos autênticos com valor probatório, que os historiadores necessitavam para as suas pesquisas, facto que levou a uma predominância pela valorização das fontes históricas na qual os arquivos se tornaram auxiliares da história, sendo o arquivista um mediador entre os documentos e o historiador. É neste âmbito que, ainda no século XX e por vezes na atualidade, se justifica a predileção dos arquivos históricos em Portugal em detrimento dos arquivos administrativos. Sendo esta a razão da «existência orgânica de diversos arquivos históricos em estruturas de organização municipais» assentes na teoria das três idades. Deles, pretende-se que a documentação à sua guarda seja de conservação definitiva, reconhecendo-se o seu «interesse em termos de memória e de valorização da identidade» (Silva, 2019a, p. 60). Esta predominância pelos arquivos de vertente histórica contribuiu para imagem dos arquivos como «"albergues"» de fontes documentais (Peixoto, 1997, p. 43).

Durante o século XX, a situação dos arquivos municipais tornou-se insustentável, os documentos foram-se acumulando durante a sua vigência administrativa, devido ao seu valor probatório, sendo, depois de terminado o seu uso para esse fim, colocados em pastas acumuladas ao longo do tempo, sem qualquer tratamento arquivístico. Algumas câmaras municipais ainda não valorizam o seu património documental, não lhe dando a devida atenção, quer em termos de políticas, quer em termos da afetação de recursos. No início dos anos 80, não havia um levantamento do acervo documental existente nos municípios, o que contribuía para o total desconhecimento do património documental das instituições municipais, motivo que, segundo Peixoto «alertou os municípios quanto à necessidade de preservação dos fundos documentais e os induziu para assumirem responsabilidades, nomeadamente na dotação dos seus quadros com técnicos especializados na área de arquivo» de forma a colmatar a constante destruição de importantes massas documentais (1997). Disso é exemplo, apesar de incompleto, o *Recenseamento dos arquivos locais : câmaras municipais e misericórdias / Arquivos Nacionais/Torre do Tombo*, em 9

volumes¹, levado a cabo entre 1995 e 1997, sob a coordenação dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, no âmbito do Inventário do Património Cultural Móvel.

É indiscutível a preferência atribuída aos arquivos históricos em detrimento de qualquer outro tipo de arquivo, seja ele geral, central ou administrativo, sendo esta a realidade existente durante várias décadas na administração municipal, de que subsistem “pesadas” influências nas atuais estruturas orgânico-funcionais municipais. Subsistiu esta sensibilidade histórica em detrimento da valorização do objeto informação, independentemente da idade dos documentos. A salvaguarda e a organização de muitos acervos prenderam-se com a ação de sensibilização de muitos investigadores, muitos deles ‘historiadores locais’, que alertavam os executivos dos poderes locais para o valor da documentação, que se revelou essencial para a «tomada de consciência efetiva do valor histórico e cultural dos fundos e coleções produzidos e/ou sob custódia dos municípios» (Peixoto, 1997, p. 44).

¹ Vol.1 : Distrito de Lisboa / coord. de José Mariz Vol.2 : Distrito do Porto / coord. de Maria João Pires de Lima vol.3 : Distrito de Viana do Castelo / coord. de Maria Olinda Alves Pereira vol.4 : Distrito de Portalegre / coord. de Ladislau Pereira de Figueiredo e Silva vol.5 : Distrito de Vila Real / coord. de Manuel Silva Gonçalves vol.6 : Distrito de Faro / coord. de Salustiano Lopes de Brito e João Sabóia vol.7 : Distrito de Coimbra / coord. de Ana Maria Bandeira vol.8 : Distrito de Leiria / coord. de Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa vol.9 : Distrito de Aveiro / coord. de Maria Fernanda Amorim Coelho.

1.2. Abertura dos arquivos aos utilizadores

A abertura dos arquivos a novos utilizadores deu-se na segunda metade do século XX, com o surgimento de novas áreas disciplinares e a sua conseqüente afirmação, demonstrando que os arquivos não serviam apenas os interesses dos historiadores, como também de outras áreas disciplinares e as comunidades de cada território. Este facto permitiu o «aumento da visibilidade dos Arquivos» de forma a «satisfazer e antecipar as expectativas» destes novos utilizadores (Gabriel, 2019, p. 15). Este conceito de utilizador tende «a aproximar-se do de cliente, que cumpre satisfazer por meio do desenvolvimento e da disponibilização de serviços adaptados às suas necessidades» (Gabriel, 2019, p. 20). Após a década de 80, verifica-se uma alteração na forma de olhar para os arquivos, que começaram a ser organizados, instalados e abertos aos utilizadores.

Desta forma, passou-se de um período, designado por alguns de ‘custodial’, que nunca deixou de ser, para outro centrado na gestão da informação, onde a custódia dos documentos de arquivo deixa de ser o fator primordial para a existência de arquivos, privilegiando-se a informação, no âmbito do processo infocomunicacional dinâmico, o contexto, o propósito e a finalidade pela qual foi criada, permitindo um alargamento do acesso à informação e conseqüente divulgação.

A abertura dos arquivos aos utilizadores revelou-se, por vezes, difícil de concretizar, pois as «unidades arquivísticas nem sempre usufruem de pessoal especializado para o exercício das funções, essencialmente técnicos superiores de arquivo» (Peixoto, 1997, p. 44-45). Visão corroborada por Gisela Gabriel cerca de duas décadas depois, em 2019, quando refere que as funções designadas aos arquivos municipais nem sempre se concretizam, dado que grande parte dos arquivos sofrem de carências, tais como «a falta de instalações apropriadas e de recursos humanos especializados» (p. 15), o que retrata a situação existente nos arquivos municipais em Portugal.

Para que os arquivos cumpram a sua missão - de aquisição, conservação e comunicação ativa da informação - é necessário a existência de recursos humanos em número suficiente e com a qualificação desejável para que possam desempenhar todas as funções inerentes ao funcionamento de um arquivo.

Por recursos humanos, entende-se todos os profissionais existentes nos arquivos municipais que tratam, gerem e difundem a informação à guarda do arquivo. No caso dos arquivos municipais, referimo-nos aos ‘profissionais de informação’, tradicionalmente

designados de ‘arquivistas’, tidos nesta investigação como os recursos humanos a desempenhar funções nos arquivos municipais em Portugal, que fazem da gestão da informação a sua profissão. Isto é, o nosso objeto de estudo são os profissionais da informação nos serviços de arquivos municipais, independentemente da designação da unidade orgânica. O arquivo municipal, enquanto sistema de informação, mais amplo, seria uma realidade melhor apreensível para um estudo de caso, que não cabe no âmbito da nossa investigação.

Podemos afirmar que o tradicional arquivista era tido como o «conservador de testemunhos ou guardador de documentos ao serviço da investigação», tendo esta designação perdido o seu sentido quando se passa a «falar de informação contextualizada e pensada sistemicamente» (Ribeiro, 2004, p. 9).

Desta forma, abandona-se a fase custodial dos arquivos, na qual tinham por base os documentos, passando a ter como base da atividade profissional a informação. Ao aludirmos à informação referimo-nos à informação pensada sistemicamente, o planeamento do sistema de informação e a sua conseqüente produção até à sua comunicação e preservação no longo prazo. Isto levou a uma transformação nas funções dos arquivos e, conseqüentemente, na atividade dos profissionais, obrigando-os a adaptarem-se e adquirirem novas competências para o desempenho das suas funções.

Assim sendo, o «arquivista da era pós-custodial» passou a designar-se, também, de «profissional da informação» (Ribeiro, 2004, p. 10). Consideramos que se designa de profissional da informação o profissional que atua na informação. Isto é, todos os profissionais da informação com ou sem formação, que atuam, exercem a profissão ou têm a informação como objeto da sua profissão.

1.3. Evolução dos arquivos municipais

A necessidade de dotar os arquivos municipais de recursos, sejam eles materiais, técnicos ou humanos, foi bastante debatida nos Encontros Nacionais dos Arquivos Municipais da Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (APBAD), que tiveram a sua primeira realização em Lisboa, no ano de 1987. Ao observarmos as conclusões dos vários encontros nacionais, verificamos o destaque dado a este tema.

No 3.º *Encontro Nacional de Arquivos Municipais* (ENAM), realizado em Guimarães e Viana do Castelo, em 1993, entre outros aspetos, conclui-se a necessidade de:

1. Dotar as Câmaras Municipais de recursos humanos especializados de nível intermédio e superior (técnicos superiores e técnicos adjuntos de arquivo);
2. Criar infraestruturas e equipamentos adequados às funções e objetivos dos arquivos municipais. (Peixoto, 1993)

Em 1997, no 4.º ENAM, realizado em Loulé, destaca-se a necessidade de:

1. Obter o apoio do Governo na implementação do Arquivo Municipal como sistema de informação;
2. O Ministério da Educação cumprir as suas responsabilidades na formação de técnicos de Arquivo;
3. O poder político dotar eficazmente as administrações de meios materiais e humanos especializados na área dos Arquivos, ao nível intermédio e superior;
4. Promover a estruturação dos modelos de formação para uma melhor resposta às reais necessidades da administração e dos desafios das tecnologias da informação. (Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, p.125)

Essas necessidades vieram a ser parcialmente colmatadas na administração local a partir de 1998, ano em que surge o Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), que veio impulsionar os arquivos municipais em Portugal, tendo a sua duração decorrido até ao ano de 2007.

Segundo o relatório de avaliação ao PARAM, elaborado por Cecília Henriques em 2008, o programa foi lançado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, em 1998, de forma a dar execução à Lei-Orgânica fixada no Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de março, mais concretamente ao «estabelecido na alínea r) do número 1 do Artigo 3.º, em que cometia “ao IAN/TT [...] apoiar as autarquias no planeamento e construção da rede de arquivos municipais”» (Henriques, 2008, p. 7), que, sendo o organismo tutelar da política arquivística nacional, teve o papel de analisar e selecionar as candidaturas, e o seu financiamento.

O PARAM tinha como objetivos gerais «incentivar e apoiar os municípios na implementação de programas de gestão integrada dos respetivos sistemas de arquivo, bem

como promover a criação de uma rede de arquivos municipais integrada na Rede Nacional de Arquivos» (Henriques, 2008, p. 47). Como objetivos específicos, o Programa pretendia:

criar condições adequadas à instalação dos arquivos municipais de todo o país e promover o correcto tratamento arquivístico dos seus fundos, através de comparticipação financeira e/ou apoio técnico a acções desenvolvidas no âmbito das seguintes áreas:

- Obras - construção de raiz ou adaptação de instalações;
- Equipamentos básicos - estanteria e mobiliário;
- Preservação - soluções de controlo ambiental;
- Organização e descrição - soluções informáticas para gestão integrada de arquivos e descrição/ comunicação de arquivos definitivos;
- Transferências de suporte - equipamentos de digitalização ou de microfilmagem;
- Formação - acções organizadas pelo IAN/TT nos Serviços Centrais e/ou nos Arquivos Distritais; em colaboração com outras entidades (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Associação Nacional de Municípios, Comissões de Coordenação Regional, Escolas Profissionais, etc.). (Henriques, 2008, p. 47)

A ideia principal do PARAM figurava-se em duas vertentes, uma referente à «qualificação dos arquivos enquanto recursos de atividade administrativa, outra relativa à «salvaguarda e promoção do acesso ao património arquivístico», através da sua abertura ao público.

O programa apresentava cinco modalidades de apoio:

- PA1 – apoio à instalação do Arquivo Municipal em edifício a construir de raiz e para uso exclusivo do Arquivo;
- PA2 – apoio à instalação do Arquivo Municipal em edifício existente e para uso exclusivo do Arquivo;
- PA3 – apoio à instalação do Arquivo Municipal em parte de edifício multifuncional a construir de raiz;
- PA4 – apoio à instalação do Arquivo Municipal em parte de edifício multifuncional existente;
- PA5 – apoio à gestão e tratamento arquivístico (aquisição de equipamentos).

(Henriques, 2008, p. 7)

As quatro primeiras eram direccionadas para o apoio e à instalação de arquivos municipais enquanto a última visava o apoio à gestão e ao tratamento arquivístico, dando a possibilidade aos municípios de apresentarem candidatura exclusiva a um dos 5 programas oferecidos, ou candidatura mista, a um dos 4 primeiros + PA5.

Ao todo, existiram seis momentos de candidaturas ao PARAM: em 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003. Em todos, destaca-se a vertente patrimonial, que tinha como objetivo a salvaguarda do património arquivístico em risco. Assim sendo, os objetivos específicos

do PARAM demonstram uma clara orientação do programa para a construção de infraestruturas, a realização de obras de construção e/ou adaptação, tal como a aquisição de equipamentos. Salienta-se que a taxa de comparticipação máxima oferecida pela administração central era de 50% sobre o investimento total previsto, cabendo a restante parcela à administração local.

Segundo o Relatório de avaliação do programa, produzido por Cecília Henriques, objeto datado de 2008, dos 308 municípios do país, 119 apresentaram pelo menos uma vez a sua candidatura ao PARAM, tendo sido aprovadas 114. No fim de 2007, existiam 67 desses municípios com candidaturas aprovadas, totalmente executadas e seus processos encerrados. Segundo o mesmo relatório, o Programa previa também a formação dos recursos humanos dos arquivos municipais, contudo o mesmo refere que «não há registo de que essa linha de acção tenha sido desenvolvida» (Henriques, 2008, p. 8).

Devido ao impacto do programa no desenvolvimento dos arquivos municipais, refere-se um período ‘antes de’ e ‘depois de’ PARAM, sendo indiscutível o impacto que o mesmo teve no âmbito os arquivos municipais em Portugal.

Contudo, é importante salientar que contrariamente à rede do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, que exigia um ou mais técnicos superiores alocados a cada biblioteca pública no início do processo, o PARAM exigia apenas um arquivista ‘Técnico superior’ de arquivo responsável, a integrar o arquivo durante o processo, independentemente do tipo de contrato de trabalho. Sendo este um «factor determinante para sustentar o investimento inicial, garantir um desenvolvimento dos serviços de arquivo, um incremento contínuo na qualidade global», contribuiria certamente para o cumprimento dos objetivos do programa (Henriques, 2008, p. 40).

1.4. Resultados dos inquéritos sobre os profissionais da informação nos arquivos municipais

Depois de efetuada a pesquisa documental, verificamos, até ao presente, a existência de seis inquéritos realizados no âmbito de Grupos de Trabalho dos Arquivos Municipais da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (GTAM-BAD), através dos quais se pretendia conhecer a realidade dos arquivos municipais em Portugal e em que consta, entre outros aspetos, um levantamento acerca dos recursos humanos existentes.

O projeto iniciado em 1998, pelo Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais da BAD (GTAM-BAD) do qual faziam parte, inicialmente, António Maranhão Peixoto (coordenador), Alda Padrão Temudo, Clara Pavão Pereira, João Sabóia e Paula Cristina França, resultou nos dados do 1.º inquérito apresentados no 5.º *Encontro Nacional dos Arquivos Municipais* (ENAM), em Sintra, no ano de 2000, numa comunicação intitulada “Arquivos municipais: situação: Informação recolhida entre abril de 1998 e março de 2000”, apresentada por António Maranhão Peixoto.

O “2.º Inquérito aos Arquivos Municipais” foi apresentado no 7.º ENAM, em abril de 2006, em Torres Vedras, com base na informação recolhida entre outubro de 2005 e 6 de abril de 2006, pela comissão permanente do GTAM-BAD, constituída por António Maranhão Peixoto, João Sabóia e Pedro Abreu Peixoto.

A apresentação dos resultados do 3.º Inquérito coube à então Secção de Arquivos da BAD, constituída por António Maranhão Peixoto, Fernanda Rodrigues [do Ó] e João Sabóia, sob o título “Arquivos Municipais: nótulas ao 3.º Inquérito”, no 10.º ENAM, que teve lugar em Leiria, em novembro de 2011.

Os restantes inquéritos ficaram a cargo do Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais – GTAM-BAD, tendo no âmbito do Grupo assumido a tarefa Cristiana Freitas e Vítor Marinho, que deram seguimento ao trabalho realizado nos inquéritos anteriores.

Tendo sido o 4.º Inquérito intitulado “Arquivos Municipais: nótulas ao 4.º inquérito nacional”, apresentado no 11.º ENAM, que teve lugar em Esposende em 2014. O 5.º inquérito foi apresentado em Castelo Branco, no 12.º ENAM, em 2016, intitulado “Arquivos Municipais: nótulas ao 5.º inquérito nacional”, que apresenta dados recolhidos até 28 de setembro de 2016.

O último inquérito apresenta dados obtidos até 9 de setembro de 2019, tendo sido apresentado no 13.º ENAM, em Cascais, em 19 de outubro de 2019, intitulado “Arquivos Municipais: nótulas ao 6.º inquérito nacional”.

Realizaremos uma análise aos dados recolhidos nos inquéritos efetuados de forma a conhecer os dados obtidos e a verificar a viabilidade da nossa investigação.

Passamos a apresentar os dados obtidos nos inquéritos realizados e a respetiva análise. O universo dos arquivos municipais em Portugal conta com 308 potenciais serviços de arquivo. Não duvidando de que cada município terá o seu arquivo, isto é, o conjunto de informação produzida, acumulada e gerida, o arquivo não existe enquanto serviço em muitos municípios, não estando contemplado na estrutura orgânica e sem existência ainda que informal, aberto ou não ao público, dispondo de recursos humanos, com ou sem qualificação específica. Todavia, quando os arquivos municipais existem, são dotados de recursos humanos, isto é, de profissionais da informação que independentemente da sua qualificação, fazem da gestão da informação a sua profissão, como referimos anteriormente.

A tabela seguinte, retirada do último inquérito realizado no âmbito do GT-AM, por Cristiana Freitas e Vítor Marinho, apresentado no *13.º Encontro Nacional dos Arquivos Municipais*, apresenta-nos as taxas de resposta (totais e por distrito) aos 6 inquéritos realizados.

Tabela 1 - Dados comparativos: 1998-2019 relativos às taxas de resposta aos 6 inquéritos realizados pelos GTAM-BAD

| Distritos e Regiões Autónomas | Municípios Inquiridos | 1º Inquérito (1998-2000) | 2º Inquérito (2005-2006) | 3º Inquérito (2011) | 4º Inquérito (2014) | 5º Inquérito (2016) | 6º Inquérito (2019) |
|-------------------------------|-----------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | Taxas de resposta | Taxas de resposta | Taxas de resposta | Taxas de resposta | Taxas de resposta | Taxas de resposta |
| Aveiro | 19 | 79% | 74% | 63% | 53% | 37% | 63% |
| Beja | 14 | 100% | 86% | 64% | 29% | 50% | 93% |
| Braga | 14 | 64% | 71% | 71% | 43% | 29% | 86% |
| Bragança | 12 | 92% | 67% | 42% | 50% | 23% | 67% |
| Castelo Branco | 11 | 82% | 64% | 36% | 36% | 45% | 55% |
| Coimbra | 17 | 82% | 76% | 41% | 35% | 41% | 35% |
| Évora | 14 | 86% | 71% | 79% | 43% | 14% | 57% |
| Faro | 16 | 75% | 81% | 75% | 63% | 50% | 81% |
| Guarda | 14 | 79% | 43% | 36% | 36% | 36% | 79% |
| Leiria | 16 | 88% | 81% | 38% | 38% | 25% | 37% |
| Lisboa | 16 | 75% | 63% | 63% | 69% | 44% | 81% |
| Portalegre | 15 | 47% | 40% | 53% | 47% | 27% | 47% |
| Porto | 18 | 83% | 78% | 67% | 50% | 28% | 72% |
| Santarém | 21 | 76% | 76% | 57% | 57% | 33% | 62% |
| Setúbal | 13 | 77% | 54% | 69% | 69% | 62% | 85% |
| Viana do Castelo | 10 | 30% | 80% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Vila Real | 14 | 64% | 50% | 43% | 36% | 36% | 43% |
| Viseu | 24 | 83% | 58% | 50% | 33% | 17% | 42% |
| Açores | 19 | 68% | 68% | 37% | 16% | 5% | 16% |
| Madeira | 11 | 36% | 45% | 36% | 9% | 18% | 0% |
| TOTAL | 308 | 75% | 67% | 56% | 45% | 34% | 59% |

Fonte: Freitas; Marinho (2019, p. 4)

Ao analisarmos as taxas de resposta aos vários inquéritos, verificamos que o inquérito que observou uma maior participação foi o primeiro, efetuado entre 1998 e 2000, com 75% de respostas; o 2.º inquérito, realizado entre 2005-2006, contou com 67% de respostas; o 3.º, realizado em 2011, obteve 56%; o 4.º inquérito, de 2014, obteve 45%, o 5.º inquérito, realizado em 2016, contou apenas com 34% de respostas, sendo o resultado mais baixo obtido em todos os inquéritos; o 6.º inquérito demonstra uma melhoria em termos de respostas obtidas em relação aos anteriores, contando com 59% de respostas, o que se revela em 181 respostas do universo dos 308 municípios existentes.

O último inquérito mostra-nos os recursos humanos existentes afetos aos 181 arquivos municipais, que responderam ao inquérito, tendo estes 875 colaboradores, dos quais 57% Técnicos Superiores com formação e 43% sem formação. Quanto às percentagens de Assistentes Técnicos, existem 69% sem formação e 31% com formação. O inquérito evidencia também a existência de 43% de funcionários com formação na área de arquivos e 57% sem formação.

Ainda, quando questionados sobre se «nos últimos 2 (dois) anos os funcionários afetos ao Arquivo Municipal tiveram formação?», verifica-se que 22% dos arquivos municipais e os seus colaboradores não participaram em nenhuma ação de formação nesse período.

Sendo que 46% dos colaboradores tiveram formação específica na área de arquivo e 32% tiveram formação em outras áreas do conhecimento (Freitas & Marinho, 2019).

A tabela acima reflete os dados globais, contudo, a investigação que aqui se apresenta foca-se na margem a sul do Tejo, para isso, destacamos os resultados dos quatro distritos em análise:

Tabela 2 - Dados comparativos das taxas de resposta aos 6 inquéritos existentes nos distritos de Beja, Évora, Faro e Setúbal abordados nesta investigação

| Distritos | Municípios inquiridos | 1.º Inquérito 1998-2000 | 2.º Inquérito 2005-2006 | 3.º Inquérito 2011 | 4.º Inquérito 2014 | 5.º Inquérito 2016 | 6.º Inquérito 2019 |
|-----------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Beja | 14 | 100% | 86% | 64% | 29% | 50% | 93% |
| Évora | 14 | 86% | 71% | 79% | 43% | 14% | 57% |
| Faro | 16 | 75% | 81% | 75% | 63% | 50% | 81% |
| Setúbal | 13 | 77% | 54% | 69% | 69% | 62% | 85% |

Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos 6 inquéritos aplicados aos Arquivos Municipais pela APBAD

Quando observamos os dados relativos às taxas de resposta aos inquéritos nacionais pelos arquivos municipais dos distritos a analisar nesta investigação, verificamos que, tal como na generalidade dos distritos nos 4.º e 5.º inquéritos a existiram as taxas de participação mais baixas.

Ao analisarmos caso a caso, podemos observar que o distrito de Beja, que no primeiro inquérito contou com uma taxa de participação de 100%, nos seguintes reduziu consideravelmente a sua participação, destacando-se negativamente no 4.º inquérito realizado, com apenas 29% de respostas, não se sabendo quais os motivos que levaram os profissionais a não responderem ao inquérito em causa. Contudo, no inquérito seguinte, existiu um aumento da taxa de respostas, tendo respondido metade dos municípios do distrito de Beja e, neste último inquérito, Beja obteve uma taxa de resposta de 93%, atingindo um resultado bastante positivo. Contudo, não existem dados detalhados sobre cada um dos municípios.

Relativamente ao distrito de Évora, que conta com 14 municípios, observamos que no primeiro inquérito obteve 86% de respostas, no 2.º alcançou 71% e no 3.º atingiu 79% de respostas, tal como na generalidade dos resultados nos 4.º e 5.º inquéritos, existiu uma

redução na taxa de respostas obtidas, contando com 43% de respostas no 4.º inquérito e apenas 14% no 5.º inquérito. Sendo este valor bastante baixo, o que não permite uma avaliação da realidade existente nestes arquivos municipais.

No último inquérito, os resultados melhoraram, sendo a taxa de resposta de 57%, apesar da melhoria deste valor, não é possível conhecer-se a realidade de então dos arquivos deste distrito.

Conclui-se, ainda, que dentre os distritos objeto do nosso estudo, o de Évora obteve valores percentuais de respostas mais baixas, não sendo suficiente para conhecer a realidade dos arquivos municipais deste distrito, o que reforça a necessidade de um novo estudo de forma a colmatar o vazio, que estes resultados nos fornecem.

Faro conta com 16 municípios, tendo no 1.º inquérito contado com 75% de respostas, no 2.º com 81%, no 3.º com 75%, e nos 4.º e 5.º inquéritos, tal como os restantes distritos, a taxa de respostas baixou, sendo de 63% no 4.º inquérito e no 5.º inquérito obteve o valor mais baixo comparativamente aos restantes inquéritos, sendo este de 50%. No último inquérito realizado, contou com 81% de respostas.

O Distrito de Setúbal conta com 13 municípios e, tal como o distrito de Faro, conta com a percentagem de resposta superior a 50% em todos os inquéritos realizados. No 1.º inquérito realizado obteve 77% de respostas, baixando no 2.º para 54%, sendo este o resultado de respostas mais baixo deste distrito em todos os inquéritos realizados. Nos 3.º e 4.º inquéritos obteve a mesma percentagem de respostas, no valor de 69%, não se sabendo se as respostas obtidas são dos mesmos municípios em ambos os inquéritos, pois não existem dados detalhados que o demonstrem, em virtude da sua anonimização. No 5.º inquérito obteve 62% de respostas, e no último contou com 85% de respostas.

Os dados acima apresentados encontram-se nos inquéritos realizados, sendo retirados da tabela apresentada no último inquérito realizado relativamente aos dados comparativos entre 1998-2019. Aqui, apresentamos os mais recentes, contudo na nossa investigação teremos em conta os dados relativos aos vários inquéritos realizados.

Assim sendo, apresentamos os dados obtidos nos restantes inquéritos e que têm interesse para a nossa investigação. No 1.º inquérito, surgem dados relativos ao número de cargos criados e ocupados, tanto a nível de Técnicos Superiores como de Técnicos Profissionais,

estes apresentam-se a nível dos números existentes por distrito, não estando detalhados os municípios a que pertencem.

A tabela seguinte, elaborada com base nos dados apresentados no *1.º Inquérito Nacional aos Arquivos Municipais*, no período entre abril de 1998 e março de 2000, apresentamos os números de postos de técnicos Superiores e Técnicos Profissionais, criados e ocupados, nos distritos inseridos nesta investigação.

Tabela 3 - Dados relativos ao número de lugares de técnicos superiores e técnicos profissionais, criados e ocupados

| Distritos | Nº Municípios | Nº respostas | Técnico Superior | | Técnico Profissional | |
|-----------|---------------|--------------|------------------|---------|----------------------|---------|
| | | | Criado | Ocupado | Criado | Ocupado |
| Beja | 14 | 14 | 1 | 0 | 15 | 0 |
| Évora | 14 | 12 | 2 | 2 | 7 | 2 |
| Faro | 16 | 12 | 10 | 1 | 10 | 0 |
| Setúbal | 13 | 10 | 5 | 4 | 17 | 7 |

Fonte: Elaborada pela autora a partir do 1º inquérito intitulado *Arquivos Municipais: Situação: Informação recolhida entre Abril de 1998 e Março de 2000* (Peixoto, 2000)

A tabela 3, acima apresentada, reflete os dados existentes no 1.º inquérito para número de lugares existentes criados e/ou ocupados, tanto para o cargo de técnico superior, como de técnico profissional.

Os dados são apresentados por distrito, podendo observar-se que, no distrito de Beja, no qual a percentagem de resposta foi de 100%, existe, à data do inquérito, 1 lugar de técnico superior e 15 de técnico profissional. Contudo, nenhum dos lugares se encontra ocupado. Relativamente a Évora, dos 14 municípios existentes, apenas responderam 12, existindo nestes 2 postos de técnico superior, ambos criados e ocupados, e 7 de técnico profissional, estando apenas 2 ocupados. Dos 16 municípios pertencentes ao distrito de Faro, 12 responderam, existindo nestes 10 postos de técnico superior criados e apenas 1 ocupado, e 10 lugares de técnico profissional, não estando nenhum deles ocupado.

No Distrito de Setúbal, dos 13 municípios existentes, 10 responderam, contando com 5 cargos de técnico superior criados, estando apenas 4 ocupados, e 17 lugares de técnico profissional, estando apenas 7 ocupados. Os dados acima apresentados resultam do 1.º inquérito realizado, no período entre abril de 1998 e março de 2000.

Tal como referido anteriormente, os dados comparados entre os vários inquéritos referem-se às percentagens de resposta. Contudo, observamos que as apresentações relativas ao 2.º e 3.º inquéritos contêm dados detalhados para cada um dos municípios de cada distrito.

Estes apresentam-se pelos lugares criados, ocupados e contratados tanto para a carreira de técnico superior como a de técnico profissional. Dados que não foram comparados nos inquéritos, mas que poderão servir para efetuarmos comparações com os dados que iremos obter no inquérito a aplicar.

Com base nos resultados apresentados no 2.º e 3.º inquéritos efetuados, elaborámos tabelas, que aqui apresentamos, com os dados relativos ao número de técnicos superiores e técnicos profissionais criados, ocupados e contratados presentes nos arquivos municipais naquele período temporal, que apresentamos por distrito.

Tabela 4 - Dados relativos ao número de técnicos superiores e técnicos profissionais criados, ocupados e contratados nos municípios inseridos no distrito de Beja

| Distrito de Beja | | | | | | | | | | | | |
|----------------------|----------------------------|---------|------------|---------------|---------|------------|----------------------------|---------|------------|---------------|---------|------------|
| Municípios | Técnico Superior | | | | | | Técnico Profissional | | | | | |
| | 2º Inquérito | | | 3º Inquérito | | | 2º Inquérito | | | 3º Inquérito | | |
| | Criado | Ocupado | Contratado | Criado | Ocupado | Contratado | Criado | Ocupado | Contratado | Criado | Ocupado | Contratado |
| Aljustrel | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Almodôvar | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 1 | 0 | 0 | Não respondeu | | |
| Alvito | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | |
| Barrancos | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | |
| Beja | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Castro verde | Não tem arquivo organizado | | | 1 | 0 | 0 | Não tem arquivo organizado | | | 0 | 0 | 0 |
| Cuba | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ferreira do Alentejo | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Mértola | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 1 | 0 | 0 |
| Moura | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 |
| Odemira | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Ourique | Não respondeu | | | Não respondeu | | | Não respondeu | | | Não Respondeu | | |
| Serpa | 1 | 1 | 0 | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 | Não Respondeu | | |
| Vidigueira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | 5 | 3 | 1 | 3 | 2 | 0 | 6 | 2 | 1 | 4 | 2 | 0 |

Fonte: Elaborada pela autora a partir do 2º e 3º inquéritos aos arquivos municipais apresentados por António Maranhão Peixoto, em 2006 e 2011 respetivamente

No 2.º inquérito, num total de 14 municípios, os autores do estudo obtiveram 12 respostas. Existem 5 lugares de técnico superior criados, 3 ocupados e 1 contratado; relativamente aos lugares de técnico profissional, existem 6 criados, 2 ocupados e 1 contratado. No 3.º inquérito, observamos que, dos 14 municípios existentes, 9 obtiveram respostas. Existem 3 lugares de técnico superior criados, 2 ocupados e nenhum contratado. Relativamente ao número de técnicos profissionais, verifica-se 4 lugares criados, 2 ocupados e nenhum contratado.

Tabela 5 - Dados relativos ao número de técnicos superiores e técnicos profissionais criados, ocupados e contratados nos municípios inseridos no distrito de Évora

| Distrito de Évora | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|------------------|---------|------------|----------------------------|---------|------------|----------------------|---------|------------|----------------------------|---------|------------|
| Municípios | Técnico Superior | | | | | | Técnico Profissional | | | | | |
| | 2º Inquérito | | | 3º Inquérito | | | 2º Inquérito | | | 3º Inquérito | | |
| | Criado | Ocupado | Contratado | Criado | Ocupado | Contratado | Criado | Ocupado | Contratado | Criado | Ocupado | Contratado |
| Alandroal | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | |
| Arraiolos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Borba | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 2 | 0 | 0 |
| Estremoz | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Évora | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Montemor o Novo | Não respondeu | | | 1 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 1 | 0 | 0 |
| Mora | 1 | 0 | 0 | Não tem serviço de arquivo | | | 2 | 2 | 0 | Não tem serviço de arquivo | | |
| Mourão | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 1 | 0 | 0 | Não respondeu | | |
| Portel | Não respondeu | | | Não respondeu | | | Não respondeu | | | Não respondeu | | |
| Redondo | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Reguengos de Monsaraz | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Vendas Novas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Viana do Alentejo | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 |
| Vila Viçosa | 0 | 0 | 0 | Não tem serviço de arquivo | | | 1 | 0 | 0 | Não tem serviço de arquivo | | |
| | 4 | 1 | 1 | 3 | 0 | 1 | 12 | 7 | 1 | 7 | 1 | 0 |

Fonte: Elaborada pela autora a partir do 2.º e 3.º inquéritos aos arquivos municipais apresentados por António Maranhão Peixoto, em 2006 e 2011 respetivamente

Observamos, no 2.º inquérito, que dos 14 municípios existentes, 10 responderam. Nestes existem 4 lugares de técnico superior criados, 1 ocupado e 2 contratados, 12 lugares de técnico profissional criados, 7 ocupados e 1 contratado.

Relativamente ao 3.º inquérito, verificamos que, dos 14 municípios, existem 11 respostas. Existem 3 lugares de técnico superior criados, nenhum ocupado e 1 contratado. Relativamente aos lugares de técnico profissional, existem 7 lugares criados, 1 deles ocupado e nenhum contratado.

Tabela 6 - Dados relativos ao número de técnicos superiores e técnicos profissionais criados, ocupados e contratados nos municípios do distrito de Faro

| Distrito de Faro | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|------------------|---------|------------|---------------|---------|------------|----------------------|---------|------------|---------------|---------|------------|
| Municípios | Técnico Superior | | | | | | Técnico Profissional | | | | | |
| | 2º Inquérito | | | 3º Inquérito | | | 2º Inquérito | | | 3º Inquérito | | |
| | Criado | Ocupado | Contratado | Criado | Ocupado | Contratado | Criado | Ocupado | Contratado | Criado | Ocupado | Contratado |
| Albufeira | 2 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Alcoutim | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 1 | 0 | 0 |
| Aljezur | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Castro Marim | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | |
| Faro | Não respondeu | | | 0 | 0 | 1 | Não respondeu | | | 2 | 0 | 0 |
| Lagoa | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Lagos | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Loulé | 3 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| Monchique | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 1 | 0 | 0 | Não respondeu | | |
| Olhão | Não respondeu | | | 1 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 |
| Portimão | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| São Brás de Alportel | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Silves | 1 | 1 | 0 | Não respondeu | | | 4 | 0 | 1 | Não respondeu | | |
| Tavira | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 |
| Vila do Bispo | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Vila Real de St. António | 1 | 1 | 0 | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | |
| | 12 | 6 | 2 | 10 | 1 | 1 | 19 | 6 | 4 | 14 | 0 | 0 |

Fonte: Elaborada pela autora a partir do 2.º e 3.º inquéritos aos arquivos municipais apresentados por António Maranhão Peixoto, em 2006 e 2011 respetivamente

Aqui, observa-se que, no 2.º inquérito, responderam 13 dos 16 municípios. Existem 12 lugares de técnico superior criados, 6 ocupados e 2 contratados, relativamente aos lugares de técnico profissional existem 19 lugares criados, 6 ocupados e 4 contratados.

Relativamente ao 3.º inquérito, observamos que dos 16 municípios, responderam 12. Dentre estes, 10 possuem lugares criados de técnico superior, 1 ocupado e 1 contratado. Relativamente aos lugares de técnicos profissional, contam-se 14 lugares criados, nenhum ocupado nem contratado.

Tabela 7 - Dados relativos ao número de técnicos superiores e técnicos profissionais criados, ocupados e contratados nos municípios inseridos no distrito de Setúbal

| Distrito de Setúbal | | | | | | | | | | | | |
|---------------------|------------------|---------|------------|---------------|---------|------------|----------------------|---------|------------|---------------|---------|------------|
| Municípios | Técnico Superior | | | | | | Técnico Profissional | | | | | |
| | 2º Inquérito | | | 3º Inquérito | | | 2º Inquérito | | | 3º Inquérito | | |
| | Criado | Ocupado | Contratado | Criado | Ocupado | Contratado | Criado | Ocupado | Contratado | Criado | Ocupado | Contratado |
| Alcácer do Sal | 1 | 0 | 1 | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 | Não respondeu | | |
| Alcochete | Não respondeu | | | Não respondeu | | | Não respondeu | | | Não respondeu | | |
| Almada | 2 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 4 | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Barreiro | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Grândola | Não respondeu | | | 1 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 |
| Moita | Não respondeu | | | Não respondeu | | | Não respondeu | | | Não respondeu | | |
| Montijo | 3 | 2 | 0 | 2 | 0 | 1 | 3 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Palmela | Não respondeu | | | 2 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 2 | 0 | 0 |
| Santiago do Cacém | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Seixal | Não respondeu | | | Não respondeu | | | Não respondeu | | | Não respondeu | | |
| Sesimbra | 2 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Setúbal | 4 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Sines | Não respondeu | | | 1 | 0 | 0 | Não respondeu | | | 0 | 0 | 0 |
| | 14 | 9 | 1 | 14 | 0 | 1 | 14 | 8 | 0 | 9 | 0 | 0 |

Fonte: Elaborada pela autora a partir do 2.º e 3.º inquéritos aos arquivos municipais apresentados por António Maranhão Peixoto, em 2006 e 2011 respetivamente

No 2.º inquérito, dos 14 municípios, 7 responderam, existindo 14 lugares de técnico superior criados, 9 ocupados e 1 contratado. Relativamente aos lugares de técnico profissional, existem 14 criados, 9 ocupados e nenhum contratado. Relativamente ao 3.º inquérito, de 13 municípios, os autores do estudo obtiveram 9 respostas. Para o lugar de técnico superior, existem 14 lugares criados e nenhum ocupado ou contratado. Relativamente aos lugares de técnico profissional, existem 9 lugares criados e nenhum contratado ou ocupado.

O 4.º inquérito apresentado em 2014, obteve 45% de respostas. Relativamente ao número de recursos humanos afetos aos arquivos municipais, alargaram o leque de opções

relativas à qualificação dos profissionais, passando a obter resultados quanto ao número de técnicos superiores com e sem formação na área de arquivo, o número de assistentes técnicos com e sem formação na área de arquivo, e ainda o número de assistentes operacionais, que exercem funções nos arquivos municipais.

Aos 131 arquivos, que responderam ao inquérito, estão afetos 639 colaboradores, dos quais 245 têm formação específica na área de arquivo, sendo 126 técnicos superiores e 119 assistentes técnicos, equivalendo a 38% do total de colaboradores. Os dados apresentados neste inquérito são globais não sendo efetuada nenhuma análise por distrito ou município, nem existindo comparações com os inquéritos anteriores. Também não é especificada essa formação em arquivo, depreendendo-se serem esses recursos humanos afetos à unidade orgânica de arquivo detentores de um curso técnico-profissional ou de um curso superior – licenciatura, pós-graduação ou mestrado – em Arquivística, Ciências Documentais ou Ciência da Informação.

Contudo, neste inquérito, é efetuado um estudo comparativo aos anteriores resultados, em que referem que, entre 1998 e 2000, existem 6 distritos sem nenhum técnico superior de arquivo a exercer funções nos municípios. Outro aspeto referido é o de que, a partir de 2009, o número de técnicos superiores a exercer funções nos arquivos municipais tem vindo a superar o número de técnicos profissionais na área de arquivo. Este é um dado relevante a reter, consequência provável do aumento do número de licenciaturas e de mestrados na área da ciência da Informação, que tiveram lugar com o início do processo de Bolonha, o fim dos cursos destinados à formação de técnicos-profissionais de arquivo, bem como o reflexo do PARAM e uma cada vez mais sensibilidade por parte dos executivos para a importância da gestão da informação nos municípios, quando a informação é o recurso-chave. O 5.º inquérito, realizado e apresentado em 2016, fornece dados relativos aos números de colaboradores afetos aos arquivos municipais, que responderam ao inquérito. Os 105 arquivos municipais contam com 550 colaboradores, 192 com formação específica na área de arquivo, destes 115 são técnicos superiores e 77 assistentes técnicos, 91 assistentes técnicos sem formação e 99 assistentes operacionais. Em suma, 65% de funcionários com formação na área de arquivo e 35% sem formação.

Para além do número de recursos humanos existente a desempenhar funções nos arquivos municipais, é fundamental que aqueles sejam dotados de formação adequada para desempenharem de forma eficaz e eficiente as tarefas designadas ao serviço de arquivo.

Depois desta análise aos inquéritos existentes elaborados pelos grupos de trabalho da AP-BAD concluímos:

Inexistência de dados relativos aos recursos humanos existentes nos arquivos municipais por sexo, tal como, por nível etário:

Dos distritos em análise, Évora destaca-se devido ao reduzido número de respostas nos últimos dois inquéritos efetuados pelos grupos de trabalho da AP-BAD, reforçando a necessidade de um novo inquérito de forma a colmatar o vazio que estes resultados fornecem;

Apenas o 2.º e 3.º inquéritos de 2006 e 2011, respetivamente, fornecem dados relativos ao número de recursos humanos existentes nos arquivos municipais de forma detalhada por município;

A partir do 4.º inquérito, em 2014, alargaram-se as opções relativas à qualificação dos profissionais, passando a integrar resultados quanto ao número de técnicos superiores e assistentes técnicos com e sem formação na área de arquivo, tal como, o número de assistentes operacionais que exercem funções nos arquivos municipais.

Embora tenham passado a integrar essa informação, a partir desse inquérito apenas apresentam resultados globais não identificando os arquivos municipais, que responderam aos inquéritos;

Desde então é inexistente a informação relativa ao número de recursos humanos por distrito ou município;

Inexistência de especificação quanto ao curso/tipo de formação dos recursos humanos afetos aos arquivos municipais.

Concluímos que os inquéritos realizados nos oferecem escassa informação, não permitindo conhecer o que fica de fora, identificam-se vazios nas investigações apresentadas, que justificam uma nova investigação que preencha as referidas lacunas.

1.5 - Da profissão às competências

Para uma melhor compreensão da atual situação da carreira dos profissionais da informação a desempenharem funções nos arquivos municipais portugueses, efetuamos uma contextualização da evolução do seu enquadramento normativo e a forma como este tema foi inserido nas políticas públicas portuguesas.

Apresentamos as transições existentes nas carreiras dos profissionais da informação e documentação, dando início à nossa análise com a implementação do Decreto-Lei n.º 280/79, de 10 de agosto, a partir do qual se verificou um período de valorização da profissão, demonstrado no preâmbulo do mesmo:

Para que os serviços de biblioteca, de arquivo e de documentação possam desempenhar a alta função que lhes cabe no processo de desenvolvimento do País, é indispensável dotá-los de pessoal qualificado neste domínio, usufruindo de um estatuto e de condições de trabalho e de remuneração análogos aos dos especialistas do mesmo nível em outros sectores. Apenas desta forma se poderá garantir a permanência nesta profissão de um pessoal competente e interessado, evitando a sua fuga para outros campos de actividade.
(Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 280/79, de 10 de agosto)

A implementação do referido decreto cria as carreiras e grupos profissionais aplicados aos funcionários afetos às áreas funcionais dos serviços de biblioteca, de arquivo e de documentação, designados por B.A.D., da Administração Central, institutos públicos ou de fundos públicos.

As carreiras são distribuídas em três grupos profissionais: o pessoal de investigação, o pessoal técnico superior e o pessoal técnico profissional. Todavia, neste diploma não foi definido o regime de recrutamento do pessoal de investigação.

As carreiras dos profissionais foram hierarquizadas, tendo a carreira de Técnico Superior as seguintes categorias:

Assessores;

Técnicos Superiores Principais;

Técnicos Superiores de 1.ª classe;

Técnicos Superiores de 2.ª classe.

A carreira de Técnico Profissional dividida em:

Técnicos Auxiliares de B.A.D.:

- Técnicos Auxiliares Principais;
- Técnicos Auxiliares de 1.^a classe;
- Técnicos Auxiliares de 2.^a classe.

Auxiliares Técnicos de B.A.D.:

- Auxiliares Técnicos Principais;
- Auxiliares Técnicos de 1.^a classe;
- Auxiliares Técnicos de 2.^a classe.

O decreto consagrava as especificidades da carreira dos profissionais da área BAD e, no seu preâmbulo, é dado destaque ao papel das bibliotecas como «suporte do processo educativo e cultural do País» e dos arquivos «pelos documentos únicos de carácter público que contêm, garantem o suporte da investigação histórica dos direitos das pessoas e das instituições, sendo simultaneamente fontes de informação de alto interesse para o conhecimento dos estádios da evolução do homem e da sociedade» (Decreto-Lei 280/79, de 10 de Agosto), bem como a importância atribuída ao lugar de investigador, aspetos que demonstram a valorização das carreiras BAD e ainda do período custodial que se vive na área da arquivística (Ochôa & Barata, 2013). O mesmo diploma demonstrava, no entanto, o papel da arquivística e dos seus profissionais como auxiliar da história.

A etapa seguinte é considerada por Paula Ochôa e Paulo Barata como a etapa de especialização iniciada em 1991, com o Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de julho, que revogou o Decreto-Lei 280/79, de 10 de agosto.

O preâmbulo foca-se na evolução existente na área, nas alterações a nível do desempenho das funções, dos requisitos e exigências no exercício das mesmas, provocado pela crescente utilização das novas tecnologias de informação. Destaca ainda o papel cada vez mais interveniente dos profissionais deste sector.

Este decreto elimina o lugar de investigador e distingue claramente duas áreas - a de Biblioteca e Documentação e a de Arquivo, sendo criados apenas dois níveis de especialização funcional, em vez dos anteriores três.

Um primeiro nível, que «compreende as funções técnicas com grau de responsabilidade e de autonomia correspondente ao grupo de pessoal técnico superior», e um segundo nível, «correspondente às funções de apoio técnico» (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de julho).

Criaram-se assim as carreiras de:

Técnico superior de biblioteca e documentação;

Técnico-adjunto de biblioteca e documentação;

Técnico superior de arquivo;

Técnico-adjunto de arquivo.

Considerando-se que a anterior carreira de auxiliar técnico é extinta à medida que se forem vagando os respetivos lugares.

Exigia-se ao grupo dos técnicos superiores, que estes possuísem competências num curso de pós-graduação/especialização em ciências documentais, para além de uma licenciatura, dispensando-se o estágio, isto é, o período probatório na administração pública de um ano. Relativamente aos técnicos-adjuntos de arquivo, era exigido um curso técnico-profissional na área de arquivo, de duração não inferior a três anos, para além dos nove anos de escolaridade, conferindo-lhes equivalência ao 12.º ano de escolaridade.

O diploma refere as funções/competências atribuídas a cada carreira criada, sendo que aqui destacamos as referentes à área de arquivo. Aos profissionais da carreira de técnico superior de arquivo é-lhe incumbido:

Estabelecer e aplicar critérios de gestão de documentos;

Avaliar e organizar a documentação de fundos públicos e privados com interesse administrativo, probatório e cultural, tais como documentos textuais, cartográficos, audiovisuais e legíveis por máquina, de acordo com sistemas de classificação que define a partir do estudo da instituição produtora da documentação;

Orientar a elaboração de instrumentos de descrição da documentação, tais como, guias, inventários, catálogos e índices;

Apoiar o utilizador, orientando-o na pesquisa de registos e documentos apropriados;

Promover ações de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes;

Executar ou dirigir os trabalhos tendo em vista a conservação e o restauro de documentos;

Coordenar e supervisionar o pessoal afeto à função de apoio técnico de arquivista.

(Mapa II, Decreto-Lei 247/91, de 10 de julho)

Aos profissionais da carreira de técnico-adjunto de arquivo incumbe-lhes:

Realizar tarefas relacionadas com a gestão de documentos, o controlo das incorporações, o registo, a cotação, o averbamento de registos, a descrição de documentos, o acondicionamento de documentos, o empréstimo, a pesquisa documental, a emissão de certidões, a produção editorial e a aplicação de normas de funcionamento de arquivos, de acordo com métodos e procedimentos estabelecidos.

(Mapa II, do Decreto-Lei 247/91, de 10 de julho)

As competências designadas aos profissionais são assim reguladas, definindo-se as funções de cada profissional consoante a categoria da sua carreira.

Segundo Ochôa e Barata (2013), a diferenciação das carreiras de Biblioteca-Documentação e de Arquivo, especializando-as, poderá ter-se ditado devido à evolução do perfil do arquivista, deixando de ser o tradicional arquivista, vocacionado para o arquivo histórico, de matriz custodial, e passando a ser um «gestor de documentos», intervindo em «toda a vida útil do documento» (p. 3).

Esta etapa vigorou até 2008, data em que no âmbito do programa de reformas da Administração Pública se alteram os regimes de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores, que exercem funções públicas. Desta forma, o Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho, veio introduzir as alterações constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Um dos princípios fundamentais dessa reforma foi a redução do número de carreiras, tendo-se extinguido, com este diploma, 1.716 carreiras e categorias. Contudo, o próprio diploma refere que a fusão destas carreiras na carreira única geral:

Não significa o desaparecimento das especificidades das profissões existentes e dos respetivos
postos de trabalho;

Essas especificidades devem estar refletidas na categorização dos postos de trabalho constantes
do mapa de pessoal de cada um dos órgãos ou serviços;

Os postos de trabalho devem ser caracterizados «em função da atribuição, competência ou
atividade em cujo o exercício se inserem, das carreiras e categorias que lhes respondem e,
quando imprescindível, em função da área de formação académica ou profissional de que o
ocupante do posto de trabalho deva ser titular»

(Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho)

Posto isto, salienta-se que não caducaram os requisitos de acesso às profissões de bibliotecário e arquivista, tal como para os lugares de assistentes técnicos na área BAD, previstos no decreto-Lei n.º 247/1991, de 10 de julho, sendo que o recrutamento destes profissionais continua a ser efetuado segundo aquele normativo.

Foram então criadas as seguintes categorias, atualmente em vigor, que encontramos nos resultados do inquérito aplicado.:

Carreira geral de técnico superior;

Coordenador técnico da Carreira geral de assistente técnico;

Assistente técnico da carreira geral de assistente técnico;

Assistente Operacional da carreira geral de assistente operacional.

De entre as carreiras extintas encontram-se as carreiras inseridas na área BAD, tal como, a de *Técnico Superior de Biblioteca e Documentação* e de *Técnico Superior de Arquivo*, que passam a integrar a carreira única e geral de Técnico Superior, aspeto que leva a uma etapa de indiferenciação ao serem inseridos na esfera dos técnicos superiores (Ochôa & Barata, p. 3).

Embora se tenham mantido os requisitos funcionais de acesso à profissão de arquivista, tal como os de assistentes técnicos, em 2008 os profissionais perderam «valor e reconhecimento social ao transitarem para a carreira geral de técnico superior». (Silva, 2019b, p. 42).

Ochôa e Barata referem que os profissionais «ficam órfãos da sua carreira e perdem referências identitárias», considerando que «perdem um nome, uma profissão», e embora na prática não seja notado de forma imediata, o «efeito moral é devastador» (2013, p. 4).

Aspeto também representado na ocupação de lugares por profissionais, sem formação específica, tendo proliferado a ideia de que qualquer trabalhador pode desempenhar as funções dos profissionais da informação sem qualquer formação de base na área BAD, facto que contribui para a desvalorização da carreira.

O enquadramento normativo efetuado serve para compreender a atual situação dos profissionais da informação, permanecendo em vigor o Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho, no acesso às carreiras da Administração Pública ao qual os profissionais da informação, tidos nesta investigação como os recursos humanos afetos aos Arquivos Municipais Portugueses, estão inseridos. São definidas nestes decretos as características

solicitadas para as carreiras destes profissionais, apresentadas nos resultados dos seis inquéritos analisados e que surgem nas respostas ao inquérito realizado nesta investigação.

2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

2.1 – Metodologia de Investigação

A prestação dos serviços de informação fornecida pelos arquivos municipais requer que estes se dotem de recursos materiais, técnicos e humanos de forma que cumpram a sua missão. A nossa investigação foca-se nos recursos humanos afetos aos arquivos municipais apresentando-se sob o tema *Os Profissionais da Informação nos Arquivos Municipais do Sul de Portugal*.

De forma a tornar esta investigação exequível no período temporal disponível para a concretização da dissertação de mestrado, tal como para que esta seja efetuada de forma aprofundada, utilizou-se o critério geográfico para delimitar a investigação aos arquivos municipais existentes na margem a Sul do Tejo. Desta forma, pretende-se profundidade e não superficialidade ou generalização, aspetos estes identificados como pontos frágeis nos inquéritos apresentados pelos GT-BAD, que ao tornarem-se muito generalistas, oferecendo dados globais, permitiram a existência de vazios na investigação, deixando variáveis por analisar. Por outro lado, não pretendemos obter um número de respostas considerável, ainda que representativo do território, mas de todos os municípios de modo a conseguirmos caracterizar de forma efetiva o problema de forma global.

Estes aspetos remetem-nos para a importância da metodologia de investigação. Ao estruturar uma investigação, devem ter-se em conta as características da mesma, tal como as variáveis a analisar. Uma metodologia bem definida guia o investigador ao longo de todo o seu percurso investigativo, o que permite que este não perca o seu foco.

2.2 - Definição da problemática

A investigação apresentada aborda os Arquivos Municipais pertencentes à Margem a Sul do rio Tejo nos quais se inserem os distritos de Beja, Évora, Faro e Setúbal. Desta forma, a população utilizada no nosso estudo refere-se a 57 arquivos do universo dos 308 municípios portugueses. Correspondendo a 30% do território nacional, com mais de 1 milhão e 500 mil habitantes, constitui um bom exemplo para o nosso estudo, sendo este o grupo no qual nos focamos a nossa investigação.

De seguida apresentamos os 57 municípios pertencentes ao nosso universo de estudo, agregados ao distrito correspondente e por ordem alfabética de forma a obter uma melhor perceção e identificação.

Sendo pertencentes ao distrito de Beja os municípios de: Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Serpa e Vidigueira.

Pertencentes ao distrito de Évora temos os municípios de: Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo, e Vila Viçosa.

No distrito de Faro, temos os municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Por fim, no distrito de Setúbal temos os municípios de Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Sines.

A investigação desenvolvida tem como pergunta de partida:

Com que Recursos Humanos se dotam os Arquivos Municipais a Sul do Tejo?

Segundo Campenhoudt *et al.* (2019) a pergunta de partida permite ao investigador exprimir «aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor», servindo de «fio condutor da investigação», para que esta desempenhe da melhor forma a sua função, devendo apresentar «qualidades de clareza, de exequibilidade e de pertinência» (pp. 58-59).

Esta questão serve de fio condutor de toda a investigação, e leva-nos ao nosso objetivo geral:

conhecer os recursos humanos existentes nos arquivos municipais a Sul do Tejo.

Tal como aos objetivos específicos:

- Identificar o número de recursos humanos;
- Caracterizar os recursos humanos quanto à sua categoria profissional, sexo, faixa etária e formação.

Desta forma, pretende-se conhecer os recursos humanos existentes nos arquivos municipais, quanto ao número e à sua formação, a categoria profissional, o sexo, a faixa

etária, entre outra informação, que nos permite conhecer a realidade existente em Portugal, com números detalhados e atuais disponibilizados por município.

A necessidade de conhecer os atuais números de profissionais da informação existentes no nosso país foi identificada por Alexandra Lourenço, então presidente da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, na segunda edição do *Ciclo de Encontros*, intitulado “*Arquivistas, Bibliotecários e Profissionais da Informação - Para que nos Querem?*” realizado a 5 de dezembro de 2019, sob o tema “***Desafios e Competências para os Profissionais da Informação***”.

Ao referir as reuniões entre a AP-BAD, a Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), em 12 de novembro de 2019, e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), em 19 de novembro de 2019, nas quais se pretendia alertar para a carreira BAD e respetiva formação dos profissionais da informação. Alexandra Lourenço refere que uma das questões efetuadas à AP-BAD foi “*Quantos são?*”.

Atualmente os dados existentes não são esclarecedores devido às percentagens de resposta aos inquéritos efetuados, não se sabendo ao certo o número de profissionais existentes em Portugal e a sua respetiva formação. Contudo, tão importante como saber *quantos são?* É saber *quem são?* Isto é, saber quantos são, e quem são, qual a sua formação, a categoria profissional, o sexo, a faixa etária, entre outros elementos. Assim pretende-se, *grosso modo*, conhecer quantos são e quem são os profissionais existentes nos arquivos municipais.

A investigação desenvolvida irá certamente contribuir para responder em parte a essa questão, mostrando onde existe uma maior necessidade de reforço nos recursos humanos e na formação dos mesmos, quer seja ela profissional ou superior. Aspeto que reforça pertinência e a atualidade da investigação desenvolvida e que poderá contribuir para influenciar futuras políticas públicas de forma a colmatar as necessidades identificadas.

A originalidade, a pertinência e a atualidade da investigação são também demonstradas pela inexistência de dados detalhados atualizados por município acerca do número de recursos humanos afetos aos arquivos municipais em Portugal e à sua formação.

2.3 - Fontes de informação

A informação consultada para a elaboração da presente investigação teve origem em fontes impressas e eletrónicas. Como fontes de recolha de informação foram utilizados os Repositórios Científicos de Acesso Aberto em Portugal (RCAAP) a base de dados PORDATA, da qual retirámos os dados para a caracterização do território em análise e ainda a base de dados da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Nesta explorámos as publicações relativas aos “Cadernos BAD”, “Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas”, e as “Actas dos Encontros Nacionais dos Arquivos Municipais”. Como termos de pesquisa utilizámos: António Maranhão Peixoto, Arquivos Municipais, Encontros Nacionais de Arquivos Municipais. Nas pesquisas foram utilizados operadores booleanos, tais como, *AND* (E) e *OR* (OU).

2.4 – Método e técnica de recolha de dados

A natureza da investigação contribuiu para a seleção das técnicas de recolha de dados, tendo no objetivo geral e nos específicos a direção a seguir. Este é um estudo empírico e exploratório, de natureza qualitativa que assenta em métodos mistos.

A investigação efetua-se atendendo ao tempo e ao contexto com recurso aos paradigmas Construtivista, no qual se pretende compreender a realidade existente, e Interpretativista. Pretende-se com isso a interpretação do objeto de estudo de forma a apresentar resultados concretos em relação ao número, à caracterização e à formação dos recursos humanos existentes nos arquivos municipais.

A investigação desenvolve-se segundo uma abordagem mista, recorrendo a dados qualitativos e quantitativos, para isso efetua-se uma pesquisa e análise documental, e a aplicação de um inquérito por questionário.

2.4.1 – Pesquisa e análise documental

Campenhoudt *et. al.* (2019) referem-se à fase de exploração do tema abordado, aqui concretizada pela pesquisa e análise documental, como sendo normal que o «investigador tome conhecimento dos trabalhos anteriores, que se debruçam sobre objetivos comparáveis e que explicita o que aproxima ou distingue o seu trabalho destas correntes

de pensamento». Sendo «indispensável tomar conhecimento de um mínimo de trabalhos de referência» quer sejam estes do mesmo tema ou de «problemáticas que lhe estão ligadas» (p. 66).

Nesta perspetiva, o trabalho aqui apresentado teve como ponto de partida a pesquisa e análise dos artigos de António Maranhão Peixoto, das Actas dos Encontros Nacionais dos Arquivos Municipais e dos 6 inquéritos realizados pelos GT-AM, sabendo-se *a priori* da existência dos mesmos.

Iniciamos a revisão de literatura com a definição do que se entende por ‘arquivo’ – tido enquanto organismo, instituição e/ou serviço de preservação da memória – e a sua abertura aos utilizadores. Abordamos a evolução existente nos arquivos municipais em Portugal destacando a importância do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, salientamos a forma como o programa influenciou o número de recursos humanos afetos aos arquivos - a construção de novos equipamentos de arquivo, tal como, a ampliação/reconstrução dos existentes levou a um reforço de recursos afetos aos mesmos, devido à exigência de um arquivista “técnico superior” a integrar durante o processo de implantação de um serviço de arquivo - focámo-nos nos resultados dos inquéritos existentes elaborados pelos Grupos de Trabalho da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, com o intuito de conhecer a informação existente e perceber a viabilidade da atual investigação.

Desta forma, procedemos a uma análise aos dados recolhidos nos inquéritos existentes de forma a verificar o que existe, mas acima de tudo o que não existe, sendo esses os dados que apresentamos nesta investigação de forma a conhecer e a identificar os vazios existentes quanto aos recursos humanos afetos aos arquivos municipais, à sua caracterização e à sua formação.

Os vazios contribuem para a necessidade de um levantamento de dados, que sejam analisados de forma a identificar-se o número de recursos humanos existentes nos arquivos municipais, de forma detalhada e discriminada por município. Esta necessidade deve-se ao facto de verificarmos que apenas os três primeiros inquéritos apresentam os números de recursos humanos por município, sendo que os últimos dados são de 2011, e parciais, existindo a necessidade de conhecer os números atuais. Os últimos três inquéritos efetuados em 2014, 2016 e 2019 apenas apresentam dados por distrito, não

existindo referência aos números de recursos humanos afetos aos arquivos municipais em cada município.

Por fim, elaboramos o enquadramento normativo referente às carreiras dos profissionais da informação, a partir dos decretos-lei n.º 280/79, de 10 de agosto, n.º 247/91, de 10 de julho, e n.º 121/2008, de 11 de julho.

A revisão de literatura permitiu conhecer os trabalhos já desenvolvidos na área da nossa investigação, oferecendo-nos os dados já conhecidos relativos ao número de recursos humanos existentes a desempenhar funções nos arquivos municipais, o que permitiu a contextualização do nosso estudo.

2.4.2 – Inquérito por questionário

Atendendo à natureza e objetivos da investigação, a opção pelo inquérito por questionário tornou-se a mais viável, sendo objetivo de um questionário «obter informações que possam ser analisadas, extrair modelos de análise e fazer comparações» (Bell, 2010, p. 26). Os questionários são uma boa forma de levantamento de dados, utilizados na produção de estatísticas, que permitem análises objetivas e direcionadas para os números que a nossa investigação pretende dar a conhecer.

A construção de um questionário é efetuada depois do «planeamento, consulta e definição exata da informação que se pretende obter», pois só depois de efetuadas essas fases se pode elaborar o inquérito (Bell, 2010, p. 117). Na maioria das vezes, o «questionário intervém num processo de dados numéricos destinados a medir e/ou compreender um determinado fenómeno social», e é neste sentido de recolha de dados que optamos pelo inquérito por questionário (Campenhoudt, 2019, p. 256).

Segundo Campenhoudt, a aplicação dos questionários, preenchidos pelos inquiridos por via eletrónica, é escolhida «cada vez com maior frequência pelas investigações em ciências sociais, em particular nas investigações quantitativas», sendo demonstrado um aumento do interesse por estes questionários devido à «possibilidade de alcançar um público bastante vasto por um custo consideravelmente baixo».

Os inquéritos por questionário são adequados para «o conhecimento de uma população enquanto tal», bem como para os «casos em que é necessário interrogar um grande

número de pessoas» (Campenhoudt, 2019, p. 267). Deste modo, «constituem uma forma rápida e relativamente barata de recolher um determinado tipo de informação» (Bell, 2010, p. 118), sendo uma forma bastante prática e gratuita.

A elaboração do questionário implica algum tempo para a «seleção do tipo de questões, na sua formulação, apresentação, ensaio, distribuição e devolução dos questionários», sendo nesta fase de elaboração que se deve refletir sobre a forma em como as respostas vão ser analisadas.

Com a aplicação do inquérito por questionário, pretendemos caracterizar os recursos humanos existentes nos arquivos municipais a sul do Tejo, procurando identificar vários aspetos, tais como o seu número, a sua formação, a distribuição por sexo e nível etário, e a sua categoria.

O inquérito por questionário foi elaborado na ferramenta *online Google Forms*, de modo a permitir a aplicação do mesmo através do *email*, institucional ou pessoal, com o respetivo *link* de acesso ao formulário, remetido aos arquivos ou aos municípios e/ou aos arquivistas, respetivamente, consoante a maior ou menor proximidade e o conhecimento destes por parte da autora desta dissertação e do seu orientador.

O inquérito foi enviado aos 57 arquivos municipais a dia 10 de outubro de 2020, sendo a última resposta obtida a dia 11 de janeiro de 2021. Deste modo, o período de recolha de dados através do inquérito por questionário teve a duração de 3 meses. Foram ainda solicitados alguns pedidos de esclarecimentos adicionais via *email*, nos casos em que a informação prestada não era clara e/ou suscitava dúvidas.

A diversidade de questões no inquérito por questionário elaborado, serviu para a recolha de dados, permitindo não só conhecer os recursos humanos existentes como também contextualizar e caracterizar os arquivos municipais. Essa diversidade, tornou o questionário mais extenso do que o previsto inicialmente. Sentimos dificuldades na construção do questionário, por não ser possível na plataforma online do *Google Forms* a criação de tabelas onde o respondente possa digitar manualmente a sua resposta. Deste modo, tivemos de formular diversas questões que permitissem obter toda a informação pretendida acerca dos recursos humanos existentes nos arquivos municipais. Embora na construção do questionário tivéssemos identificado essas questões como de resposta obrigatória, estas eram de resposta aberta. O que por um lado permitiu obter toda a informação necessária, por outro, levou a que alguns dos respondentes não fornecessem

todos os dados solicitados. Embora nos tenhamos esforçado no sentido de solicitar pedidos adicionais de esclarecimentos, reconhecemos que esta limitação contribuiu para que em alguns dos municípios não tenhamos todos os dados pretendidos para a nossa análise.

2.5 – Análise dos dados recolhidos

Realizadas as fases que constituem a metodologia selecionada para a aquisição da resposta à pergunta de partida, procedeu-se à análise dos dados recolhidos.

A apresentação dos dados sob a forma de tabelas e quadros síntese, permite a sua fácil interpretação. Sendo o objetivo da investigação apresentar os números exatos de profissionais da informação existentes nos arquivos municipais por categoria profissional, sexo, formação e faixa etária o uso de tabelas permite uma fácil leitura visual dos resultados. Ainda assim, a apresentação de tabelas e quadros síntese é naturalmente acompanhada da reflexão teórica onde se efetua de forma escrita a interpretação dos resultados.

3 - ARQUIVOS MUNICIPAIS A SUL DO TEJO

A presente investigação aborda os 57 arquivos municipais pertencentes aos distritos de Beja, Évora, Faro e Setúbal localizados na margem Sul do rio Tejo. Cabe-nos a tarefa de apresentar uma breve caracterização dos arquivos municipais analisados, por forma de conhecermos as organizações onde os profissionais da informação, que são o objeto de estudo desta investigação, se encontram a desempenhar funções. A caracterização apresentada encontra-se organizada alfabeticamente e por distrito de forma a obter uma melhor perceção e identificação.

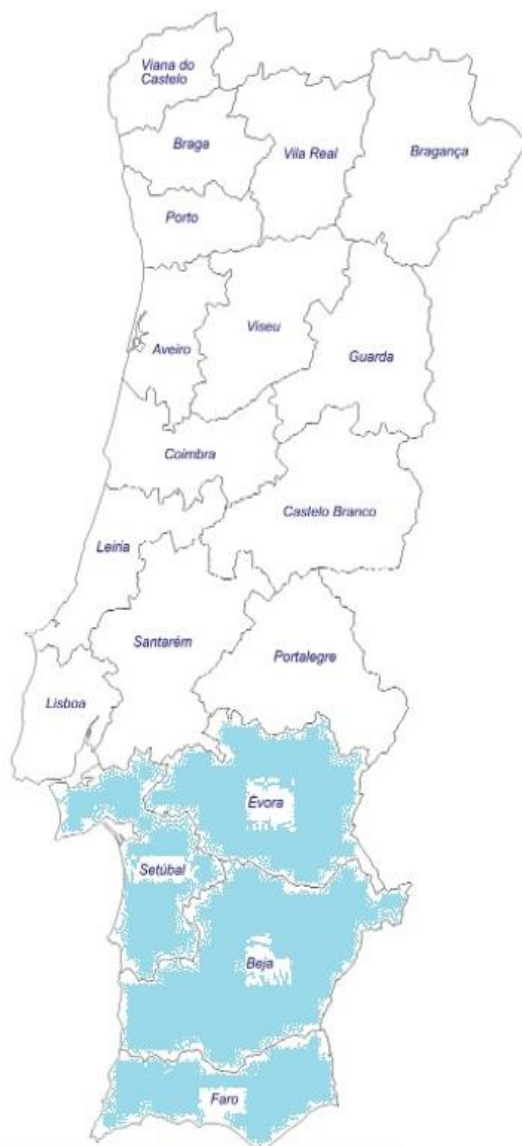


Figura 1 Mapa de Portugal continental com indicação da área de estudo

Fonte: elaborado pela autora

Salientamos, que a informação retratada na caracterização efetuada provém das respostas obtidas ao questionário aplicado. Assim sendo, a informação referida como ‘nos últimos dois anos’ refere-se aos dois anos anteriores à data da resposta ao questionário. Este esclarecimento deve-se ao facto de a caracterização ser efetuada com o desfasamento de alguns meses em relação à data de aplicação do inquérito por questionário.

Quanto à informação utilizada relativa à área territorial, número de habitantes e densidade populacional, foi retirada da PORDATA, sendo referente ao ano de 2019.

3.1- Distrito de Beja

O distrito de Beja está limitado a norte pelo distrito de Évora, a leste por Espanha, a sul pelo distrito de Faro e a Oeste pelo distrito de Setúbal e pelo oceano Atlântico. É composto por 14 municípios.



Figura 2 Mapa dos municípios no distrito de Beja

Fonte: elaborado pela autora

3.1.1 – Arquivo Municipal de Aljustrel

O município de Aljustrel tem uma área territorial de 458,5 km², 8.266 habitantes e uma densidade populacional de 18,0 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por

meio do questionário, e 220 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 12 de maio de 2002, o seu horário normal de funcionamento é, nos dias úteis, das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h. O arquivo encontra-se dividido, localmente, em 3 polos distintos, dispondo de um Regulamento Interno, que expressa a responsabilidade relativa ao sistema do arquivo.

O arquivo municipal de Aljustrel tem como unidade orgânica responsável a Divisão de Recursos Humanos, pondera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local (PCIAAL), não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, identificando como condicionantes ao seu acesso a ausência de recursos humanos e financeiros, destacando-se a carência de recursos humanos especializados. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel, sendo que não possui serviços próprios de reprodução de documentos.

Conta com 2 profissionais da informação (PI), sendo 1 técnico superior e 1 assistente operacional, ambos do sexo feminino. Contudo, nenhum possui formação em Ciência da Informação ou equivalente.

Nos 2 anos anteriores à data de preenchimento do questionário, contou com a colaboração de 1 elemento através da prestação de serviços (a recibos verdes), contribuindo para a organização do arquivo.

Quanto ao responsável pelo arquivo municipal, possui formação (pós-graduação) numa área distinta da ciência da informação, é do sexo feminino e a sua faixa etária está compreendida entre os 41 e os 50 anos de idade.

Os profissionais da informação que desempenham funções neste arquivo participaram em ações de formação nos últimos dois anos, tendo por temas a Organização e Gestão de Arquivos, Livro Antigo, e Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local (PCIAAL).

O município não realizou qualquer candidatura ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM).

3.1.2 – Arquivo Municipal de Almodôvar

O município de Almodôvar tem uma área territorial de 777,9 km², 6.736 habitantes e uma densidade populacional de 8,7 hab./Km². De acordo com a informação recolhida por meio do questionário, o município conta com 250 colaboradores afetos aos serviços municipais. Não possui arquivo municipal aberto ao público, mas possui serviço de arquivo, que funciona nos dias úteis das 8:30 às 14:30h. O arquivo encontra-se repartido em três polos distintos e não possui regulamento arquivístico.

O serviço de arquivo municipal de Almodôvar tem como unidade orgânica a Divisão Administrativa e Financeira (DAF), possui o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local aplicado. Não dispõe de certificação da qualidade e considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, identificando como condicionantes ao seu acesso a ausência de recursos humanos, a ausência de recursos financeiros, a carência de recursos humanos especializados, a inexistência de condições favoráveis de conservação e preservação da documentação, dificuldades na organização da informação / documentação, infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento da documentação, e os processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel, sendo que não possui serviços próprios de reprodução de documentos.

Conta com apenas 1 profissional da informação na categoria de técnico superior, do sexo feminino, que possui pós-graduação em ciência da informação, sendo a pessoa responsável pelo arquivo municipal.

Nos 2 anos anteriores à data do questionário aplicado, participou em ações de formação tendo por temas Seleção e Avaliação (formações da AIRC sistemas integrados de gestão documental), e Organização e Conservação de Arquivos Históricos.

O município não beneficiou do PARAM e conta com mais 2 colaboradores com formação em ciência da informação, que não estão afetos ao arquivo municipal, desempenhando funções administrativas.

3.1.3 – Arquivo Municipal de Alvito

A área territorial do município de Alvito é de 264,9 km², com 2.470 habitantes e uma densidade populacional de 9,3 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio

de questionário, tem 150 colaboradores afetos aos serviços municipais. O município não possui arquivo municipal aberto ao público, mas tem serviço de arquivo, que se encontra localizado num único polo, não possuindo regulamento arquivístico.

O serviço de arquivo tem como unidade orgânica a Divisão de Unidade Municipal de Cultura, Turismo e Desporto, possui o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local aplicado, não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, e apresenta como condicionantes no seu acesso a carência de recursos humanos especializados, a inexistência de condições de conservação e preservação da documentação e as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel, e não possui serviços próprios de reprodução de documentos.

Conta com apenas 1 profissional da informação, na categoria de assistente técnico, do sexo feminino, e não possui formação em ciência da informação.

Nos 2 anos anteriores à data do questionário não recebeu qualquer tipo de reforço nos recursos humanos, sendo que também não houve nenhuma participação em ações de formação. O município não beneficiou do PARAM.

No entanto, o município conta com 1 colaborador com formação em ciência da informação, não estando afeto ao arquivo municipal, que desempenha funções de serviço administrativo no âmbito da Educação.

3.1.4 – Arquivo Municipal de Barrancos

O Município de Barrancos, com 168,4 km² de território, 1.640 habitantes e a densidade populacional de 9,7 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio de questionário, conta com 120 colaboradores afetos aos serviços municipais. Não possui arquivo municipal aberto ao público, mas tem serviço de arquivo na organização. O seu acervo encontra-se repartido em 2 polos distintos. O arquivo possui regulamento arquivístico, contudo este não se encontra formalmente atribuído.

O serviço de arquivo tem como unidade orgânica a Divisão de Unidade de Ação Sociocultural. Pondera a aplicação do PCIAAL, e não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação

do arquivo, identificando como condicionantes ao seu acesso a ausência de recursos humanos, a carência de recursos humanos especializados, as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento da documentação, e os processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel, sendo que não possui serviços próprios de reprodução de documentos.

Conta com apenas 1 profissional da informação, na categoria de assistente técnico, sexo masculino, sendo este o responsável pelo serviço de arquivo, contudo não possui formação em ciência da informação.

Nos dois anos anteriores à data da realização do questionário não teve qualquer reforço nos recursos humanos. O profissional da informação participou em ações de formação com temas relacionados com os arquivos. O município não beneficiou do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais.

3.1.5 – Arquivo Municipal de Beja

O Município de Beja, com uma área territorial de 1.146,5 km², 33.565 habitantes e uma densidade populacional de 29, 3 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário tem 497 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 1 de maio de 2009, o seu horário normal de funcionamento é das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, o arquivo encontra-se centralizado num único polo, tem como documento formal que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo um Regulamento Interno.

O arquivo municipal tem como unidade orgânica o Núcleo do Gabinete de Modernização Administrativa, aplica o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, não dispõe de certificação da qualidade e refere não existirem limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, bem como condicionantes ao seu acesso. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel e o suporte digital, efetuando a sua reprodução por meio de digitalização.

O arquivo municipal conta com 2 profissionais da informação, 1 técnico superior e 1 assistente operacional, ambos do sexo feminino, o primeiro, é o único com formação

em ciência da informação (pós-graduação), é a pessoa responsável pelo serviço de arquivo.

Nos últimos dois anos, o arquivo municipal não recebeu qualquer tipo de reforço de recursos humanos, sendo que também não houve nenhuma participação em ações de formação por parte dos profissionais da informação.

O município efetuou candidatura ao PARAM, contudo, o processo não foi implementado. À data da candidatura ao programa, o município já possuía técnico superior, e embora refiram que integrou um novo técnico superior durante o processo de candidatura, atualmente apenas existe um profissional da informação nessa categoria profissional.

O município conta com mais 1 profissional de arquivo com formação em ciência da informação, na categoria de assistente técnico, este não se encontra afeto ao arquivo municipal, mas ao Serviço Municipal de Proteção Civil.

3.1.6 – Arquivo Municipal de Castro Verde

O Município de Castro Verde, com 569.4 km², 6.948 habitantes e uma densidade populacional de 12,2 hab./Km², em resposta ao questionário não referem o número de colaboradores afetos aos serviços municipais. O município possui arquivo aberto ao público, contudo também não referem a data de abertura, este funciona nos dias úteis no horário das 8h às 17h, encontra-se em 5 polos distintos e não possui regulamento arquivístico.

O arquivo municipal tem como unidade orgânica a Divisão de Administração e Finanças, pondera a aplicação do PCIAAL, não dispõe de certificação da qualidade e considera que não existem de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo. Menciona como condicionantes ao acesso à documentação / informação a ausência de recursos humanos, ausência de recursos financeiros, a carência de recursos humanos especializados, e as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento da documentação. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel, efetuando a sua reprodução por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com apenas 1 profissional da informação, na categoria de assistente técnico, do sexo feminino, e não possui formação em ciência da informação. Contudo, foi-nos

informado que o mesmo não se encontra no arquivo a tempo inteiro, o profissional encontra-se afeto à seção Administrativa com atendimento ao público, não existindo nenhum profissional a tempo inteiro no arquivo. Quanto ao responsável possui doutoramento em outras áreas do conhecimento, é do sexo masculino e encontra-se na faixa etária compreendida entre os 31 e os 40 anos de idade.

Nos últimos dois anos, o profissional da informação participou em ações de formação tendo por temas a Avaliação em Arquivos e Modernização Administrativa. O município não beneficiou do PARAM. No entanto o município conta com um colaborador com formação em ciência da informação, que não desempenha funções, estando afeto à Biblioteca Municipal.

3.1.7 - Arquivo Municipal de Cuba

O Município de Cuba, com 172,1 km², 4.597 habitantes e uma densidade populacional de 26,7 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário tem 154 colaboradores afetos aos seus serviços. Não possui arquivo municipal aberto ao público, mas possui serviço de arquivo dentro da organização, encontrando-se centralizado num único polo. O arquivo possui regulamento arquivístico embora não esteja formalmente atribuído.

O arquivo municipal de Cuba tem como unidade orgânica a Divisão de Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade (UAJDACS_AM), possui o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local praticamente aplicado, não dispõe de certificação da qualidade, não considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, nem de condicionantes ao seu acesso. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel, sendo que não possui serviços próprios de reprodução de documentos.

Conta com apenas 1 profissional da informação, na categoria de técnico superior, do sexo feminino, possui licenciatura em ciência da informação, sendo a pessoa responsável pelo serviço.

Nos últimos dois anos não recebeu qualquer tipo de reforço nos recursos humanos, sendo que a profissional existente participou em ações de formação tendo por temas a

Avaliação em Arquivos e Organização e Manutenção de Arquivos. O município não beneficiou do PARAM.

3.1.8 - Arquivo Municipal de Ferreira do Alentejo

O Município de Ferreira do Alentejo, com 648,2 km², 7.847 habitantes e uma densidade populacional de 12,1 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário possui 221 colaboradores afetos aos serviços municipais. O município tem arquivo municipal aberto ao público desde 17 de abril de 2009, sendo o seu horário normal de funcionamento das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h. O arquivo encontra-se centralizado num único polo, tem como documento formal que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo um Regulamento publicado em *Diário da República*.

O arquivo municipal tem como unidade orgânica a Seção de Arquivo Municipal de Ferreira do Alentejo (AMFA), e pondera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local. Não dispõe de certificação da qualidade, refere a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, identificando como condicionantes ao seu acesso a carência de recursos humanos especializados, conservação e preservação da documentação indevida / inexistente, dificuldades na organização da informação / documentação, infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento da documentação, e os processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel, efetuando a sua reprodução por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 3 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior e 2 assistentes técnicos. Destes, 2 são do sexo feminino e 1 do sexo masculino, apenas 1 possui formação em ciência da informação (pós-graduação).

Quanto ao responsável pelo arquivo municipal é do sexo feminino, insere-se na faixa etária compreendida entre os 41 e os 50 anos de idade e possui mestrado em outras áreas do conhecimento.

Referem a colaboração de 1 assistente de arquivo e de cinema (a recibos verdes) há mais ou menos três anos, contudo não é referido se ainda se mantém.

Nos últimos dois anos todos os colaboradores participaram em ações de formação, tais como, Classificação, Proteção de Dados, Gestão de Sistemas Informáticos e Atendimento ao público.

O município beneficiou do PARAM, à data da candidatura, o município, já possuía técnico superior, tendo também integrado um técnico superior durante o processo de candidatura.

O município de Ferreira do Alentejo indicou que no período em que o questionário foi aplicado encontrava-se a decorrer um processo para admitir 1 assistente técnico para o arquivo municipal.

3.1.9 – Arquivo Municipal de Mértola

O Município de Mértola, com um território de 1.292,9 km², 6.172 habitantes e uma densidade populacional de 4,8 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário tem 267 colaboradores. O município tem arquivo municipal aberto ao público desde 2001, no horário de segunda a sexta, das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, o arquivo encontra-se centralizado num único polo, tendo como documento formal que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo um Regulamento Interno.

O arquivo municipal tem como unidade orgânica a Divisão de Cultura e Património, Desporto e Juventude (DCPDJ), aplica o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, não dispõe de certificação da qualidade e refere não existirem limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, bem como condicionantes ao seu acesso. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel, efetuando a sua reprodução por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 2 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior e 1 assistente técnico. O técnico superior, do sexo feminino, possui formação em ciência da informação (mestrado em CDI – variante Biblioteconomia). O assistente técnico, do sexo masculino, embora seja a pessoa responsável pelo arquivo municipal, não possui formação em ciência da informação.

Nos últimos dois anos, ambos os profissionais participaram em ações de formação, tendo por temas Avaliação em Arquivos, Classificação e Paleografia.

O município beneficiou do PARAM, contudo referem que à data da candidatura ao projeto, o município não possuía técnico superior afeto ao arquivo, sendo que, também não integrou durante o processo de candidatura, embora fosse um requisito para a candidatura ao projeto.

3.1.10 – Arquivo Municipal de Moura

O Município de Moura tem uma área territorial de 958,5 km², 13.734 habitantes e uma densidade populacional de 14,3 hab./Km² e conta com 370 colaboradores afetos aos serviços municipais, de acordo com a informação recolhida por meio do questionário. O município tem arquivo aberto ao público, desde 13 de janeiro de 2013, sendo o seu horário normal de funcionamento de segunda a sexta das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, contudo devido à atual situação pandémica Covid-19, embora na parte da manhã funcione no horário normal a parte da tarde difere, funcionando das 14:30 às 16h. O arquivo encontra-se repartido em três polos distintos, e não possui regulamento arquivístico.

Tem a Divisão de Gestão Administrativa e Recursos Humanos como unidade orgânica responsável, que aplica o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local. Não dispõe de certificação da qualidade e não considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, nem de condicionantes ao seu acesso. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel e o digital, efetuando a sua reprodução por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 6 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior, 3 assistentes técnicos e 2 assistentes operacionais. O técnico superior, do sexo masculino, é a pessoa responsável pelo arquivo municipal e o único com formação em ciência da informação (pós-graduação). Relativamente, aos três profissionais da informação na categoria de assistente técnico, são do sexo feminino, já os 2 assistentes operacionais, são do sexo masculino.

Nos últimos dois anos, o técnico superior e os assistentes técnicos participaram em ações de formação sobre os temas Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local e Descrição da Documentação, contudo não referem os assistentes operacionais na participação em ações de formação.

O município beneficiou da candidatura ao PARAM, porém, referem que, à data da candidatura ao projeto, o município não possuía técnico superior afeto ao arquivo, sendo que também não integrou durante o processo de candidatura, embora fosse um requisito para a candidatura ao projeto.

3.1.11 – Arquivo Municipal de Odemira

O Município de Odemira, com uma extensão territorial de 1.720,6 km², 24.669 habitantes, com a densidade populacional de 14,3 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, possui 470 colaboradores afetos aos serviços municipais. O município tem arquivo aberto ao público desde 1992, o seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. Encontra-se centralizado num único polo, tem como documento formal que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo um Despacho Interno.

O arquivo municipal tem como unidade orgânica, a Divisão de Gestão Interna, e encontra-se na fase de implementação da Lista Consolidada, não dispõe de certificação da qualidade, refere não existirem limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, bem como condicionantes ao seu acesso. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel, efetuando a sua reprodução por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 7 profissionais da informação, 1 na categoria de técnico superior, 5 assistentes técnicos e 1 assistente operacional, todos do sexo feminino. O técnico superior possui pós-graduação em ciência da informação e 1 assistente técnico possui formação de técnico profissional BAD.

Quanto ao responsável pelo arquivo municipal, é do sexo masculino, com idade compreendida entre os 41 e os 50 anos de idade, e possui formação (licenciatura) em outra área do conhecimento.

Nos últimos dois anos, contaram com o reforço de 1 profissional, por períodos renováveis de um ano, através de mobilidade estatutária.

Os profissionais da informação participaram em ações de formação, nos últimos dois anos, tendo por temas Aplicação da Tabela de Classificação e Avaliação para a Informação Pública derivada da Lista Consolidada, Descrição Arquivística e RGPD. O município de Odemira não beneficiou do PARAM.

3.1.12 – Arquivo Municipal de Ourique

O Município de Ourique, com uma área territorial de 663,3 km², 4.630 habitantes, com a densidade populacional de 7,0 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 197 colaboradores afetos aos serviços municipais. Não possui arquivo municipal aberto ao público, embora possua serviço de arquivo. Este funciona num único polo e não tem nenhum documento formal que expresse a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo.

Tem como unidade orgânica a Divisão Administrativa e Financeira (DAF), pondera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, e não dispõe de certificação da qualidade. Refere a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, identificando como condicionantes a ausência de recursos humanos, a carência de recursos humanos especializados, dificuldades de organização da informação / documentação e processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes.

Não se aplica a utilização de suportes para consulta presencial da documentação / informação, bem como da sua reprodução.

Conta com 2 profissionais da informação, ambos na categoria de assistente técnico, sendo um do sexo feminino e o outro do sexo masculino. Nenhum possui formação em ciência da informação.

Nos últimos dois anos, não recebeu qualquer tipo de reforço nos recursos humanos, sendo que também não houve nenhuma participação em ações de formação por parte dos profissionais da informação afetos ao arquivo municipal. O município não beneficiou do PARAM.

3.1.13 – Arquivo Municipal de Serpa

O Município de Serpa, com uma extensão territorial de 1.105,6 km², 14.339 habitantes e uma densidade populacional de 13,0 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 385 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 21 de maio de 1982, no horário das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h. O arquivo encontra-se centralizado num único polo, tendo como documento formal, que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, um Regulamento Interno.

Em resposta ao questionário indicam que a unidade orgânica correspondente é uma Secção, contudo não é referida a sua designação. O arquivo municipal de Serpa, pondera a aplicação do PCIAAL, e não dispõe de certificação da qualidade. Não é considerada a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, contudo identificam-se como condicionantes, a carência de recursos humanos especializados, dificuldades na organização da informação / documentação e processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel e o digital, sendo que efetua reproduções de documentos por fotocópia e digitalização.

Conta com 4 profissionais da informação, sendo 1 de técnico superior, 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional. O técnico superior, do sexo masculino, com idade compreendida entre os 41 e os 50 anos de idade, é a pessoa responsável pelo arquivo municipal e o único com formação em CDI (pós-graduação). Os restantes profissionais, são do sexo feminino.

O arquivo municipal de Serpa, nos últimos dois anos, não recebeu qualquer tipo de reforço nos recursos humanos e apenas os assistentes técnicos participaram em ações de formação, tendo por tema o Tratamento do Livro Antigo. O município beneficiou do PARAM, tendo o seu processo concluído / implementado. Quando da candidatura ao projeto, já possuía técnico superior, contudo, também integraram um durante o processo.

3.1.14 – Arquivo Municipal de Vidigueira

O Município da Vidigueira, com 316,6 km², 5.504 habitantes e uma densidade populacional de 17,4 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 200 colaboradores, possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 1 de junho de 2005, no horário das 9h às 12:30h e das 13:30h às 17h. O arquivo encontra-se centralizado num único polo, tendo como documento formal, que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, um Regulamento Interno.

A unidade orgânica a que pertence é a Divisão de Administração e Finanças – Expediente e Documentação. Não considera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, nem dispõe de certificação da qualidade, referindo não existirem limitações no acesso à documentação / informação do arquivo. Contudo, indica como condicionantes ao seu acesso a inexistência de condições de

conservação e preservação da documentação. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel e digital, efetuando a sua reprodução por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 5 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior e 4 assistentes técnicos. O técnico superior, responsável pelo arquivo municipal, é do sexo masculino, insere-se na faixa etária compreendida entre os 41 e os 50 anos de idade, e não possui formação em CDI. Os profissionais da informação na categoria de assistente técnico, são todos do sexo feminino, 2 não possuem formação em CDI, sendo que 1 é assistente técnica BAD. Nos últimos dois anos, o arquivo municipal recebeu o reforço de 1 profissional da informação, do sexo feminino, na categoria de assistente técnica, com idade compreendida entre os 51 e os 60 anos de idade, sem formação em CDI. Em igual período, todos os profissionais participaram em ações de formação tendo por temas Gestão Documental e Classificação. O município beneficiou do PARAM, sendo que à data da candidatura ao projeto o município já possuía técnico superior.

3.2 – Distrito de Évora

Dos distritos analisados, o de Évora, é o que se situa mais no interior de Portugal, estando geograficamente limitado a norte pelos distritos de Portalegre e Santarém. A leste faz fronteira com Espanha, a sul limita com o distrito de Beja e a oeste com o distrito de Setúbal. É composto por 14 municípios.



Figura 3 Mapa dos municípios no distrito de Évora

Fonte: elaborado pela autora

3.2.1 – Arquivo Municipal de Alandroal

O Município de Alandroal, com a área territorial de 542,7 km², 5.028 habitantes e a densidade populacional de 9,3 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 207 colaboradores afetos aos serviços municipais. Não possui arquivo municipal aberto ao público, mas possui serviço de arquivo dentro da organização, que se encontra repartido em três polos distintos, na cave do edifício principal, num “casão”, e a documentação histórica numa sala do Fórum. Não possui nenhum documento formal que expresse a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo. Em resposta ao inquérito, refere não existir nenhuma unidade orgânica responsável pelo arquivo municipal. Relativamente à aplicação do Plano de Classificação

da Informação Arquivística da Administração Local, encontra-se atualmente a elaborar um levantamento da documentação existente, assim sendo ainda não foi possível aplicar qualquer organização. O arquivo não dispõe de certificação da qualidade e refere não existirem limitações no acesso à documentação / informação do arquivo. Contudo, identificam como condicionantes ao seu acesso a ausência de recursos humanos e a carência de recursos humanos especializados. Quanto aos suportes facultados para consulta, esta função não se aplica, embora disponibilizem reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 1 profissional da informação, na categoria de assistente técnico, este não possui formação em Ciência da Informação.

O colaborador não participou em qualquer ação de formação nos últimos dois anos, e o município não beneficiou do PARAM.

3.2.2 – Arquivo Municipal de Arraiolos

O Município de Arraiolos, com 683,8 km², 6.936 habitantes e a densidade populacional de 10,1 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio de questionário, tem 166 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui o Arquivo Histórico à guarda da Biblioteca Municipal, encontrando-se ambos no mesmo espaço físico, e partilham também o mesmo horário de funcionamento (10h às 13h e das 14h às 17h), bem como, os mesmos profissionais da informação. O serviço não possui qualquer documento formal que expresse a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo.

Referem ter uma Divisão como unidade orgânica responsável, contudo não é identificada a sua designação. Não consideram a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, e não dispõe de certificação da qualidade. Referem a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, identificando como condicionantes ao seu acesso a carência de recursos humanos especializados e processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação e/ou informação são os originais em papel, efetuando a sua reprodução por meio de fotocópia e digitalização. Conta com 3 profissionais da informação, sendo 2 técnicos superiores e 1 assistente técnico. 1 de estes técnicos é do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Embora todos

possuam formação superior, apenas 1 profissional possui formação em ciência da informação (pós-graduação).

Nos últimos dois anos, nenhum dos profissionais participou em qualquer ação de formação, o município também não beneficiou do PARAM.

3.2.3 – Arquivo Municipal de Borba

O município de Borba, com 145,2 Km² e 6.763 habitantes, tem a densidade populacional de 46,6 hab./Km², informou por contato telefónico realizado no dia 07 de outubro de 2020 que não possui arquivo municipal, nem recursos humanos afetos.

3.2.4 – Arquivo Municipal de Estremoz

O Município de Estremoz, com 513,8 km², 12.772 habitantes e a densidade populacional de 24,9 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 333 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 2 de maio de 2004, sendo o seu horário normal de funcionamento das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h. O arquivo encontra-se centralizado num único polo, tem um Regulamento Interno como documento formal que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo.

Tem como unidade orgânica a Divisão de Arquivo Municipal, aplica o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, e não dispõe de certificação da qualidade. Não considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, mas identifica como condicionantes ao seu acesso o estado de conservação dos documentos. Os suportes facultados para consulta são os originais (suporte papel) e o digital, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

O arquivo municipal de Estremoz conta com 3 profissionais da informação, todos na categoria de técnico superior e do sexo feminino. Todos possuem formação superior, sendo que 2 possuem formação em ciência da informação (1 pós-graduação e 1 licenciatura).

Todos os colaboradores participaram em ações de formação nos últimos dois anos, tendo como temas PCIAAL, Avaliação, Preservação e Descrição. O município não beneficiou do PARAM.

3.2.5 – Arquivo Municipal de Évora

O Município de Évora, com 1.307,1 km², 52.441 habitantes e a densidade populacional de 40,1 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 750 colaboradores. Possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 3 de junho de 1995, o seu horário normal de funcionamento é das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, o arquivo encontra-se em 2 polos distintos: o do arquivo municipal e o do arquivo histórico, que está à guarda do arquivo Distrital de Évora. O documento formal que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo é um Regulamento Interno.

Tem como unidade orgânica a Divisão de Cultura e Património, e não considera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, assim como não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, identificando como condicionantes ao seu acesso a inexistência de condições de conservação e preservação da documentação, dificuldades na organização da informação/documentação. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel e o digital, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 6 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior, 4 assistentes técnicos e 1 assistente operacional. Destes, 1 é do sexo masculino e os restantes do sexo feminino, contudo nenhum possui formação em ciência da informação.

Nos últimos dois anos, contou com a colaboração de 1 elemento através de transferência temporária. Em igual período, tanto o técnico superior como os assistentes técnicos participaram em ações de formação, tendo por tema Técnicas de Arquivo. O município não beneficiou do PARAM.

O município conta também com outro colaborador com formação em CDI a desempenhar funções administrativas, não estando afeto ao arquivo municipal.

3.2.6 – Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo

O Município de Montemor-o-Novo, com 1.233,0 km², 15.694 habitantes e a densidade populacional de 12,7 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem arquivo municipal aberto ao público desde 1983, o seu horário normal

de funcionamento é das 9:30h às 12:30h e das 14h às 18h. O arquivo está centralizado num único polo, tendo como documentos formais, que expressam a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, um Regulamento e Despacho Interno.

Tem como unidade orgânica a Divisão Sócio Cultural. Atualmente pondera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, e não dispõe de certificação da qualidade. Não considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo.

Os suportes facultados para consulta são os originais em papel e o digital, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 5 profissionais da informação, sendo 2 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional. Destes, 2 são do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Apenas 1 possui formação em ciência da informação (pós-graduação).

Tanto técnicos superiores como assistentes técnicos participaram em ações de formação nos últimos dois anos, tendo como temas avaliação e eliminação, conservação, fotografia e digitalização. O município beneficiou do PARAM, o arquivo municipal já possuía técnico superior à data da candidatura ao Programa, sendo que integrou novo técnico durante o processo de candidatura.

3.2.7 – Arquivo Municipal de Mora

O Município de Mora, com 444 Km², 4.163 habitantes e a densidade populacional de 111,5 hab./Km², informou, através de contacto telefónico realizado no dia 7 de outubro de 2020, que não possui serviço de arquivo na organização, nem recursos humanos que desempenhem a função de profissionais da informação.

3.2.8 – Arquivo Municipal de Mourão

O município de Mourão, com 278,6 km² de área territorial, 2.453 habitantes e a densidade populacional de 8,8 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 159 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde 1998, o seu horário normal de funcionamento é das 9h às 12:30 e das 14h às 17h. O arquivo está centralizado num único polo, e não possui nenhum documento formal que expresse a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo.

O arquivo municipal tem como unidade orgânica Divisão Sócio Cultural, encontra-se com o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local praticamente aplicado e não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, identificando como condicionantes a ausência de recursos humanos. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação e/ou informação são os originais em papel, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 2 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior, e 1 assistente técnico, um do sexo masculino outro do sexo feminino, sendo que 1 possui formação em ciência da informação (mestrado), sendo este o responsável pelo arquivo municipal, contudo está em regime de Avença. Os colaboradores não participaram em ações de formação nos últimos dois anos, e o município não beneficiou do PARAM.

3.2.9 – Arquivo Municipal de Portel

O Município de Portel, com a área territorial de 601,0 km², 5.849 habitantes e a densidade populacional de 9,7 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 200 colaboradores afetos aos serviços municipais. Embora possua serviço de arquivo municipal, este encontra-se fechado ao público, tendo, porém, informado que abrirá brevemente. O arquivo está localizado em 2 polos, tem como documento formal, que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, um Regulamento Interno.

O arquivo municipal de Portel tem como unidade orgânica a Divisão Administrativa e Financeira. Atualmente pondera a implantação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, e dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, identificando como tal a existência de documentos muito antigos que não devem ser manuseados. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel e o digital, sendo que possuem meios próprios de reprodução de documentos.

Conta com apenas 1 profissional da informação, do sexo feminino, na categoria de técnico superior, possui formação em ciência da informação (pós-graduação), sendo que nos últimos dois anos não participou em qualquer ação de formação. O município não beneficiou do PARAM.

3.2.10 – Arquivo Municipal do Redondo

O município de Redondo, com a área territorial de 369,5 km², 6.370 habitantes e a densidade populacional de 17,2 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio de questionário, tem 260 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde 13 de outubro de 2010, com o horário normal de funcionamento, das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h. Encontra-se reunido num único polo, tendo um Regulamento Interno como documento formal em que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de informação de arquivo.

O serviço de arquivo municipal integra-se na unidade orgânica da Cultura, pondera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local e não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação, indicando, como condicionantes ao seu acesso, a conservação e preservação da documentação imprópria, bem como as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação. Os suportes facultados para a consulta presencial da documentação e/ou informação são os originais (papel) e o digital, efetuando reproduções por meio de digitalização.

O arquivo municipal conta com 2 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior e 1 assistente técnico, ambos do sexo feminino. O técnico superior possui formação em ciência da informação (mestrado), é também a pessoa responsável pelo serviço.

Indica que nos últimos dois anos apenas o profissional da informação, na categoria de assistente técnico, participou em ações de formação, contudo não são referidos os temas. O município beneficiou do PARAM, mas à data da candidatura o arquivo municipal não possuía técnico superior. Não integrou durante o processo, embora fosse um requisito de acesso ao programa.

3.2.11 – Arquivo Municipal de Reguengos de Monsaraz

O município de Reguengos de Monsaraz, com uma área territorial de 464,0 km², 10.026 habitantes e a densidade populacional de 21,6 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio de questionário, tem 300 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 25 de julho de 2007, o seu horário normal de funcionamento é das 9h às 12:30 e das 14h às 17:30, encontrando-

se centralizado num único polo. O documento formal que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo é o Regulamento, publicado em *Diário de República*.

A sua unidade orgânica responsável é a Seção de Arquivo Municipal. Quanto ao Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local encontra-se praticamente aplicado, e não dispõe de certificação da qualidade. Não considera a existência de limitações de acesso à documentação / informação e identifica como condicionantes ao seu acesso as dificuldades na organização da informação / documentação, as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação, e processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação e/ou informação são os originais em papel, e o digital, efetuando reproduções por digitalização. O arquivo municipal conta com 4 profissionais da informação, contudo o respondente não indica as categorias profissionais, sexo e faixas etárias. Apenas indica 1 com mestrado em ciência da informação, 1 com pós-graduação em ciência da informação, 1 com licenciatura em outras áreas do conhecimento e 1 com o 12.º ano de escolaridade. Quanto ao responsável, possui mestrado em ciência da informação, é do sexo masculino e insere-se na faixa etária dos 41-50 anos de idade.

Indica ainda que, nos últimos dois anos, assistentes técnicos participaram em ações de formação, contudo não refere os temas das ações.

O município beneficiou do PARAM, sendo que à data da candidatura já possuía técnico superior no arquivo municipal e não integrou durante o processo.

3.2.12 – Arquivo Municipal de Vendas Novas

O município de Vendas Novas, com a área territorial de 222,4 km², 11.257 habitantes e a densidade populacional de 50,6 hab./Km², de acordo com a informação obtida por meio de questionário, tem 220 colaboradores afetos aos serviços municipais. Não possui arquivo municipal aberto ao público, embora possua serviço de arquivo repartido em três polos distintos. O seu horário normal de funcionamento é das 9h às 12:30 e das 14h às 17:30h, possui regulamento arquivístico, contudo não se encontra formalmente atribuído. Tem como unidade orgânica a Divisão Administrativa e Financeira, Secção de Administração Geral, aplica o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, e não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação, identificando como condicionantes

a carência de recursos humanos especializados, e as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação e/ou informação são os originais (papel), não efetuando reproduções.

Relativamente ao número de profissionais da informação afetos ao serviço de arquivo municipal, a informação prestada no questionário não é clara, pois em diversas questões responde que têm “vários profissionais”. Deste modo, não nos é possível identificar o número de profissionais existentes, bem como, a sua categoria profissional, sexo e faixas etárias. Em contato telefónico realizado no dia 6 de outubro de 2020, a Dra. Manuela Pereira, referiu que o serviço de arquivo administrativo funciona internamente, contudo, não possui especificamente profissionais afetos ao serviço. A mesma, possui formação em ciência da informação, desempenha funções de arquivo, entre outras funções, estando afeta a outro serviço.

Na resposta ao questionário fornecida pelo município, refere, quanto ao responsável, possuir pós-graduação em ciência da informação, ser do sexo feminino, enquadrando-se na faixa etária compreendida entre os 31 e os 40 anos de idade. Indica também que nos últimos dois anos, assistentes técnicos participaram em ações de formação sobre o tema de Modernização Administrativa – aplicação de gestão de informação.

O município beneficiou do PARAM, sendo que o arquivo municipal já possuía técnico superior à data de candidatura ao programa, não tendo integrado nenhum durante o processo.

3.2.13 – Arquivo Municipal de Viana do Alentejo

O município de Viana do Alentejo, com a área territorial de 393,7 km², 5.144 habitantes e a densidade populacional de 13,1 hab./Km², informou através de contato telefónico realizado no dia 7 de outubro de 2020, que o município não dispõe de arquivo municipal. A responsável pela Biblioteca Municipal, Dra. Elsa Janeiro, referiu que o arquivo estava agregado à biblioteca nas antigas instalações (numa escola), contudo, quando a Biblioteca passou para as novas instalações, não trouxe a documentação correspondente ao arquivo, pois não dispunha de espaço e condições para o fazer. Assim sendo, o arquivo ficou encaixotado no antigo espaço, onde permanece atualmente, embora esteja organizado e inventariado, porém, sem acesso de momento à informação.

3.2.14 – Arquivo Municipal de Vila Viçosa

O município de Vila Viçosa, com a área territorial de 194,9 km², 7.688 habitantes e a densidade populacional de 39,5 hab./Km², não respondeu ao inquérito. O mesmo foi enviado por diversas vezes para o *email* geral do município, conforme indicado nos contatos telefônicos realizados para o serviço de arquivo municipal (realizados nos dias 07/10/2020 e 4/11/2020), contudo, não obtivemos qualquer resposta por parte do município. No contato telefônico realizado no dia 4 de novembro de 2020 para o serviço de arquivo, fomos informados de que existem 2 profissionais da informação afetos ao serviço de arquivo, contudo, nenhum possui formação em ciência da informação, sendo apenas esta a informação disponibilizada.

3.3. Distrito de Faro

O distrito de Faro é o distrito mais a sul de Portugal, a norte faz limite com o distrito de Beja, a leste com Espanha, a sul e a oeste com o oceano Atlântico. O distrito é composto por 14 municípios.



Figura 4 Mapa dos municípios no distrito de Faro

Fonte: elaborado pela autora

3.3.1 – Arquivo Municipal de Albufeira

O município de Albufeira, com 140,7 km², 41.326 habitantes e uma densidade populacional de 293,8 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio de questionário, tem 1500 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde 1995, o seu horário normal de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 9h às 15:30h. O arquivo encontra-se localizado em quatro polos distintos, tendo como documento formal, que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, um Regulamento Arquivístico publicado em *Diário da República*.

O arquivo municipal de Albufeira tem como unidade orgânica a Divisão de Arquivo Histórico Municipal (AHM), que aplica o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local e não dispõe de certificação da qualidade. Na sua resposta, refere não existirem limitações, nem condicionantes no acesso à documentação / informação do arquivo.

Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel e digitais efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização. Conta com 6 profissionais da informação, sendo 3 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional. Destes 2 são do sexo feminino e 4 do sexo masculino, apenas 1 possui formação em CDI, sendo a pessoa responsável pelo arquivo municipal. Nos últimos dois anos, apenas técnicos superiores participaram em ações de formação com o tema Gestão da Qualidade. O município não beneficiou do PARAM e conta com mais 2 colaboradores com formação em ciência da informação a exercer funções de administração, não estando na dependência do arquivo.

3.3.2 - Arquivo Municipal de Alcoutim

O Município de Alcoutim, com um território de 575,4km², 2.202 habitantes e a densidade populacional de 111,5 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio de questionário, tem 350 colaboradores afetos aos serviços municipais. O município não tem serviço de arquivo municipal aberto ao público, mas possui serviço de arquivo dentro da organização, encontrando-se este localizado em quatro polos distintos. Atualmente, está a ser organizado e não possui regulamento arquivístico.

O serviço de arquivo municipal tem como unidade orgânica a Seção de Arquivo Histórico e Documental, possui o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local praticamente aplicado, não dispõe de certificação da qualidade. Refere a existência de limitações de acesso à documentação / informação e aponta como condicionantes no seu acesso a ausência de recursos humanos, bem como de recursos financeiros, a carência de recursos humanos especializados, a conservação e preservação indevida da documentação, dificuldades na organização da informação / documentação, infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação, e processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. Conta com 1 profissional da informação, do sexo feminino, que não possui formação em CDI nem participou em nenhuma ação de formação. O arquivo municipal de Alcoutim, não beneficiou do PARAM.

3.3.3 - Arquivo Municipal de Aljezur

O Município de Aljezur, com 323,5 km², 5.597 habitantes e uma densidade populacional de 17,3 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, possui 210 colaboradores afetos aos serviços municipais. O município não tem arquivo aberto ao público, contudo, tem serviço de arquivo dentro da organização. Este funciona no horário das 9h às 15:30, localiza-se em cinco polos distintos e não dispõe de Regulamento Arquivístico.

O serviço de arquivo municipal de Aljezur tem como unidade orgânica a Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, não considera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, nem dispõe de certificação da qualidade. Refere a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, identificando como condicionantes a carência de Recursos Humanos especializados, e a conservação da documentação indevida. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 2 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior e 1 assistente técnico, ambos do sexo feminino, sendo que 1 possui formação em CDI.

Nos últimos dois anos, ambas participaram em ações de formação, tendo por temas, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho, Código do Procedimento Administrativo (CPA), Regime Jurídico das Autarquias Locais, Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), Gestão de Documentos e Implementação do Plano de Classificação conforme a MEF. O município não beneficiou do PARAM.

3.3.4 – Arquivo Municipal de Castro Marim

O Município de Castro Marim, com 300,8 Km², 6.256 habitantes e uma densidade populacional de 20,8 hab./Km², através de contato telefónico realizado no dia 8 de outubro de 2020 informou que, embora o município tenha arquivo dentro da organização, este não se encontra aberto ao público, não existindo recursos humanos afetos ao mesmo.

3.3.5 – Arquivo Municipal de Faro

O município de Faro, com 202,6 Km², 60.995 habitantes e uma densidade populacional de 111,5 hab./Km², de acordo com a informação obtida por meio de questionário, não

dispõe de arquivo municipal aberto ao público, contudo possui serviço de arquivo dentro da organização. Este não possui regulamento arquivístico, tendo como unidade orgânica o Núcleo de Unidade Arquivo e Documentação (UAD). Refere aguardar a publicação da portaria com a lista consolidada, não possuindo plano de Classificação Arquivística. Informou-nos na seção de comentários do questionário aplicado que

O Arquivo Municipal de Faro tem a sua documentação em fase definitiva (histórica) depositada no Arquivo Distrital de Faro, pelo que a consulta da referida documentação é feita nesse mesmo local, ao abrigo de um acordo de depósito celebrado no ano 1997. A restante documentação encontra-se à guarda do Município, em depósitos dispersos. A UAD presta também apoio à classificação, arquivo e desarquivo de documentos em fase ativa, que são geridos pelo sistema de gestão documental MYDoc.

O arquivo municipal não possui certificação da qualidade, considera não possuir limitações de acesso à documentação / informação, contudo, indica como condicionantes ao seu acesso, as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel e digital, permitindo a reprodução de documentos por fotocópia e digitalização.

Conta com 2 profissionais da informação, 1 técnico superior e 1 assistente técnico, ambos do sexo masculino, em que o técnico superior possui formação em CDI e é a pessoa responsável pelo arquivo municipal. Os profissionais não participaram em ações de formação nos últimos dois anos. O município não beneficiou do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais.

3.3.6 - Arquivo Municipal de Lagoa

O Município de Lagoa, com 88,3 Km², 22.755 habitantes e uma densidade populacional de 257,8 hab./Km², de acordo com a informação recolhida através do questionário, tem 424 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde 6 de outubro de 2002, o seu horário normal de funcionamento é todos os dias úteis, das 9h ao 12:30 e das 14h às 17:30, mantendo o mesmo horário durante a pandemia causada pela COVID 19 mediante agendamento prévio. O arquivo está localizado em três polos distintos, existindo o edifício principal e dois depósitos de arquivo.

O arquivo tem como documento formal, que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, um Regulamento arquivístico publicado em *Diário da República*.

Tem como unidade orgânica a Divisão de Ação Sociocultural, encontra-se em fase de implementação do PCIAAL, tendo iniciado o seu processo em 2019. Não dispõe de certificação da qualidade, considera a existência de limitações de acesso à documentação / informação, apontando como condicionantes no acesso à documentação a carência de recursos humanos especializados, as condições de conservação e preservação da documentação, as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação e processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. Os suportes facultados para a consulta presencial de documentação / informação são os originais em papel, efetuando reproduções de documentos por meio de digitalização.

Conta com 6 colaboradores, sendo 2 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 3 assistentes operacionais. Destes, 3 são do sexo feminino e 3 do masculino. Apenas 2 possuem formação em CDI.

Nos últimos dois anos, o arquivo contou com o reforço de 1 assistente técnico, embora este já tenha saído há 1 ano.

O município beneficiou do PARAM, sendo que não possuía técnico superior antes da candidatura e integrou durante o processo.

Todos os profissionais da informação participaram em ações de formação, tendo como temas Avaliação, Produção de relatório de documentação acumulada, acesso aos documentos administrativos, preservação e conservação preventiva, PCIAAL e comunicação e difusão da informação.

3.3.7 – Arquivo Municipal de Lagos

O Município de Lagos, com 213,0 Km², 30.408 habitantes e a densidade populacional de 142,8 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio de questionário, tem 841 colaboradores afetos aos serviços municipais. O município tem arquivo aberto ao público desde 1 de abril de 2006, às segundas, quartas e sextas das 9h às 17h, estando encerrado ao público às terças e quintas, estando localizado em quatro pólos distintos.

O arquivo possui Regulamento Interno, tendo como unidade orgânica a Seção de Serviço de Arquivo Municipal, aplica o Plano de Classificação e dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações de acesso à documentação / informação,

identifica como condicionantes ao seu acesso a carência de recursos humanos especializados, dificuldades na organização da informação / documentação, infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação e processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. Disponibiliza a documentação no suporte original (papel) e faculta a sua reprodução por meio de fotocópia.

O arquivo municipal de Lagos conta com 7 profissionais da informação, sendo 2 técnicos superiores, 1 coordenador técnico, 3 assistentes técnicos e 1 assistente operacional. Destes, 5 são do sexo feminino e 2 do masculino, e apenas 1 possui formação em CDI. Nos últimos dois anos, tanto técnicos superiores como assistentes técnicos participaram em ações de formação, tendo por temas Higiene Postural, RGPD, LGTFP, CPA, Modernização Administrativa, Regime Jurídico das Autarquias Locais, Higiene, Saúde e Segurança, Atendimento ao Público, PCIAAL/LC, Preservação Digital, Técnicas de Arquivo, Organização e Avaliação Documental. O município de Lagos não beneficiou do PARAM.

Em resposta ao questionário, foi-nos informado na seção dos comentários que,

O Serviço de Arquivo Municipal tem à sua guarda, para além dos documentos de interesse histórico e de conservação permanente, os processos de edificação e urbanização (habitualmente designados por "processos de obras"), que já estejam concluídos - que possuam alvará de utilização ou que tenham receção definitiva, conforme os casos. É o edifício onde estes processos se encontram - Arquivo da Porta da Vila - que está aberto ao público (três dias por semana). Esta situação encontra-se melhor explicada no sítio eletrónico da Câmara Municipal de Lagos, podendo ser acedida através do seguinte url: <https://www.cm-lagos.pt/areas-de-atuacao/arquivo-municipal>.

3.3.8 – Arquivo Municipal de Loulé

O município de Loulé, com 763,7km², 68.785 habitantes e a densidade populacional de 90,01 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio de questionário, tem 1800 colaboradores afetos aos serviços municipais.

Segundo a informação disponível no *site* do município²,

² *Site* do Município de Loulé [Em linha]. Loulé: Câmara Municipal, 2021, atual. 2021. [Consult. 28 mai. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.cm-loule.pt/pt/menu/220/arquivo.aspx>

o Serviço de Arquivo Municipal foi criado, na dependência do Departamento Administrativo, pelo Aviso n.º 1815-A/2005 (2.ª série), *Diário da República*, n.º 56 de 21 de março de 2005, Apêndice n.º 38 e, em 2006, passou a integrar a nova Divisão de Bibliotecas e Arquivo Municipal. Este Serviço unificou numa só estrutura, as atribuições, funções e objetivos específicos dos chamados Arquivos Gerais e do Arquivo Histórico Municipal. As novas instalações do Arquivo Municipal de Loulé foram inauguradas no dia 4 de agosto de 2007.

O horário normal de funcionamento é das 9h às 17h, localizando-se em dois polos, tendo, como documentos formais que expressam a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, normas de utilização.

O arquivo municipal de Loulé tem como unidade orgânica a Divisão de Arquivo e Documentação, pondera a aplicação do PCIAAL, dispõe de certificação da qualidade e considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação, identificando como condicionantes ao seu acesso a inapropriada conservação e preservação da documentação e os prazos administrativos. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel e o digital, efetuando reproduções por meio de digitalização.

Conta com 21 profissionais da informação, sendo 3 técnicos superiores, 17 assistentes técnicos e 1 assistente operacional. Destes, 18 são do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Apenas 4 profissionais têm formação em CDI. Salientamos que do número total, 11 destes profissionais estão no arquivo corrente (Expediente), esta ressalva deve-se ao facto de na maioria dos restantes arquivos isto não acontecer, sob pena de se efetuarem comparações quanto ao número de profissionais existentes, visto muitos dos arquivos não terem à sua responsabilidade o serviço de expediente. Esclarecimento este, prestado pelo Dr. Nelson Vaquinhas, chefe de Divisão de Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Loulé.

Nos últimos dois anos, os profissionais participaram em ações de formação, não tendo sido referidos os seus temas. O município beneficiou do PARAM, já possuía técnico superior antes da candidatura ao projeto, ainda assim, refere a integração de mais técnicos superiores durante o seu processo de candidatura.

3.3.9 - Arquivo Municipal de Monchique

O município de Monchique, com 395,3 Km², 5.130 habitantes e a densidade populacional de 13,0 hab./Km², através de contato telefónico realizado no dia 8 de outubro de 2020, informou que o município não dispõe de arquivo aberto ao público, não existe serviço de arquivo na organização e, como tal, não possui recursos humanos afetos ao mesmo.

3.3.10 – Arquivo Municipal de Olhão

O Município de Olhão, com 130,9km², 44.506 habitantes e a densidade populacional de 340,1 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 601 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde 1998, o seu horário de funcionamento é das 9h às 12:30 e das 13:30 às 17h, contudo apenas abre ao público das 13:30 às 17h. O arquivo localiza-se em quatro polos distintos, e os documentos formais que expressam a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo são um regulamento interno, ordens de serviço, bem como normas internas de serviço.

Tem como unidade orgânica o Núcleo de Serviço de Arquivo Municipal, encontra-se em fase de aplicação e adaptação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local aos serviços, e não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação, identificando como condicionantes no seu acesso a carência de recursos humanos especializados e a conservação e preservação da documentação indevida. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais e papel e o digital, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 6 profissionais da informação, sendo 4 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 1 assistente operacional. Destes, 3 são do sexo feminino e 3 do masculino. Apenas 1 tem formação em ciência da informação (Pós-Graduação).

Nos últimos dois anos, os técnicos superiores participaram em ações de formação, tendo por temas a Avaliação de Documentação Acumulada, Arquivos Fotográficos, e Modernização Administrativa. Em igual período, contaram com a colaboração de 2 estagiárias, que reforçaram a equipa durante o período de dois meses cada. O município não beneficiou do PARAM.

3.3.11 – Arquivo Municipal de Portimão

O Município de Portimão, com 182,1km², 55.450 habitantes e a densidade populacional de 304,4 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, possui 600 colaboradores afetos aos serviços municipais. Tem arquivo municipal aberto ao público com o horário de funcionamento das 9h às 13h e das 14h às 17h. O arquivo está localizado num único polo, e o documento formal que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo é um Regulamento Arquivístico, publicado em *Diário da República*.

O arquivo municipal de Portimão tem como unidade orgânica, a Divisão Administrativa, pondera o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, e não dispõe de certificação da qualidade. Considera não existirem limitações no acesso à documentação / informação, contudo, identifica como condicionantes ao seu acesso a ausência de recursos humanos e processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação e/ou informação são os originais em papel, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 7 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior e 6 assistentes técnicos. Destes, 5 são do sexo feminino e 2 do masculino. Apenas 1 possui formação em CDI.

Nos últimos dois anos, os profissionais participaram em ações de formação, tendo por temas Código do Procedimento Administrativo, RGPD e LADA. O município não beneficiou do PARAM e conta com mais 1 colaborador com formação em Ciência da Informação, a exercer funções de assessoria, não estando ligado ao Arquivo Municipal.

3.3.12 - Arquivo Municipal de São Brás de Alportel

O Município de São Brás de Alportel, com 153,4 km², 10.416 habitantes e a densidade populacional de 67,9 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, possui 298 colaboradores afetos aos serviços municipais. O município de São Brás de Alportel não tem arquivo municipal aberto ao público, mas tem serviço de arquivo dentro da organização, este centra-se num único polo, e não dispõe de Regulamento Arquivístico.

O arquivo tem como unidade orgânica, a Divisão Administrativa Municipal, pondera a aplicação do PCIAAL, não dispõe de certificação da qualidade. Refere não existirem

limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, mas nomeia como condicionantes, ao seu acesso, a ausência de recursos humanos, a carência de recursos humanos especializados, a indevida conservação da documentação e as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação.

Os suportes facultados para consulta presencial da documentação e/ou informação são os originais em papel, efetuando reproduções por meio de fotocópia.

Conta com 2 profissionais da informação, sendo 1 coordenador técnico e 1 assistente técnico. Ambos do sexo feminino e sem formação em CDI. Estes não participaram em nenhuma ação de formação nos últimos dois anos. O município não beneficiou do PARAM.

3.3.13 – Arquivo Municipal de Silves

O Município de Silves, com 680,1km², 36.200 habitantes e a densidade populacional de 53,2 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, possui 730 colaboradores afetos aos serviços municipais. Tem arquivo municipal aberto ao público desde 1994, com o horário normal de funcionamento das 9h às 17h, e concentra-se num único polo. Os documentos formais, que expressam a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, são um regulamento interno, um despacho interno e o regulamento publicado em *Diário da República*.

O arquivo municipal de Silves tem como unidade orgânica a Seção de Arquivo Municipal, e o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local encontra-se praticamente aplicado, mas não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação, identificando como condicionantes no seu acesso a conservação e preservação da documentação indevida. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação e/ou informação são os originais em papel e o digital, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 6 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior, 2 assistentes técnicos, 2 assistentes operacionais e 1 coordenador técnico. Destes, 5 são do sexo feminino e 1 do sexo masculino, e apenas 1 tem formação em ciência da informação.

Nos últimos dois anos contaram com a colaboração de 1 elemento sem vínculo permanente, que veio reforçar a equipa através do Programa de Inserção do Fundo de Desemprego.

Nos mesmo período, os técnicos superiores e os assistentes técnicos participaram em ações de formação, sob os temas Paleografia, VI Encontro Arquivos do Algarve, Dados Pessoais e Processos de Urbanismo.

O município beneficiou do PARAM, não tinha técnico superior antes da candidatura e integrou um técnico superior durante o processo.

3.3.14 - Arquivo Municipal de Tavira

O Município de Tavira, com 607 km², 24.640 habitantes e a densidade populacional de 40,6 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, possui 438 colaboradores afetos aos serviços municipais. Tem arquivo municipal aberto ao público desde o dia 24 de junho de 2001, o seu horário normal de funcionamento é das 9h às 13h e das 14h às 17h, contudo, devido à atual situação pandémica, apenas fazem atendimento ao público das 9h às 13h, dando preferência à marcação prévia. O arquivo funciona em quatro polos, tem como documento formal, que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, um Regulamento Arquivístico publicado em *Diário da República*.

O arquivo municipal de Tavira, tem como unidade orgânica a Divisão de Administração, aplica o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, e dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, identificando como condicionantes no seu acesso a ausência de recursos financeiros, a carência de recursos humanos especializados e infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação.

Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel e o digital, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 4 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior, 1 assistente técnico e 2 assistentes operacionais. 2 são do sexo feminino e 2 do masculino, e apenas 1 possui formação em ciência da informação (pós-graduação).

Nos últimos dois anos, técnicos superiores e assistentes técnicos participaram em ações de formação, sob os temas Proteção de Dados, Código do Procedimento Administrativo, e Serviço Educativo.

O município de Tavira beneficiou do PARAM, não tinha técnico superior antes da candidatura e integrou-o durante o processo.

3.3.15 - Arquivo Municipal de Vila do Bispo

O município de Vila do Bispo com 179,1 Km², 5.154 habitantes e a densidade populacional de 28,8 hab./Km², possui arquivo municipal aberto ao público desde 2009. O seu horário normal de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 9h às 15:30h, num único polo, e tem como documento formal, que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, um regulamento arquivístico publicado em *Diário da República*.

O arquivo municipal de Vila do Bispo tem como unidade orgânica a Divisão de Gestão Municipal, aplica o PCIAAL, e dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações de acesso à documentação / informação e reconhece, como condicionantes no seu acesso, os prazos definidos na lei. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação e/ou informação são os originais em papel e o digital, efetuando reproduções por fotocópia e digitalização.

Conta com apenas 1 profissional da informação na categoria de técnico superior, do sexo masculino, que possui formação em CDI. Nos últimos dois anos, teve o apoio de 1 assistente técnico durante o período de 1 ano, em igual período, o técnico superior participou em ações de formação, sobre a implementação do PCIAAL.

O município beneficiou do PARAM, porém não possuía técnico superior antes da candidatura e não o integrou durante o processo, embora fosse um requisito de acesso ao programa.

3.3.16 - Arquivo Municipal de Vila Real de Santo António

O município de Vila Real de Santo António, com 61,3 Km², 18.819 habitantes e a densidade populacional de 307,2 hab./Km², de acordo com a informação recolhida através do questionário, tem 412 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde 20 de fevereiro de 2004, e o seu horário normal de funcionamento é das 9h às 17h. Localizado em três polos distintos, possui Regulamento Arquivístico, publicado em *Diário da República*.

O arquivo “municipal” tem, como unidade orgânica, o Núcleo de Biblioteca e Arquivo Histórico, pertencente à Divisão de Cultura e Património Histórico. Relativamente à aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local,

foi referido: «Considerando que somos arquivo histórico, esta decisão, ainda que possa ter a nossa colaboração, não depende de nós». Não dispõe de certificação da qualidade, e considera a existência de limitações de acesso à documentação / informação, mencionando a preservação dos originais quando não existem reproduções uma condicionante ao acesso da documentação / informação. Os suportes facultados para a consulta presencial da documentação e/ou informação são os originais em papel e o digital, sendo a reprodução de documentos efetuada através de fotocópia ou digitalização. O arquivo municipal de Vila Real de Santo António conta com 10 profissionais da informação, sendo 5 técnicos superiores e 5 assistentes técnicos. Apenas 2 possuem formação em CDI, e, quanto ao sexo, são 6 do feminino e 4 do masculino.

Nos últimos dois anos, os profissionais de todas as categorias profissionais participaram em ações de formação, com temas relacionados de psicologia, gestão de conflitos e gestão de *stress*.

O município beneficiou do PARAM, não possuía técnico superior antes da candidatura, e integrou-o durante o processo.

3.4 – Distrito de Setúbal

O distrito de Setúbal encontra-se geograficamente limitado a norte pelos distritos de Lisboa e Santarém, a leste por Évora, a sul por Beja e a oeste pelo oceano Atlântico. O distrito é composto por 13 municípios.



Figura 5 Mapa dos municípios no distrito de Setúbal

Fonte: elaborado pela autora

3.4.1 - Arquivo Municipal de Alcácer do Sal

O município de Alcácer do Sal, com 1.499,9 km², 11.686 habitantes e a densidade populacional de 7,8 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 428 colaboradores. Possui arquivo municipal aberto ao público desde 7 de maio de 2003, o seu horário normal de funcionamento é de segunda a sexta-feira das 9h às 12:30h e das 14h às 17h. O arquivo está centralizado num único polo. O documento

formal que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo é um Regulamento Interno.

Tem como unidade orgânica a Divisão de Cultura e Eventos, aplica o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, e não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, identificando como condicionantes ao seu acesso as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação. O suporte facultado para consulta é o digital, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 7 profissionais da informação, 2 técnicos superiores do sexo feminino e 5 assistentes técnicos, sendo 1 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, apenas 1 possui formação em ciência da informação.

Nos últimos dois anos, contaram com a colaboração de 2 profissionais, que prestaram apoio administrativo, contudo não referiram qual a duração destas participações.

Em igual período, nenhum dos seus recursos humanos participou em ações de formação.

O município não efetuou candidatura ao PARAM.

3.4.2 – Arquivo Municipal de Alcochete

O município de Alcochete, com 128,4 km², 19.646 habitantes e a densidade populacional de 153,1 hab./Km², informou, através de contato telefónico realizado no dia 4 de novembro de 2020, que não dispõe de arquivo aberto ao público, que não existe serviço de arquivo na organização, apenas dispõe de um depósito, e que não possui recursos humanos afetos.

3.4.3 – Arquivo Municipal de Almada

O município de Almada, com 70,0 km², 169.013 habitantes e a densidade populacional de 2.414,1 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 1752 colaboradores. Possui arquivo municipal aberto ao público desde 1977, funciona no horário das 9h às 17h, sendo o horário de atendimento, por marcação, das 10h às 12h. O arquivo possui cinco depósitos de arquivo com gestão descentralizada, sendo o arquivo histórico, o arquivo intermédio, o arquivo de urbanismo, o arquivo dos

recursos humanos e o arquivo de serviços operacionais. Não possui regulamento arquivístico.

Tem como unidade orgânica a Divisão de Bibliotecas e Arquivos, encontrando-se em fase de implementação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, mas não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação, identificando como condicionantes no seu acesso a inapropriada conservação e preservação da documentação. Os suportes facultados para consulta são os originais em papel, digital e microfilme, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 10 profissionais da informação, sendo 6 técnicos superiores e 4 assistentes técnicos. Destes, 3 são do sexo masculino e 7 do sexo feminino, sendo que 4 possuem pós-graduação em ciência da informação.

Nos últimos dois anos, contaram com a colaboração de 1 assistente técnico por mobilidade interna, que veio reforçar a equipa.

O município beneficiou do PARAM, já possuía técnico superior antes da candidatura, sendo que não integrou nenhum durante o processo.

Os profissionais de todas as categorias participaram em ações de formação sobre os temas de conservação de documentos audiovisuais e requisitos Moreq, nos últimos dois anos. Salientamos que as respostas fornecidas ao questionário são respeitantes ao serviço de Arquivo Histórico.

3.4.4 – Arquivo Municipal do Barreiro

O município do Barreiro, com 36,4 km², 75.283 habitantes e a densidade populacional de 2.068,8 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 800 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde 1 de novembro de 2004, o seu horário normal de funcionamento é das 9h às 17:30, estando centralizado em apenas um polo. O documento formal que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo é um Regulamento Publicado em *Diário da República*.

Tem como unidade orgânica a Divisão de Cultura e Património Cultural (DCPC). Quanto ao Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, este encontra-se aplicado, e não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência

de limitações no acesso à documentação / informação, identificando como condicionantes no seu acesso a ausência de recursos humanos. Os suportes facultados para consulta são os originais em papel e digital, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 6 profissionais da informação, todos eles técnicos superiores, sendo 3 de cada sexo. Apenas 1 possui formação em ciência da informação.

Indicam que nos últimos dois anos, contaram com a colaboração de 3 elementos, contudo não referem qual o tipo de colaboração e a sua duração.

O município efetuou candidatura ao PARAM, embora a obra não tenha sido implementada, sendo que já possuía técnico superior antes da candidatura. Contudo durante o processo de candidatura integrou novo técnico superior. Nos últimos dois anos, nenhum colaborador participou em ações de formação.

3.4.5 – Arquivo Municipal de Grândola

O município de Grândola, com 825,9 km², 14.605 habitantes e a densidade populacional de 17,7 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 500 colaboradores. Possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 17 de junho de 2009, o seu horário normal de funcionamento é das 9h às 17h. O arquivo está centralizado num único polo, tem como documento formal, que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, um Regulamento Arquivístico, publicado em *Diário da República*.

Tem como unidade orgânica a Área de Arquivo Municipal, atualmente pondera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, não dispondo de certificação da qualidade. Não considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, enumerando, porém, como condicionantes no seu acesso a ausência de recursos humanos, a carência de recursos humanos especializados, a conservação e prevenção inapropriada da documentação, e processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. Os suportes facultados para consulta são os originais em papel e digital, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 4 profissionais da informação, sendo 3 técnicos superiores, e 1 assistente técnico. Destes, 3 são do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Apenas 1 possui formação em ciência da informação (mestrado).

Todos os colaboradores participaram em ações de formação nos últimos dois anos, tendo como temas os objetivos para o desenvolvimento sustentável, higiene e segurança no trabalho, e regulamento e proteção de dados pessoais (RGPD). O município não beneficiou do PARAM.

3.4.6 – Arquivo Municipal da Moita

O município da Moita, com 55,3 km², 64.467 habitantes e a densidade populacional de 1.166,6 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 754 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 1 de dezembro de 1989, o seu horário normal de funcionamento é das 9h às 12:30 e das 14h às 17:30. O arquivo está centralizado em 1 único polo, e o documento formal que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo é um regulamento interno.

Tem como unidade orgânica a Divisão de Cultura, pondera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, e não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação, identificando como condicionantes, no seu acesso, as legais. Os suportes facultados para consulta são os originais em papel, efetuando reproduções por meio de fotocópia, digitalização e fotografia.

Conta com 6 profissionais da informação, sendo 4 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos, todos do sexo feminino. Contudo, apenas 1 tem formação em ciência da informação.

Nos últimos dois anos, tanto os técnicos superiores como os assistentes técnicos participaram em ações de formação, tendo como temas a Avaliação em Arquivos, Classificação, Introdução às Técnicas de Arquivo e Indexação. O município não efetuou candidatura ao PARAM.

3.4.7 – Arquivo Municipal do Montijo

O município do Montijo, com 348,6 km², 57.251 habitantes e a densidade populacional de 164,2 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 1061 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 9 de novembro de 2001, sendo o seu horário normal de funcionamento das 9h às 12:30h e das 14h às 17h. O arquivo está centralizado num único polo, não possuindo Regulamento Arquivístico nem nenhum outro documento formal.

Tem como unidade orgânica a Divisão de Cultura, Biblioteca, Juventude e Desporto, e pondera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, não dispendo de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, identificando como condicionantes no seu acesso a ausência de recursos humanos, a ausência de recursos financeiros, a carência de recursos humanos especializados, a ausência de condições apropriadas de conservação e prevenção da documentação, dificuldades na organização da documentação / informação, infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação, e processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. Os suportes facultados para consulta são os originais em papel, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digital.

Conta com 5 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior, 3 assistentes técnicos e 1 assistente operacional. Destes, 2 são do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Porém, nenhum possui formação em ciência da informação.

Nos últimos dois anos, nenhum dos seus recursos humanos participou em ações de formação.

O município beneficiou do PARAM, não tendo integrado nenhum técnico superior durante o processo de candidatura sendo que já possuía anteriormente.

Foi referido no questionário que o município conta com 2 colaboradores com formação em ciência da informação, contudo não soube responder quais as funções por estes desempenhadas.

3.4.8 – Arquivo Municipal de Palmela

O Município de Palmela, com 465,1 km² de área territorial, 64.222 habitantes e a densidade populacional de 138,1 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por

meio do questionário, tem 928 trabalhadores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde 2001, o seu horário normal de funcionamento é das 8:30h às 12h e das 13:30h às 16:30 h. No contexto atual da pandemia, está fechado ao público. O arquivo está centralizado num único polo, o documento formal que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo é um regulamento, publicado em *Diário da República*.

Tendo como unidade orgânica a Divisão de Atendimento e Administração Geral, o Arquivo Municipal pondera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, não dispõe de certificação da qualidade e não considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo nem condicionantes ao seu acesso. Os suportes facultados para consulta são os originais em papel e digital, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digital.

Conta com 5 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior, 3 assistentes técnicos e 1 assistente operacional. Destes, 1 é do sexo masculino e 4 do sexo feminino. A responsável pelo arquivo municipal possui formação em ciência da informação (mestrado), enquadra-se na faixa etária compreendida entre os 51-60 anos de idade. Dos restantes profissionais 2 possuem o curso técnico-profissional de Biblioteca, e 2 não possuem qualquer formação em CDI.

Refere a participação de técnicos superiores e assistentes técnicos em ações de formação, contudo não são mencionados os temas abordados.

O município candidatou-se ao PARAM, contudo, o projeto não foi implementado. À data da candidatura, o arquivo municipal já possuía técnico superior, não tendo integrado nenhum durante o processo de candidatura.

O município conta com 4 colaboradores com formação em ciência da informação, que não estão afetos ao arquivo municipal, desempenhando funções culturais, de psicologia e administrativas.

3.4.9 - Arquivo Municipal de Santiago do Cacém

O município de Santiago do Cacém, com 1.059,7 km², 28.758 habitantes e a densidade populacional de 27,1 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 530 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 25 de julho de 1999, o seu horário normal de

funcionamento é de segunda a sexta-feira das 10h às 16h. O arquivo encontra-se em 2 polos. Sendo o documento formal, que expressa a responsabilidade relativa ao seu sistema de arquivo, o Regulamento Interno.

Tem como unidade orgânica a Divisão de Cultura e Desporto / Serviço de Bibliotecas e Arquivo, aplica o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, não dispõe de certificação da qualidade. Considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, apresenta como condicionantes no seu acesso as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação. Os suportes facultados para consulta presencial da informação / documentação são os originais em papel, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 9 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior, 5 assistentes técnicos e 3 assistentes operacionais. Sendo 1 do sexo masculino e 8 do sexo feminino, apenas 1 possui formação em ciência da informação (pós-graduação).

Nos últimos dois anos, tanto o técnico superior como os assistentes técnicos frequentaram ações de formação, contudo não foram referidos os temas das mesmas.

O município beneficiou do PARAM, sendo que já possuía técnico superior antes da candidatura, contudo durante o processo integrou novo técnico.

3.4.10 – Arquivo Municipal do Seixal

O Município do Seixal, com 95,5 km², 167.294 habitantes e a densidade populacional de 1.752,7 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem 1900 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 13 de setembro de 2010, o seu horário normal de funcionamento é das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira. O arquivo está centralizado num único polo, tem como documento formal, que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, normas de funcionamento.

Tem como unidade orgânica a Divisão de Administração e Atendimento Público. O arquivo municipal do Seixal tem o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local aplicado, e não dispõe de certificação da qualidade. Não considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo nem condicionantes ao seu acesso. Os suportes facultados para consulta presencial da

documentação e/ou informação são os originais em papel, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digital.

Conta com 5 profissionais da informação, sendo 2 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional, todos do sexo feminino. Os 2 técnicos superiores possuem formação em ciência da informação (Pós-Graduação).

Nos últimos dois anos, contaram com a colaboração de mais um elemento na equipa através de um estágio durante três meses.

Todos os colaboradores participaram em ações de formação, nos últimos dois anos, nas seguintes temáticas: Avaliação, Classificação, Gestão Documental, Qualidade, Atendimento ao Público, Ergonomia, e Saúde e Segurança no Trabalho. O município beneficiou do PARAM, e à data da candidatura ao projeto o arquivo municipal já possuía técnico superior, não o tendo integrado durante o processo.

O município conta com mais 1 colaborador com formação em ciência da informação, que não está afeto ao arquivo municipal, desempenhando funções na Biblioteca Municipal.

3.4.11 - Arquivo Municipal de Sesimbra

O Município de Sesimbra, com uma área territorial de 195,7 km², 51.709 habitantes e a densidade populacional de 264,2 hab./Km², de acordo com a informação recolhida por meio do questionário, tem arquivo municipal aberto ao público desde o dia 28 de março de 2000, sendo o seu horário normal de funcionamento das 9h às 12h e das 14:30h às 17h. O arquivo está centralizado num único polo, tem as normas de funcionamento e um regulamento interno como documentos formais que expressam a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo.

Tem como unidade orgânica a Divisão de Unidade Técnica de Arquivo e Documentação, e, atualmente, não considera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local. Dispõe de certificação da qualidade, não considera a existência de limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, nem de condicionantes ao seu acesso. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação e/ou informação são os originais em papel, digital e microfilme, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 5 profissionais da informação, sendo 4 técnicos superiores e 1 assistente operacional. Destes, 1 é do sexo masculino e os restantes do sexo feminino. Com formação em ciência da informação (mestrado) temos 2 profissionais.

Nos últimos dois anos, todos os elementos participaram em ações de formação, tendo por temáticas: avaliação em arquivos, classificação, expediente, gestão de qualidade, introdução às técnicas de arquivo e modernização administrativa.

O município beneficiou do PARAM, e mesmo já tendo técnico superior à data da candidatura, integrou novo técnico durante o processo.

3.4.12 – Arquivo Municipal de Setúbal

O município de Setúbal, com 230,3 km² de área territorial, 115.442 habitantes e a densidade populacional de 501,2 hab./Km², de acordo com a informação obtida por meio de questionário, tem 1450 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde 2010, o seu horário normal de funcionamento é das 9h às 16h. Atualmente, devido à situação da pandemia da covid-19, os atendimentos e consultas realizam-se *online*. O arquivo encontra-se repartido em quatro polos, tendo como documento formal, que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo, um Regulamento publicado em *Diário da República*.

O arquivo municipal tem como unidade orgânica a Seção de Arquivo e Documentação, integrado na Divisão de Administração Geral, pertencente ao Departamento de Administração Geral e Finanças. Pondera a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, não dispõe de certificação da qualidade, refere a existência de limitações de acesso à documentação / informação, identificando como condicionantes dificuldades na organização da informação / documentação. Os suportes facultados para a consulta presencial da documentação e/ou informação são os originais em papel e o digital, efetuando reproduções por meio de fotocópia e digitalização.

Conta com 6 profissionais da informação, contudo, não foram referidas as categorias profissionais, sexo e faixas etárias dos profissionais em causa. Apenas nos foi indicado que o responsável pelo serviço de arquivo municipal possui pós-graduação em ciência da informação, é do sexo masculino e enquadra-se na faixa etária compreendida entre os 41 e os 50 anos de idade.

Indica que nos últimos dois anos, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais participaram em ações de formação com o tema X-Arq.

O município não beneficiou do PARAM e possui mais um colaborador com formação em ciência da informação, este não se encontra afeto ao serviço de arquivo municipal, mas sim ao serviço da Biblioteca Municipal.

3.4.13 – Arquivo Municipal de Sines

O município de Sines, com uma área territorial de 203,3 km², 13.673 habitantes e a densidade populacional de 67,3 hab./Km², de acordo com a informação obtida por meio de questionário, tem 506 colaboradores afetos aos serviços municipais. Possui arquivo municipal aberto ao público desde o dia 26 de novembro de 2006, o seu horário normal de funcionamento é das 10h às 18h. Atualmente, devido à pandemia da Covid-19, o utilizador deverá efetuar marcação prévia para a visita presencial, privilegiando-se o acesso remoto. O arquivo encontra-se dividido em dois polos distintos, tem um regulamento interno como documento formal, que expressa a responsabilidade relativa ao sistema de arquivo.

O arquivo municipal de Sines tem como unidade orgânica o Departamento de Administração e Finanças, aplica o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local, mas não dispõe de certificação da qualidade. Refere não existirem limitações no acesso à documentação / informação do arquivo, bem como condicionantes ao seu acesso. Os suportes facultados para consulta presencial da documentação / informação são os originais em papel e o suporte digital, efetuando a sua reprodução por meio de digitalização.

Conta com 5 profissionais da informação, sendo 2 técnicos superiores e 3 assistentes técnicos. Quanto ao sexo, 2 são do masculino e 3 do feminino. Com formação em ciência da informação temos 2 profissionais (1 mestrado em Ciências da Informação e Documentação e doutoramento em História e 1 pós-graduação).

Nos últimos dois anos, tanto os técnicos superiores como assistentes técnicos participaram em ações de formação, tendo por temas: avaliação de documentos de arquivo, aplicação da lista consolidada, gestão de documentos eletrónicos e serviço educativo.

O município beneficiou do PARAM, sendo que à data da candidatura, o arquivo municipal não possuía técnico superior e integrou-o durante o processo.

4. QUEM É QUEM NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS A SUL DO TEJO: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Concluída a apresentação da caracterização dos 57 arquivos municipais presentes na investigação, iniciaremos a análise aos resultados obtidos nas respostas ao questionário aplicado. Recordamos que, do total dos municípios inquiridos, existem 6 (Alcochete, Borba, Castro Marim, Monchique, Mora e Viana do Alentejo) que não dispõem de serviço de arquivo municipal, nem de profissionais da informação a exercerem essa função.

Aqui, pretende-se saber *Quem é Quem nos arquivos municipais?* Identificando a sua existência e caracterização. Neste âmbito, apresentamos os recursos humanos quanto ao seu número, categoria profissional, sexo, formação e faixa etária.

Inicialmente, utilizamos o mesmo método de apresentação usado na caracterização, deste modo, os resultados surgem organizados por município, integrados no distrito correspondente, ordenados alfabeticamente. Posteriormente, apresentamos os resultados totais, refletindo a realidade dos profissionais da informação nos arquivos municipais do sul de Portugal.

4.1 - Distrito de Beja

Segundo as respostas obtidas no questionário, o distrito de Beja conta com 38 profissionais da informação (tabela 8), tendo-se revelado o único distrito com serviço de arquivo ativo em todos os municípios e possuidor de recursos humanos afetos ao mesmo. O seu número varia entre 1 (Almodôvar, Alvito, Barrancos, Castro Verde e Cuba) e 6 (Moura), tendo Beja, a capital do distrito, apenas 2 recursos humanos no arquivo municipal. Apesar do número de profissionais ser reduzido nos arquivos municipais, o distrito de Beja, destaca-se pela existência do serviço de arquivo em todos os municípios, o que não acontece nos restantes distritos abordados nesta investigação.

Tabela 8 - Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Beja: número por município, categoria e sexo

| Municípios | Téc. Superior | | Assist. Técnico | | Assist. Operacional | | Coord. Técnico | | Totais |
|----------------------|---------------|----------|-----------------|-----------|---------------------|----------|----------------|----------|-----------|
| | Masc | Fem | Masc | Fem | Masc | Fem | Masc | Fem | |
| Aljustrel | | 1 | | | | 1 | | | 2 |
| Almodôvar | | 1 | | | | | | | 1 |
| Alvito | | | | 1 | | | | | 1 |
| Barrancos | | | 1 | | | | | | 1 |
| Beja | | 1 | | | | 1 | | | 2 |
| Castro Verde | | | | 1 | | | | | 1 |
| Cuba | | 1 | | | | | | | 1 |
| Ferreira do Alentejo | | 1 | 1 | 1 | | | | | 3 |
| Mértola | | 1 | 1 | | | | | | 2 |
| Moura | 1 | | | 3 | 2 | | | | 6 |
| Odemira | | 1 | | 5 | | 1 | | | 7 |
| Ourique | | | 1 | 1 | | | | | 2 |
| Serpa | 1 | | | 2 | | 1 | | | 4 |
| Vidigueira | 1 | | | 4 | | | | | 5 |
| Totais | 3 | 7 | 4 | 18 | 2 | 4 | 0 | 0 | 38 |

Fonte: elaborado pela autora

Do número total, 10 profissionais da informação encontram-se na categoria de técnico superior, 22 na categoria de assistente técnico, 6 na categoria de assistente operacional, sendo que não encontramos nenhum profissional na categoria de coordenador técnico neste distrito. Os números de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais aparecem repartidos entre sexos, sendo respetivamente, 3 do sexo masculino e 7 do sexo feminino, 4 do sexo masculino e 18 do sexo feminino, 2 do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Deste modo, observa-se que o maior peso a nível de categoria

profissional recai sobre os assistentes técnicos (22), a nível do sexo recai no sexo feminino (29) face ao sexo masculino (9).

Quanto à formação, (tabela 9), verifica-se que alguns municípios do distrito de Beja não possuem técnico superior com formação em ciência da informação, com ou sem especialização em arquivística, como são os casos de Aljustrel, Alvito, Barrancos, Castro Verde, Ourique e Vidigueira.

Tabela 9- Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Beja: número por município e habilitações

| | Doutoramento CDI | Doutoramento outra área | Mestrado CDI | Mestrado outra área | Pós-Graduação CDI | Pós-Graduação outra área | Licenciatura / Bacharelato CDI | Outra Licenciatura | 12º ano | 9º ano | Outra Formação | Totais |
|----------------------|------------------|-------------------------|--------------|---------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------|----------|----------------|-----------|
| Aljustrel | | | | | | 1 | | | | 1 | | 2 |
| Almodôvar | | | | | 1 | | | | | | | 1 |
| Alvito | | | | | | | | | 1 | | | 1 |
| Barrancos | | | | | | | | | | 1 | | 1 |
| Beja | | | | | 1 | | | | | 1 | | 2 |
| Castro Verde | | | | | | | | | 1 | | | 1 |
| Cuba | | | | | | | 1 | | | | | 1 |
| Ferreira do Alentejo | | | | | 1 | | | | 1 | 1 | | 3 |
| Mértola | | | 1 | | | | | | 1 | | | 2 |
| Moura | | | | | 1 | | | 1 | 3 | | 1 | 6 |
| Odemira | | | | | 1 | | | | 6 | | | 7 |
| Ourique | | | | | | | | | 2 | | | 2 |
| Serpa | | | | | 1 | | | 1 | 2 | | | 4 |
| Vidigueira | | | | | | 1 | | | 4 | | | 5 |
| Totais | 0 | 0 | 1 | 0 | 6 | 2 | 1 | 2 | 21 | 4 | 1 | 38 |

Fonte: elaborado pela autora

No que respeita à formação superior específica em ciência da informação, 1 profissional da informação possui mestrado (Mértola), 6 possuem pós-graduação (Almodôvar, Beja, Ferreira do Alentejo, Moura, Odemira e Serpa) e 1 licenciatura (Cuba). Deste modo, verifica-se que a formação tradicional assente na pós-graduação em ciência da informação para acesso à profissão, decorrente do já extinto decreto-lei 247/91, é, ainda, o melhor elemento caracterizador do nível de formação. Com formação superior em áreas distintas da ciência da informação, temos 2 profissionais da informação com pós-graduação e 2 com licenciatura. Deste modo, 12 profissionais da informação têm formação superior (grau ou título), sendo 8 em ciência da informação, enquanto 4 têm formação superior em outras áreas do conhecimento. Porém, embora 12 possuam formação superior, apenas 10 se encontram na categoria de técnico superior. Com formação ao nível do 12.º ano ou

inferior, temos 26 recursos humanos, sendo que, encontramos quatro municípios (Alvito, Barrancos, Castro Verde e Ourique) onde os profissionais apenas têm este nível mais baixo de formação, não existindo profissionais de informação com formação superior, quer seja, com ou sem formação em ciência da informação. O número de profissionais tenderá eventualmente a diminuir, em virtude do encerramento da formação em ciência da informação ocorrido nas universidades do Algarve e de Évora, encontrando-se a oferta formativa no âmbito do ensino superior na área mais a sul do país localizada em Lisboa.

Relativamente aos níveis etários em que se situam estes profissionais da informação, considerámos os constantes na tabela 10, em virtude do atual reduzido recrutamento de novos recursos humanos para a administração pública, bem como pelo facto de a idade da reforma em 2020 se situar nos 66 anos e 5 meses, tendo aumentado um mês em 2021, podendo os trabalhadores manterem-se em funções públicas até à idade de 70 anos.

Do número total de profissionais da informação (38) existentes no distrito de Beja, na tabela apresentada relativa aos níveis etários dos profissionais da informação, apenas constam 36 profissionais, isto deve-se ao facto de não sabermos as faixas etárias dos 2 profissionais da informação existentes no arquivo municipal de Ourique.

Tabela 10 - Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Faro: número por faixas etárias

| | 21-30 anos | 31-40 anos | 41-50 anos | 51-60 anos | ≥ 61 anos | Totais |
|-----------------------------|--|------------|------------|------------|-----------|-----------|
| Aljustrel | | | 2 | | | 2 |
| Almodôvar | | | 1 | | | 1 |
| Alvito | 1 | | | | | 1 |
| Barrancos | | | | | 1 | 1 |
| Beja | | | 1 | 1 | | 2 |
| Castro Verde | | 1 | | | | 1 |
| Cuba | | 1 | | | | 1 |
| Ferreira do Alentejo | | 1 | 1 | 1 | | 3 |
| Mértola | | | 2 | | | 2 |
| Moura | | 1 | 2 | 2 | 1 | 6 |
| Odemira | | 1 | 3 | 3 | | 7 |
| Ourique | Tem 2 PI mas não indicaram as faixas etárias | | | | | |
| Serpa | | | 2 | 2 | | 4 |
| Vidigueira | | | 2 | 2 | 1 | 5 |
| Totais | 1 | 5 | 16 | 11 | 3 | 36 |

Fonte: elaborada pela autora

Ao observar a tabela, verificamos que praticamente metade dos profissionais da informação (16) se encontram na faixa etária dos 41-50 anos, seguidos pela faixa etária dos 51-60 com 11 profissionais. Na faixa etária mais baixa apenas encontramos 1 profissional em Alvito, sendo este o único profissional naquela organização. Na faixa etária dos 31-40 anos encontram-se 5 profissionais (Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Moura e Odemira). Com idade igual ou superior a 61 anos temos 3 profissionais (Barrancos, Moura e Vidigueira), sendo o profissional de Barrancos o único na organização.

4.2 – Distrito de Évora

Segundo as respostas obtidas no questionário, o distrito de Évora conta com 29 profissionais da informação. No distrito existem 3 municípios (Borba, Mora, Viana do Alentejo), que informaram não possuir serviço de arquivo, não existindo tampouco recursos humanos a desempenhar a função de profissionais da informação.

Recordamos que embora o município de Vendas Novas tivesse respondido ao inquérito, não nos foi possível apurar a informação quanto ao número de profissionais existentes, bem como, categorias profissionais, sexo, formação e faixas etárias. Também os municípios de Reguengos de Monsaraz e Vila Viçosa não foram precisos na informação fornecida. Assim sendo, no primeiro apenas sabemos que existem 4 profissionais da informação e a sua formação, contudo fica por apurar as categorias profissionais, o sexo e as faixas etárias. No segundo, sabemos que existem 2 profissionais da informação, que não possuem formação em ciência da informação, contudo, não sabemos as categorias profissionais, o sexo, faixas etárias e o nível de habilitações.

Do número total de 29 profissionais da informação nos arquivos municipais no distrito de Évora (na tabela 11), apenas encontramos especificado detalhadamente o número de profissionais por categoria e sexo em cada município de 23 profissionais, pelo motivo acima referido. O seu número varia entre 1 (Alandroal e Portel) e 6 (Évora), sendo este último a capital do distrito, o possuidor do maior número de recursos humanos, por uma eventual influência da oferta formativa na área pela Universidade de Évora.

Tabela 11 - Profissionais da informação nos arquivos municipais no distrito de Évora: número por município, categoria e sexo.

| Municípios | Téc. Superior | | Assist. Técnico | | Assist. Operacional | | Coord. técnico | | Totais |
|------------------------------|--|-----------|-----------------|----------|---------------------|----------|----------------|----------|-----------|
| | Masc | Fem | Masc | Fem | Masc | Fem | Masc | Fem | |
| Alandroal | | | | 1 | | | | | 1 |
| Arraiolos | | 2 | 1 | | | | | | 3 |
| Borba | Não tem arquivo municipal | | | | | | | | |
| Estremoz | | 3 | | | | | | | 3 |
| Évora | | 1 | 1 | 3 | | 1 | | | 6 |
| Montemor-o-Novo | | 2 | 2 | | | 1 | | | 5 |
| Mora | Não tem arquivo municipal | | | | | | | | |
| Mourão | 1 | | | 1 | | | | | 2 |
| Portel | | 1 | | | | | | | 1 |
| Redondo | | 1 | | 1 | | | | | 2 |
| Reguengos de Monsaraz | Não sabemos categorias profissionais, sexo e faixas etárias | | | | | | | | |
| Vendas Novas | Não foi possível apurar o número de profissionais da informação existentes | | | | | | | | |
| Viana do Alentejo | Não tem arquivo municipal | | | | | | | | |
| Vila Viçosa | Não sabemos categorias profissionais, sexo, faixas etárias e habilitações | | | | | | | | |
| Totais | 1 | 10 | 4 | 6 | 0 | 2 | 0 | 0 | 29 |

Fonte: elaborado pela autora

Deste modo, sabemos que, dos 23 profissionais identificados, 11 encontram-se na categoria de técnico superior, 10 na categoria de assistente técnico, 2 na categoria de assistente operacional, sendo que na categoria de coordenador técnico não se encontra nenhum profissional. Os números de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais surgem repartidos entre sexos, sendo, respetivamente, 1 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, 4 do sexo masculino e 6 do sexo feminino, e, por fim, 2 do sexo feminino. Observa-se que o maior peso a nível de categoria profissional recai sobre os assistentes técnicos (11), a nível do sexo recai no sexo feminino (18) face ao sexo masculino (5).

Quanto à formação, como podemos observar na tabela 12, verifica-se que alguns municípios do distrito de Évora não possuem técnico superior com formação em ciência da informação, com ou sem especialização em arquivística, como são os casos de Alandroal, Évora, e Vila Viçosa, este último embora não saibamos os níveis de habilitações, sabemos que nenhum possui formação em ciência da informação.

No que respeita à formação específica em ciência da informação, 3 profissionais possuem mestrado (Mourão, Redondo e Reguengos de Monsaraz), 5 possuem pós-graduação (Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Portel e Reguengos de Monsaraz) e 1 licenciatura (Estremoz). Com formação superior em áreas distintas da ciência da informação, temos 2 profissionais com mestrado, 1 com pós-graduação e 3 com licenciatura. Deste modo, 15 profissionais da informação têm formação superior (grau ou título), sendo 9 em ciência da informação, enquanto 6 têm formação superior em outras áreas do conhecimento. Porém, embora 15 tenham formação superior, apenas 11 se encontram na carreira de técnico superior. Com formação ao nível do 12.º ano ou inferior, temos 12 recursos humanos, aqui, destacamos o município de Alandroal que apenas possui 1 profissional da informação, sendo possuidor de 12.º ano de escolaridade, não existindo outros profissionais no arquivo municipal com formação superior, quer seja, com ou sem formação em ciência da informação.

Tabela 12 - Profissionais da informação nos arquivos municipais no distrito de Évora: número por município e habilitações

| Municípios | Doutoramento CDI | Doutoramento outra área | Mestrado CDI | Mestrado outra área | Pós-Graduação CDI | Pós-Graduação outra área | Licenciatura / Bacharelato CDI | Outra Licenciatura | 12º ano | 9º ano | Outra Formação | Totais |
|-----------------------|--|-------------------------|--------------|---------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------|----------|----------------|-----------|
| Alandroal | | | | | | | | | 1 | | | 1 |
| Arraiolos | | | | | 1 | | | 2 | | | | 3 |
| Borba | Não tem arquivo municipal | | | | | | | | | | | 0 |
| Estremoz | | | | 1 | 1 | | 1 | | | | | 3 |
| Évora | | | | 1 | | | | | 4 | 1 | | 6 |
| Montemor-o-Novo | | | | | 1 | 1 | | | 2 | 1 | | 5 |
| Mora | Não tem arquivo municipal | | | | | | | | | | | 0 |
| Mourão | | | 1 | | | | | | 1 | | | 2 |
| Portel | | | | | 1 | | | | | | | 1 |
| Redondo | | | 1 | | | | | | 1 | | | 2 |
| Reguengos de Monsaraz | | | 1 | | 1 | | | 1 | 1 | | | 4 |
| Vendas Novas | Não foi possível apurar o número de profissionais da informação existentes | | | | | | | | | | | 0 |
| Viana do Alentejo | Não tem arquivo municipal | | | | | | | | | | | 0 |
| Vila Viçosa | Não sabemos categorias profissionais, sexo, faixas etárias e habilitações | | | | | | | | | | | 2 |
| Totais | 0 | 0 | 3 | 2 | 5 | 1 | 1 | 3 | 10 | 2 | 0 | 29 |

Fonte: elaborado pela autora

Relativamente aos níveis etários, como podemos observar na tabela 13, dos 23 profissionais que obtivemos informação quanto às faixas etárias, verificamos que 11 profissionais se encontram na faixa etária dos 41-50 anos, 5 profissionais na faixa etária dos 51-60 anos, 4 com idade igual ou superior a 61 anos, 2 na faixa etária dos 31-40 anos, por fim, na faixa etária dos 21-30 anos temos 1 profissional.

Tabela 13 - Profissionais da informação nos arquivos municipais no distrito de Évora: número por município e faixas etárias

| Municípios | 21-30 anos | 31-40 anos | 41-50 anos | 51-60 anos | ≥ 61 anos | Totais |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|
| Alandroal | | | 1 | | | 1 |
| Arraiolos | | | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Borba | | | | | | 0 |
| Estremoz | | | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Évora | | | 3 | 1 | 2 | 6 |
| Montemor-o-Novo | 1 | 1 | 1 | 2 | | 5 |
| Mora | | | | | | 0 |
| Mourão | | | 2 | | | 2 |
| Portel | | | 1 | | | 1 |
| Redondo | | 1 | 1 | | | 2 |
| Reguengos de Monsaraz | | | | | | 4 |
| Vendas Novas | | | | | | 0 |
| Viana do Alentejo | | | | | | 0 |
| Vila Viçosa | | | | | | 2 |
| Totais | 1 | 2 | 11 | 5 | 4 | 29 |

Fonte: elaborada pela autora

4.3 – Distrito de Faro

Segundo as respostas obtidas aos inquéritos aplicados, verifica-se que dos 16 municípios que compõem o distrito de Faro, dois ainda não possuem serviço de arquivo municipal, nem de profissionais da informação a exercer essa função.

Na tabela 14, podemos observar que nos restantes municípios o cenário é mais animador, somando no total 81 profissionais da informação. O seu número por município varia entre 1 (Alcoutim e Vila do Bispo) e 21 (Loulé), segue-se Vila Real de Santo António com 10, Lagos e Portimão com 7, Albufeira, Lagoa, Olhão e Silves com 6, Tavira com 4, e, por fim, Aljezur, São Brás de Alportel e Faro, a capital de distrito, têm apenas dois recursos humanos no Arquivo Municipal.

Tabela 14 - Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Faro: número por município, categoria e sexo

| Municípios | Téc. Superior | | Assist. Técnico | | Assist. Operacional | | Coord. Técnico | | Totais |
|----------------------|----------------------------|-----------|-----------------|-----------|---------------------|----------|----------------|----------|-----------|
| | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | |
| Albufeira | 1 | 2 | 2 | | 1 | | | | 6 |
| Alcoutim | | | | 1 | | | | | 1 |
| Aljezur | | 1 | | 1 | | | | | 2 |
| C. Marim | Não tem serviço de arquivo | | | | | | | | 0 |
| Faro | 1 | | 1 | | | | | | 2 |
| Lagoa | 1 | 1 | | 1 | 2 | 1 | | | 6 |
| Lagos | 1 | 1 | | 3 | | 1 | 1 | | 7 |
| Loulé | 1 | 2 | 2 | 15 | | 1 | | | 21 |
| Monchique | Não tem serviço de arquivo | | | | | | | | 0 |
| Olhão | 3 | 1 | | 1 | | 1 | | | 6 |
| Portimão | | 1 | 2 | 4 | | | | | 7 |
| São Brás de Alportel | | | | 1 | | | | 1 | 2 |
| Silves | | 1 | | 2 | 1 | 1 | | 1 | 6 |
| Tavira | | 1 | 1 | | 1 | 1 | | | 4 |
| V. Bispo | 1 | | | | | | | | 1 |
| V. Real St. António | 2 | 3 | 2 | 3 | | | | | 10 |
| Totais | 11 | 14 | 10 | 32 | 5 | 6 | 1 | 2 | 81 |

Fonte: Elaborado pela autora

Dos 81 profissionais da informação existentes nos arquivos municipais do distrito de Faro, 25 encontram-se na categoria profissional de técnico superior, 42 na categoria de assistente técnico, 11 na categoria de assistente operacional e 3 na categoria de coordenador técnico. Os números de técnicos superiores, assistentes operacionais e

coordenadores técnicos surgem divididos entre sexos, sendo, respetivamente, 11 do sexo masculino e 14 do feminino, 5 do sexo masculino e 6 do feminino, 1 do sexo masculino e 2 do feminino.

Porém, no que respeita aos assistentes técnicos, destacam-se os do sexo feminino, em número de 32, face aos 10 do sexo masculino, perfazendo um total de 27 profissionais do sexo masculino e 54 do sexo feminino.

Na tabela 15, encontramos o número de profissionais da informação nos arquivos municipais no distrito de Faro por habilitações, o que nos permite identificar a sua formação. Verificamos que alguns municípios não possuem técnico superior com formação em ciência da informação, com ou sem especialização em arquivística, como são os casos de Alcoutim e São Brás de Alportel.

No que respeita à formação superior específica em ciência da informação, contamos 1 profissional da informação com doutoramento (Loulé), 3 com mestrado (Lagoa, Lagos e Portimão), 12 com pós-graduação (Albufeira, Faro, Lagoa, Loulé, Olhão, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António) e 1 com licenciatura (Aljezur). Mostrando que a formação tradicional assente na pós-graduação em ciência da informação para acesso à profissão, resultante do já extinto decreto-lei 247/91, ainda é, o elemento melhor caracterizador do nível de formação. Com formação superior em áreas distintas da ciência da informação, contamos 1 profissional da informação com doutoramento (Lagos), 1 com mestrado (Vila Real de Santo António), 4 com pós-graduação (Albufeira, Alcoutim, Olhão) e 8 com licenciatura (Albufeira, Loulé, Olhão, Silves, Vila Real de Santo António), totalizando 14. Contabilizam-se 31 profissionais com formação superior (grau ou título), sendo 17 em ciência da informação, enquanto 14 têm formação em outras áreas científicas. Contudo, apesar de 31 possuírem formação superior, apenas 25 estão na categoria de técnico superior. Com formação ao nível do 12.º ano ou inferior, temos 56 recursos humanos. Deste modo, verifica-se que dos 81 profissionais da informação existentes nos arquivos municipais do distrito de Faro, apenas 17 possuem formação superior em ciência da informação, 64 não possuem formação superior, desconhecendo-se a existência de formação específica em ciência da informação por parte de algum ou alguns assistentes técnicos. O número de profissionais da informação com formação específica, sendo reduzido, tenderá eventualmente a diminuir, em virtude do encerramento da formação em ciência da informação nas universidades do Algarve e de

Évora, encontrando-se a oferta formativa no âmbito do ensino superior na área mais a sul do país localizada em Lisboa.

Tabela 15 - Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Faro: número por município e habilitações

| | Doutoramento CDI | Doutoramento outra área | Mestrado CDI | Mestrado outra área | Pós-Graduação CDI | Pós-Graduação outra área | Licenciatura / Bacharelato CDI | Outra Licenciatura | 12º ano | 9º ano | Outra Formação | Totais |
|----------------------|------------------|-------------------------|--------------|---------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------|----------|----------------|-----------|
| Albufeira | | | | | 1 | 2 | | 1 | 1 | 1 | | 6 |
| Alcoutim | | | | | | 1 | | | | | | 1 |
| Aljezur | | | | | | | 1 | | 1 | | | 2 |
| C. Marim | | | | | | | | | | | | 0 |
| Faro | | | | | 1 | | | | | 1 | | 2 |
| Lagoa | | | 1 | | 1 | | | | 1 | 1 | 2 | 6 |
| Lagos | | 1 | 1 | | | | | | 4 | | 1 | 7 |
| Loulé | 1 | | | | 3 | | | 2 | 9 | 3 | 3 | 21 |
| Monchique | | | | | | | | | | | | 0 |
| Olhão | | | | | 1 | 1 | | 2 | 2 | | | 6 |
| Portimão | | | 1 | | | | | | 6 | | | 7 |
| São Brás de Alportel | | | | | | | | | 2 | | | 2 |
| Silves | | | | | 1 | | | 1 | 2 | 2 | | 6 |
| Tavira | | | | | 1 | | | | 2 | | 1 | 4 |
| V. Bispo | | | | | 1 | | | | | | | 1 |
| V. Real St. António | | | | 1 | 2 | | | 2 | 4 | | 1 | 10 |
| Totais | 1 | 1 | 3 | 1 | 12 | 4 | 1 | 8 | 34 | 8 | 8 | 81 |

Fonte: Elaborado pela autora

Relativamente aos níveis etários em que se situam estes profissionais da informação, considerámos os constantes na tabela 16, em virtude do atual reduzido recrutamento de novos recursos humanos para a administração pública, bem como pelo facto de a idade da reforma em 2020 se situar nos 66 anos e 5 meses, tendo aumentado um mês em 2021, podendo os trabalhadores manterem-se em funções públicas até à idade de 70 anos.

Tabela 16 – Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Faro: número por faixas etárias

| | 21-30 anos | 31-40 anos | 41-50 anos | 51-60 anos | ≥ 61 anos | Totais |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|
| Albufeira | 1 | 1 | 3 | 1 | | 6 |
| Alcoutim | | 1 | | | | 1 |
| Aljezur | 1 | | | 1 | | 2 |
| C. Marim | | | | | | 0 |
| Faro | | | 1 | 1 | | 2 |
| Lagoa | | 1 | 3 | 2 | | 6 |
| Lagos | | | 3 | 1 | 3 | 7 |
| Loulé | | 3 | 7 | 7 | 4 | 21 |
| Monchique | | | | | | 0 |
| Olhão | | 3 | 2 | 1 | | 6 |
| Portimão | | 1 | 3 | 2 | 1 | 7 |
| São Brás de Alportel | | | 1 | 1 | | 2 |
| Silves | | 2 | | 3 | 1 | 6 |
| Tavira | | | 2 | 1 | 1 | 4 |
| V. Bispo | | | 1 | | | 1 |
| V. Real St. António | | | 3 | 3 | 4 | 10 |
| Totais | 2 | 12 | 29 | 24 | 14 | 81 |

Fonte: Elaborada pela autora

As faixas etárias mais jovens correspondem aos valores mais baixos de profissionais da informação a desempenhar funções nos arquivos municipais no distrito mais a sul do país. Na faixa etária entre os 21-30 anos de idade, apenas encontramos 2 profissionais da informação (Albufeira e Aljezur), na faixa etária seguinte, com idades compreendidas entre os 31-40 anos de idade temos 12 profissionais (Albufeira, Alcoutim, Lagoa, Loulé, Olhão, Portimão e Silves).

Sendo a moda o nível etário 41-50 anos, com 29 profissionais, excluindo Alcoutim, Aljezur e Silves todos os restantes municípios têm profissionais nesta faixa etária. Quase metade (38) dos profissionais da informação tem mais de 51 anos de idade, testemunhando o seu envelhecimento, em consonância com os dados de envelhecimento da população ativa em Portugal, em particular da administração pública. Igualmente relevante é o número de 14 profissionais da informação com idade igual ou superior a 61 anos de idade.

4.4 – Distrito de Setúbal

Segundo as respostas obtidas no questionário, verificamos que dos 13 municípios que constituem o distrito, um (Alcochete) ainda não dispõe do serviço de arquivo municipal, nem de profissionais da informação, com ou sem qualificação específica a exercerem essa função.

O número total de profissionais da informação no distrito de Setúbal é de 73, contudo como podemos observar na tabela 17, na análise relativa aos profissionais existentes por município, categoria profissional e sexo apenas surgem representados 67 profissionais, que se deve ao facto do município de Setúbal indicar 6 profissionais da informação, contudo, não indica as categorias profissionais, sexo e faixas etárias.

Tabela 17 - Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Setúbal: número por município, categoria e sexo

| Municípios | Téc. Superior | | Assist. Técnico | | Assist. Operacional | | Coord. técnico | | Totais |
|-------------------|--|-----------|-----------------|-----------|---------------------|----------|----------------|----------|-----------|
| | Masc | Fem | Masc | Fem | Masc | Fem | Masc | Fem | |
| Alcácer do Sal | | 2 | 1 | 4 | | | | | 7 |
| Alcochete | Não tem serviço de arquivo | | | | | | | | 0 |
| Almada | 3 | 3 | | 4 | | | | | 10 |
| Barreiro | 3 | 3 | | | | | | | 6 |
| Grândola | 2 | 1 | 1 | | | | | | 4 |
| Moita | | 4 | | 2 | | | | | 6 |
| Montijo | 1 | | 2 | 1 | | 1 | | | 5 |
| Palmela | | 1 | 1 | 2 | | 1 | | | 5 |
| Santiago do Cacém | | 1 | | 5 | 1 | 2 | | | 9 |
| Seixal | | 2 | | 2 | | 1 | | | 5 |
| Sesimbra | 1 | 3 | | | | 1 | | | 5 |
| Setúbal | 6 PI mas não indicam categorias profissionais, sexo e faixas etárias | | | | | | | | 6 |
| Sines | 1 | 1 | 1 | 2 | | | | | 5 |
| Totais | 11 | 21 | 6 | 22 | 1 | 6 | 0 | 0 | 73 |

Fonte: elaborada pela autora

O número de profissionais por município varia entre 4 (Grândola) e 10 (Almada), tendo Setúbal, a capital de distrito, 6 profissionais no arquivo municipal.

Dos 67 profissionais da informação, os quais sabemos a informação relativa às categorias profissionais e sexo, verificamos que 32 se encontram na categoria de técnico superior, 28 na categoria de assistente técnico, 7 na categoria de assistente operacional, e na categoria de coordenador técnico não temos nenhum profissional. Os números de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais aparecem repartidos entre

sexos, sendo, respetivamente, 11 do sexo masculino e 21 do feminino, 6 do sexo masculino e 22 do feminino, 1 do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Verificando-se que, na totalidade dos profissionais no distrito, relativamente ao sexo, o maior peso recai sobre os profissionais do sexo feminino em número de 49, face aos 18 do sexo masculino. Quanto às categorias profissionais, o maior peso recai sobre os técnicos superiores, em número de 32, tendo os municípios de Almada e do Barreiro 6 profissionais nesta categoria. No caso do município do Barreiro, todos os seus profissionais da informação se encontram na categoria de técnico superior o que demonstra um desequilíbrio nos lugares distribuídos.

Quanto à formação, observamos na tabela 18, que o município do Montijo não possui técnico superior com formação em ciência da informação, com ou sem especialização em arquivística.

Tabela 18 - Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Setúbal: número por município e habilitações

| | Doutoramento CDI | Doutoramento outra área | Mestrado CDI | Mestrado outra área | Pós-Graduação CDI | Pós-Graduação outra área | Licenciatura / Bacharelato CDI | Outra Licenciatura | 12º ano | 9º ano | Outra Formação | Totais |
|-------------------|------------------|-------------------------|--------------|---------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------|----------|----------------|-----------|
| Alcácer do Sal | | 1 | 1 | | | | | | 5 | | | 7 |
| Alcochete | | | | | | | | | | | | 0 |
| Almada | | | | | 4 | 1 | | 1 | 4 | | | 10 |
| Barreiro | | | | | 1 | | | 5 | | | | 6 |
| Grândola | | | 1 | | | | | 2 | 1 | | | 4 |
| Moita | | | | | 1 | 1 | | 3 | 1 | | | 6 |
| Montijo | | | | 1 | | | | | 3 | 1 | | 5 |
| Palmela | | | 1 | | | | | | 1 | 1 | 2 | 5 |
| Santiago do Cacém | | | | | 1 | | | | 5 | 1 | 2 | 9 |
| Seixal | | | | | 2 | | | | 2 | 1 | | 5 |
| Sesimbra | | | 2 | | | | | 2 | 1 | | | 5 |
| Setúbal | | | | | 1 | | | | 1 | 4 | | 6 |
| Sines | 1 | | | | 1 | | | | 3 | | | 5 |
| Totais | 1 | 1 | 5 | 1 | 11 | 2 | 0 | 13 | 27 | 8 | 4 | 73 |

Fonte: Elaborada pela autora

No que respeita à formação superior específica em ciência da informação, 1 profissional da informação possui doutoramento (Sines) em História com mestrado em Ciências da Informação e Documentação, 5 possuem mestrado (Alcácer do Sal, Grândola, Palmela e Sesimbra), e 11 possuem pós-graduação (Almada, Barreiro, Moita, Santiago do Cacém, Seixal, Setúbal e Sines), perfazendo o total de 17 profissionais com formação específica em ciência da informação. Deste modo, à semelhança dos restantes distritos, verifica-se que a formação tradicional assente na pós-graduação em ciência da informação para acesso à profissão, decorrente do já extinto decreto-lei 247/91, ainda é, o melhor elemento caracterizador do nível de formação.

Com formação superior em áreas distintas da ciência da informação, temos 1 profissional com doutoramento (Alcácer do Sal), 1 com mestrado (Montijo), 2 com pós-graduação (Almada e Moita), 13 com licenciatura (Almada, Barreiro, Grândola, Moita e Sesimbra). Deste modo, 34 profissionais da informação têm formação superior (grau ou título), encontrando-se divididos em igual número (17) na área da ciência da informação e formação superior em outras áreas científicas. Porém, apesar de 34 possuírem formação superior, apenas 32 se encontram na categoria de técnico superior. Deste modo, identificamos 2 profissionais com formação superior que não possuem a categoria de técnico superior, sendo eles, 1 assistente técnico no município da Moita e 1 assistente operacional no município de Sesimbra. Com formação ao nível do 12.º ano ou inferior, temos 39 recursos humanos.

Quanto à formação, destacamos os municípios de Almada, que do total de 10 profissionais, 4 deles possuem pós-graduação em ciência da informação, Seixal, que do total de 5 profissionais, 2 deles possuem pós-graduação em ciência da informação, e Sesimbra que do total de 5 profissionais, 2 possuem mestrado em ciência da informação. Estes dados demonstram uma aposta, por parte destes profissionais, na sua formação e qualificação.

O número total de profissionais da informação com formação superior (34), a nosso ver, é revelador da proximidade geográfica do distrito de Setúbal, com Lisboa, a capital do país, na qual se encontra disponível um maior leque de oferta a nível do ensino superior.

Relativamente aos níveis etários em que se situam estes profissionais da informação, à semelhança dos distritos anteriores, consideramos os apresentados na tabela 19. Nesta, do número total de 73 profissionais da informação existentes nos arquivos municipais do

distrito de Setúbal, apenas se encontram identificados 62, isto devendo-se este número ao facto de o município de Alcácer do Sal não referir as faixas etárias de 3 dos 5 profissionais existentes, bem como de o município de Setúbal não referir as faixas etárias dos 6 profissionais existentes no arquivo municipal.

Tabela 19 – Profissionais da Informação nos arquivos municipais no distrito de Setúbal: número por faixas etárias

| | 21-30 anos | 31-40 anos | 41-50 anos | 51-60 anos | ≥ 61 anos | Totais |
|--------------------------|--|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|
| Alcácer do Sal | | | 1 | 1 | | 2 |
| Alcochete | | | | | | 0 |
| Almada | 1 | 1 | 3 | 4 | 1 | 10 |
| Barreiro | | | 1 | 5 | | 6 |
| Grândola | | 1 | 3 | | | 4 |
| Moita | | | 3 | 3 | | 6 |
| Montijo | | | 2 | 3 | | 5 |
| Palmela | | | 4 | 1 | | 5 |
| Santiago do Cacém | | 1 | 4 | 2 | 2 | 9 |
| Seixal | | | 1 | 3 | 1 | 5 |
| Sesimbra | | 1 | 3 | 1 | | 5 |
| Setúbal | Tem 6 PI mas não indicam categorias profissionais, sexo e faixas etárias | | | | | |
| Sines | | 3 | 2 | | | 5 |
| Totais | 1 | 7 | 27 | 23 | 4 | 62 |

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se o nível etário 41-50 anos predominante com 27 profissionais, à semelhança do que acontece nos restantes distritos, seguindo-se a faixa etária compreendida entre os 51 e 60 anos de idade com 23 profissionais. Com mais de 51 anos de idade, encontram-se 27 profissionais, igual número ao da faixa etária predominante. Na faixa etária mais jovem, dos 21 aos 30 anos de idade, encontra-se 1 profissional (Almada). Na faixa etária dos 31 aos 40 anos de idade encontram-se 7 profissionais (Almada, Grândola, Santiago do Cacém, Sesimbra e Sines).

4.5 Profissionais da Informação do sul de Portugal: Resultados globais

Segundo os resultados obtidos em resposta ao questionário, identificamos a existência de 221 profissionais da informação nos arquivos municipais do sul de Portugal. Destes, não conseguimos apurar a categoria profissional, sexo e faixas etárias dos profissionais existentes nos arquivos municipais de Setúbal, Reguengos de Monsaraz e Vila Viçosa, sendo que neste último também não foi possível apurar a formação dos profissionais. Ressalvamos, o facto de embora o município de Vendas Novas tenha respondido ao questionário, a informação fornecida quanto ao número de profissionais não foi clara, não permitindo apurar o número de PI existentes no arquivo municipal. Deste modo, do número total, apenas foi possível caracterizar por categoria profissional e sexo 209 profissionais.

Tabela 20 – Profissionais da informação nos arquivos municipais por distrito: número por categoria e sexo

| Distritos | Técnicos Superiores | | Assistentes Técnicos | | Assistentes Operacionais | | Coordenadores Técnicos | | Totais |
|-----------|---------------------|------|----------------------|------|--------------------------|------|------------------------|------|--------|
| | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | |
| Beja | 3 | 7 | 4 | 18 | 2 | 4 | 0 | 0 | 38 |
| Évora | 1 | 10 | 4 | 6 | 0 | 2 | 0 | 0 | 23 |
| Faro | 11 | 14 | 10 | 32 | 5 | 6 | 1 | 2 | 81 |
| Setúbal | 11 | 21 | 6 | 22 | 1 | 6 | 0 | 0 | 67 |
| Totais | 26 | 52 | 24 | 78 | 8 | 18 | 1 | 2 | 209 |

Fonte: elaborado pela autora

Ao observar a tabela 20, verificamos o número total de profissionais da informação por distrito, o seu número varia entre 81 no distrito de Faro, e 23 no distrito de Évora. Notando-se claramente a predominância de um maior número de profissionais nos distritos mais a litoral, e um menor número nos distritos situados geograficamente mais no interior de Portugal.

Ao verificar o número total de profissionais da informação existentes nos quatro distritos por categoria e sexo identificamos a existência de 78 profissionais da informação na carreira profissional de técnico superior, destes 26 são do sexo masculino e 52 do sexo feminino, 102 na categoria de assistente técnico, sendo 24 do sexo masculino e 78 do sexo feminino, 26 na categoria profissional de assistente operacional, destes 8 são do sexo masculino e 18 do sexo feminino, 3 na categoria profissional de coordenador técnico,

sendo 1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Perfazendo na totalidade 59 profissionais do sexo masculino e 150 do sexo feminino.

Quanto á formação, dos 221 profissionais da informação existentes nos arquivos municipais do sul de Portugal, apenas conseguimos apurar o nível de habilitações literárias de 219, devido a não sabermos as habilitações dos 2 profissionais existentes no arquivo municipal de Vila Viçosa.

Tabela 21 – Profissionais da informação nos arquivos municipais do sul de Portugal: número por distrito e nível de habilitações literárias

| Distritos | Doutoramento CDI | Doutoramento outra área | Mestrado CDI | Mestrado outra área | Pós-Graduação CDI | Pós-Graduação outra área | Licenciatura / Bacharelato CDI | Outra Licenciatura | 12º ano | 9º ano | Outra Formação | Totais |
|---------------|------------------|-------------------------|--------------|---------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------|-----------|----------------|------------|
| Beja | | | 1 | | 6 | 2 | 1 | 2 | 21 | 4 | 1 | 38 |
| Évora | | | 3 | 2 | 5 | 1 | 1 | 3 | 10 | 2 | | 27 |
| Faro | 1 | 1 | 3 | 1 | 12 | 4 | 1 | 8 | 34 | 8 | 8 | 81 |
| Setúbal | 1 | 1 | 5 | 1 | 11 | 2 | 0 | 13 | 27 | 8 | 4 | 73 |
| Totais | 2 | 2 | 12 | 4 | 34 | 9 | 3 | 26 | 92 | 22 | 13 | 219 |

Fonte: elaborado pela autora

Na tabela 21, podemos observar a formação dos profissionais da informação por distrito, verificamos que 2 possuem doutoramento em CDI, 2 doutoramento em outras áreas do conhecimento, 12 mestrado em CDI, 4 mestrado em outras áreas do conhecimento, 34 pós-graduação em CDI, 9 pós-graduação em outras áreas do conhecimento, 3 licenciatura em CDI, 26 licenciatura em outras áreas do conhecimento, 92 possuem 12º ano de escolaridade, 22 o 9º ano de escolaridade e 13 outra formação.

Dos 219 profissionais da informação que nos foi possível apurar a formação, 51 possuem formação em CDI e 168 outro tipo de formação, demonstrando que a grande maioria dos profissionais que exercem a função de profissionais da informação não possuem formação específica na área da ciência da informação. Com formação superior identificamos 92 profissionais, contudo apenas 78 se encontram na carreira de técnico superior, revelando que embora 14 profissionais possuam formação superior esse fato não lhes garante a integração na carreira de técnico superior.

Quanto ao nível etário dos profissionais da informação existentes nos arquivos municipais do sul de Portugal dos 221 profissionais existentes apenas conseguimos apurar as faixas

etárias de 202, ficando por conhecer as faixas etárias de 19 profissionais (2 Ourique, 4 Reguengos de Monsaraz, 2 Vila Viçosa, 5 Alcácer do Sal e 6 Setúbal).

Tabela 22- Profissionais da informação nos arquivos municipais do sul de Portugal: número por distrito e faixa etária

| Distritos | 21-30 anos | 31-40 anos | 41-50 anos | 51-60 anos | ≥ 61 anos | Totais |
|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|
| Beja | 1 | 5 | 16 | 11 | 3 | 36 |
| Évora | 1 | 2 | 11 | 5 | 4 | 23 |
| Faro | 2 | 12 | 29 | 24 | 14 | 81 |
| Setúbal | 1 | 7 | 27 | 23 | 4 | 62 |
| Totais | 5 | 26 | 83 | 63 | 25 | 202 |

Fonte: elaborada pela autora

Na tabela 22, podemos verificar a predominância da faixa etária dos 41-50 anos de idade com 83 profissionais, seguida pela faixa etária compreendida entre os 51-60 anos de idade com 63 profissionais. Com menor número (5) temos a faixa etária dos 21-30 anos de idade. Deste modo, dos 202 apurados encontramos 88 nas faixas etárias acima dos 51 anos de idade, demonstrando um claro envelhecimento dos profissionais existentes. Este facto, a nosso ver justifica-se com a integração de profissionais durante o processo de candidatura ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais.

4.6 Responsável pelo Arquivo Municipal: Caracterização

Consideramos os recursos humanos afetos aos arquivos municipais o foco da nossa investigação, contudo reconhecemos a importância de conhecer os responsáveis pelo arquivo municipal. Deste modo, para além da análise efetuada aos profissionais da informação abordaremos os responsáveis pelo serviço de arquivo quanto à sua formação, sexo e faixa etária.

Na análise efetuada com base nos resultados obtidos por meio de questionário, contamos 50 respostas válidas, tendo em conta que 6 municípios não possuem serviço de arquivo e não obtivemos resposta ao questionário por parte do município de Vila Viçosa.

Na tabela 23, encontramos o número de responsáveis dos arquivos municipais do sul de Portugal através da sua formação.

Tabela 23 – Responsáveis pelos arquivos municipais do sul de Portugal: número por habilitações literárias

| Doutoramento CDI | Doutoramento outra área | Mestrado CDI | Mestrado outra área | Pós-Graduação CDI | Pós-Graduação outra área | Licenciatura Bacharelato CDI | Outra Licenciatura | 12º ano | 9º ano |
|------------------|-------------------------|--------------|---------------------|-------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------|---------|--------|
| 2 | 1 | 11 | 6 | 17 | 4 | 2 | 2 | 4 | 1 |

Fonte: elaborado pela autora

Verificamos a existência de 32 responsáveis com formação em CDI, sendo 2 doutoramentos, 11 mestrados, 17 pós-graduações e 2 licenciaturas. Os responsáveis com formação superior em outras áreas do conhecimento são 13, sendo que 1 possui formação ao nível de doutoramento, 6 mestrado, 4 pós-graduação, 2 licenciatura. Identificamos 4 responsáveis com formação ao nível do 12º ano de escolaridade (Mértola, Ourique, Alandroal, Silves) e 1 responsável com 9º ano de escolaridade (Barrancos). Os dados referentes ao responsável, por vezes estão relacionados com o chefe de divisão, deste modo nem sempre se encontram incluídos nos profissionais da informação afetos ao serviço de arquivo municipal.

Quanto ao sexo dos responsáveis (tabela 24), foram referidos 16 do masculino e 34 do feminino. Aspeto semelhante ao observado nos profissionais da informação nos arquivos municipais.

Tabela 24 – Responsáveis pelos arquivos municipais do sul de Portugal: número por sexo

| Masculino | Feminino |
|------------------|-----------------|
| 16 | 34 |

Fonte: elaborado pela autora

Relativamente às faixas etárias dos responsáveis pelos arquivos municipais (tabela 25), observamos que a maioria se enquadra na faixa etária compreendida entre os 41-50 anos de idade, à semelhança do que acontece com os profissionais da informação. Segue-se a faixa etária compreendida entre os 51-60 anos de idade com o número de 10, na faixa dos 31-40 anos observamos 8 responsáveis, com 2 responsáveis encontramos as extremidades das nossas faixas etárias, a mais jovem dos 21-30 anos de idade e a mais envelhecida com idade igual ou superior a 61 anos de idade.

Tabela 25 – Responsáveis pelos arquivos municipais do sul de Portugal: número por faixa etária

| 21-30 anos | 31-40 anos | 41-50 anos | 51-60 anos | ≥ 61 anos |
|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| 2 | 8 | 28 | 10 | 2 |

Fonte: Elaborado pela autora

4.7 Análise de resultados ao questionário aplicado: Síntese de resultados

Consideramos o foco da nossa investigação os recursos humanos, como tal, não elaborámos uma análise individual das respostas obtidas no questionário, para além da análise aos recursos humanos. A diversidade das questões colocadas permitiu-nos utilizar os dados recolhidos no questionário para elaborar a caracterização dos arquivos municipais, no entanto podemos tirar as seguintes elações:

4.7.1. Abertura do arquivo ao público e horário de funcionamento:

- Dos 57 municípios inquiridos, 6 não possuem serviço de arquivo municipal e 1 não respondeu ao questionário;
- Das 50 respostas consideradas válidas, 38 arquivos municipais encontram-se abertos ao público, sendo que 12 possuem serviço de arquivo na organização, mas não se encontram abertos ao público;
- Dos 38 arquivos que se encontram abertos ao público, 23 fecham para hora de almoço
- Apenas 14 arquivos municipais mantêm um horário de funcionamento corrido, sem interrupções
- O arquivo municipal de Lagos embora funcione das 9h às 17h, apenas se encontra aberto ao público às segundas, quartas e sextas, encerrando às terças e quintas

Ao observar estes aspetos, concluímos que são muitas as limitações, e poucos os arquivos municipais que realmente cumprem o seu papel, enquanto organismo que presta serviço à comunidade local à qual está associado.

4.7.2. Número de polos associados ao arquivo municipal:

- 28 encontram-se num único polo;
- 6 arquivos estão divididos em 2 polos;
- 7 arquivos municipais encontram-se repartidos em 3 polos;
- 6 arquivos municipais encontram-se repartidos em 4 polos;
- 3 arquivos municipais encontram-se repartidos em 5 polos.

Verifica-se a existência de 22 arquivos municipais, que não possuem a documentação centralizada num único local; isto leva, entre outros aspetos, a dificuldades de organização, bem como, de acesso à informação, contribuindo para a dispersão da documentação e conseqüente existência de massas documentais acumuladas.

4.7.3. Condicionantes no acesso à documentação / informação:

- 13 arquivos municipais referem a ausência de recursos humanos;
- 6 arquivos municipais referem a ausência de recursos financeiros;
- 15 arquivos municipais referem a carência de recursos humanos especializados;
- 17 arquivos municipais referem a conservação e preservação da documentação indevida e/ou inexistente;
- 9 arquivos municipais referem dificuldades na organização da informação e/ou documentação;
- 17 arquivos municipais referem as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação;
- 12 arquivos municipais referem os processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes;
- 3 identificam condicionantes legais;
- 3 identificam a existência de documentos antigos que devem ser preservados evitando-se o seu manuseamento;

A nosso ver os aspetos mencionados relacionam-se entre si, pois se não existem infraestruturas adequadas, a conservação e preservação da documentação será conseqüentemente afetada, aspeto que podemos também relacionar com a dispersão a nível dos polos.

Observamos também o destaque atribuído à carência de recursos humanos especializados, bem como à ausência de recursos humanos, tendo sido vários os municípios a identificar ambas as situações, comprovando os resultados obtidos e analisados quanto ao seu número e formação.

4.7.4. Certificação de qualidade:

- Nas 50 respostas obtidas ao questionário, identificamos a existência de 43 arquivos municipais que não possuem certificação de qualidade;

- Apenas 7 arquivos municipais possuem certificação de qualidade (Estremoz, Portel, Lagos, Loulé, Tavira, Vila do Bispo e Sesimbra).

Os resultados demonstram claramente a escassa preocupação com existência de certificação de qualidade nos sistemas de gestão nos arquivos municipais do sul de Portugal.

4.7.5. Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais:

Relativamente ao PARAM, foram efetuadas quatro questões, que nos permitiram obter os seguintes resultados:

- Dos 50 municípios que responderam ao questionário, 26 não efetuaram candidatura ao PARAM;
- Das 24 candidaturas ao programa, apenas 20 foram aprovadas e implementadas
- 4 municípios (Beja, Vendas Novas, Barreiro e Palmela) candidataram-se ao programa, mas acabaram por não beneficiar do mesmo;
- 12 arquivos municipais já possuíam técnico superior à data da candidatura ao programa
- 6 dos que beneficiaram do PARAM, já possuíam técnico superior à data da candidatura e, ainda assim, referem a sua integração (Ferreira do Alentejo, Serpa, Montemor-o-Novo, Loulé, Santiago do Cacém, Sesimbra);
- Das 20 candidaturas aprovadas e implementadas, 9 não possuíam técnico superior;
- 4 municípios referem ter beneficiado do PARAM (Mértola, Moura, Redondo e Vila do Bispo), quando não possuíam técnico superior à data da candidatura ao programa, nem integraram durante o processo, embora esse fosse um requisito de acesso ao programa.

4.7.6. Profissionais com formação em CDI afetos a outros serviços:

- 19 colaboradores com formação em Ciência da Informação

Nos quatro distritos a sul de Portugal, encontramos 19 colaboradores com formação em Ciência da Informação, que não estando afetos ao serviço de arquivo municipal,

desempenham funções que vão desde as administrativas, culturais, psicologia, assessoria, programador, serviço municipal de proteção civil, ou no âmbito da educação. Aqui, excluímos os mencionados como afetos às bibliotecas municipais por considerarmos que, à partida, todos os municípios terão profissionais com formação em Ciência da Informação nas suas bibliotecas municipais.

CONCLUSÃO

A presente dissertação intitulada *Os Profissionais da Informação nos Arquivos Municipais do Sul de Portugal* tem como objetivo geral conhecer os recursos humanos existentes nos arquivos municipais a Sul do Tejo.

A fundamentação teórica, na forma de revisão da literatura, recaiu sobre os conceitos-base do estudo, “arquivo”, “arquivo municipal”, entendido enquanto serviço e instituição de informação memorizadora, de preservação e valorização da informação e da memória local, e promotor da divulgação e do acesso à informação, e no conceito de “profissionais da informação”, considerando todos os profissionais com ou sem formação, que atuam, exercem a profissão ou têm a informação como objeto da sua profissão no âmbito dos arquivos municipais. Consideramos esta definição por ser abrangente e englobar não só o tradicional arquivista de formação, como também todos os administrativos que exercem funções nos arquivos municipais. A fundamentação teórica abrange estudos semelhantes, destacando as investigações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho – Arquivos Municipais da BAD. Realizou-se também uma abordagem ao enquadramento normativo e das competências da profissão no contexto português.

A metodologia adotada constitui-se num estudo empírico e exploratório, de natureza qualitativa que assenta em métodos mistos utilizados na caracterização dos territórios, dos arquivos municipais e dos profissionais da informação.

A análise dos resultados obtidos por meio de inquérito por questionário permitiu-nos conhecer a realidade dos recursos humanos existentes nos arquivos municipais do sul de Portugal, sendo este o objetivo geral da investigação, bem como a identificação do número de profissionais da informação, caracterizando-os quanto à sua categoria profissional, sexo, formação e faixa etária, definidos nos objetivos específicos da investigação.

Neste momento, importa responder de forma objetiva e clara à pergunta de partida formulada no presente trabalho.

Com que Recursos Humanos se dotam os Arquivos Municipais a Sul do Tejo?

Como forma de responder a essa questão verificámos a necessidade de o estudo reconhecer os arquivos municipais e os seus territórios, para que se tornasse possível compreender o nosso objeto de estudo, os recursos humanos designados de profissionais da informação. Como tal, sentimos a necessidade de realizar um enquadramento dos arquivos municipais, enquanto instituições inseridas na administração pública de âmbito local, o seu papel na estrutura organizacional e junto da comunidade. Só compreendendo esse contexto seria possível a interpretação dos resultados obtidos por meio do inquérito por questionário, de modo a aferir para além do seu número e da sua caracterização quanto ao sexo, categoria profissional, faixa etária e formação, o papel desempenhado pelos arquivos municipais e pelos seus profissionais, o que veio a revelar a necessidade da sua importância e da sua valorização.

Reconhecendo o arquivo municipal como instituição que fomenta a preservação da informação/memória do município, agregador de dados do território municipal, com estreita ligação à comunidade, deve estar acessível a todos.

O estudo desenvolvido revelou uma preocupante realidade, verificando-se a existência de 6 municípios onde não se reconhece o papel do arquivo no âmbito do leque das funções do município, estando este ausente da sua estrutura orgânica, quer em termos formais, quer em termos informais. Não existindo neles quaisquer técnicos profissionais da informação. Deste modo, observamos que os municípios de Borba, Mora, Viana do Alentejo, Castro Marim, Monchique e Alcochete não reconhecem, nem valorizam o papel do arquivo municipal na sua organização. O município de Vila Viçosa, apesar da nossa insistência e da disponibilidade prestada pelos profissionais do arquivo municipal nos contatos telefónicos realizados, onde nos foi solicitado o envio do questionário para o *email* geral do município de forma a efetuarem o preenchimento do questionário, não obtivemos por parte do município qualquer resposta ao questionário, apenas soubemos por contato telefónico efetuado para o arquivo municipal que possuem 2 profissionais no arquivo. O município de Vendas Novas embora tivesse respondido ao questionário, não consideramos válidas as respostas quantos ao número dos profissionais da informação, categorias profissionais, sexo, faixas etárias e formação por fornecerem como resposta a existência de “vários profissionais”. Quer tenha sido por desconhecimento ou por o respondente não ter compreendido que as questões eram destinadas ao número de profissionais existentes no arquivo municipal e não à totalidade dos colaboradores do

município não consideramos as respostas por não se adequarem ao pretendido nesta investigação.

A importância do serviço de arquivo é revelada pelas funções que este desempenha, enquanto arquivo municipal, e parte integrante da Câmara Municipal, reconhecendo-se o seu papel dentro e fora das organizações onde se inserem. Tem como funções prestar um serviço aos cidadãos tornando acessível a informação, bem como gerir e disponibilizar a informação à gestão de topo, dentro da organização, facilitando o bom desempenho da organização.

A realização deste estudo mostra-nos um serviço de arquivo nos municípios do sul de Portugal fragilizado, isso torna-se perceptível quando encontramos municípios que possuem serviço de arquivo municipal dentro da organização, mas que não possuem arquivo municipal aberto ao público, de forma a prestar um real serviço de disponibilização da informação. Essa realidade é claramente observada nos distritos situados no interior de Portugal, face aos do Litoral, mostrando a urgência na criação e implementação de políticas públicas no terreno.

Neste contexto, dos 57 arquivos municipais observamos 38 abertos ao público, sendo que 12 possuem serviço de arquivo na organização, mas não se encontram abertos ao público, 6 não possuem serviço de arquivo e 1 (Vila Viçosa) não foi possível apurar por não ter respondido ao inquérito por questionário.

Em termos de horário de abertura do arquivo ao público, podemos observar que alguns dos arquivos têm condicionantes, quer devido à pandemia da COVID-19, como também, ao seu encerramento à hora de almoço. Dos 38 arquivos abertos ao público, 23 encerram para hora de almoço, sendo apenas 14 os municípios a manter um horário ininterrupto de funcionamento. Neste âmbito, o distrito de Setúbal destaca-se positivamente, pois embora o município de Alcochete não possua serviço de arquivo municipal, todos os restantes municípios reconhecem a importância de ter um arquivo municipal aberto ao público, o que poderá estar associado à sua proximidade com a capital do país. Por sua vez, o distrito de Évora destaca-se negativamente, na totalidade dos seus municípios (14), apenas 7 municípios possuem arquivo municipal aberto ao público, sendo que todos encerram para hora de almoço. Salientamos, o município de Arraiolos por ter o arquivo municipal como parte integrante da Biblioteca Municipal, partilhando não só o mesmo espaço como também os mesmos recursos humanos, demonstrando a atribuição de um papel redutor ao

arquivo, não lhe dando autonomia, como acontece aliás em outros municípios de outras regiões do país.

Estes resultados demonstram uma realidade sombria, tornando visível o incumprimento da missão dos arquivos municipais, quanto ao seu papel de instituição que promove e divulga o acesso à informação.

Quanto ao número de recursos humanos, objeto primordial da nossa investigação, com base nas respostas obtidas por meio do inquérito por questionário, identificamos 221 profissionais da informação nos arquivos municipais do sul de Portugal. Tal como referido anteriormente, existem 6 municípios que não possuem arquivo municipal na sua organização bem como profissionais da informação. Sendo que não consideramos válida a resposta do município de Vendas Novas, restam-nos 50 arquivos municipais aos quais estão afetos os 221 profissionais da informação contabilizados. O seu número por arquivo municipal varia desde apenas 1 profissional em 9 municípios, (Almodôvar, Alvito, Barrancos, Castro Verde, Cuba, Alandroal, Portel, Alcoutim, e Vila do Bispo) e 21 no arquivo municipal de Loulé.

Quanto às categorias profissionais dos profissionais da informação, somam-se 78 técnicos superiores, 102 assistentes técnicos, 26 assistentes operacionais e 3 coordenadores técnicos. Naturalmente o maior peso recai sobre os profissionais na carreira de assistente técnico, contudo identificamos 6 arquivos municipais que não possuem técnico superior (Alvito, Barrancos, Castro Verde, Ourique, Alandroal, Alcoutim e São Brás de Alportel). Em situação oposta temos o arquivo municipal do Barreiro, que tem todos os seus profissionais (6) na carreira geral de técnico superior.

Quanto ao sexo dos profissionais da informação nos arquivos municipais do sul de Portugal, identificamos 59 do sexo masculino e 150 do sexo feminino, demonstrando uma clara feminização da profissão. Nos arquivos municipais com profissionais de ambos os sexos, encontramos 8 com igual número (Mértola, Moura, Ourique, Mourão, Lagoa, Olhão, Tavira e Barreiro). Destacam-se apenas 3 arquivos municipais com mais homens do que mulheres (Albufeira, Grândola e Montijo).

Relativamente à formação dos profissionais da informação, do número total de profissionais da informação apenas conseguimos apurar o nível de habilitações literárias de 219, devido a não sabermos as habilitações dos 2 profissionais existentes no arquivo municipal de Vila Viçosa. Contabilizam-se 51 profissionais com formação superior em ciência da informação, sendo 2 ao nível de doutoramento, 12 mestrado, 34 pós-graduação e 3 licenciatura. Verifica-se que a formação tradicional assente na pós-graduação em ciência da informação para acesso à informação, decorrente do já extinto decreto-lei 247/91, é, ainda, o melhor elemento caracterizador do nível de formação. Somam-se 168 profissionais com outro tipo de formação, 2 ao nível de doutoramento, 4 mestrado, 9 pós-graduação, 26 licenciatura, 92 possuem 12.º ano, 22 o 9.º ano e 13 outra formação. Com formação igual ou inferior ao 12.º ano temos 26 recursos humanos, sendo que em quatro municípios (Alvito, Barrancos, Castro Verde e Ourique) todos os profissionais existentes possuem formação a este nível, destacando-se o município de Barrancos na qual o responsável e único profissional existente possui o 9.º ano de escolaridade. Verifica-se serem três vezes mais os profissionais sem formação em ciência da informação, face aos com formação. Mostrando uma realidade preocupante, sendo urgente a criação e a implementação de medidas que revertam este cenário.

Quanto às faixas etárias, a moda situa-se na faixa entre os 41-50 anos de idade. Ao contabilizar-se o número de profissionais com idade igual ou superior a 51 anos de idade encontramos 88 profissionais, mostrando um claro envelhecimento dos profissionais existentes. Este facto, a nosso ver justifica-se com a integração de profissionais durante o processo de candidatura ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais.

Quanto à formação dos responsáveis pelos arquivos municipais, no universo das 50 respostas consideradas válidas verificamos a existência de 32 responsáveis com formação em Ciência da Informação. Identificam-se 4 responsáveis com formação ao nível do 12.º ano e 1 com o 9.º ano de escolaridade. Quanto ao sexo e faixa etária dos responsáveis pelos arquivos municipais, verifica-se situação semelhante aos resultados gerais, sendo a moda o sexo feminino e a faixa etária situada entre os 41-50 anos de idade.

No âmbito do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais conseguimos apurar que dos 50 municípios que responderam ao questionário, 24 efetuaram candidatura ao programa, sendo que apenas 20 viram a sua candidatura aprovada e implementada. Seis dos municípios que beneficiaram do PARAM, já possuíam técnico superior nos seus arquivos, contudo referem a sua integração, demonstrando a contribuição do PARAM

para o reforço dos recursos humanos nos arquivos municipais. Foi ainda possível identificar quatro municípios (Mértola, Moura, Redondo e Vila do Bispo) que referem à data da candidatura ao programa não ter técnico superior, sendo que também não o integraram, embora este fosse um requisito de acesso ao PARAM.

Destacamos ainda a existência de 19 colaboradores afetos aos serviços municipais com formação em ciência da informação, não estando afetos ao serviço de arquivo desempenhando variadas funções, desde as administrativas, culturais, assessoria, entre outras.

O estudo forneceu-nos a realidade existente nos arquivos municipais do sul de Portugal, quanto ao número de profissionais existentes, à sua categoria profissional, sexo, formação e faixas etárias contribuindo para conhecer a realidade dos arquivos municipais em Portugal.

A investigação realizada permitiu compreender as baixas taxas de resposta aos questionários efetuados pelos Grupos de Trabalho dos Arquivos Municipais da BAD, no distrito de Évora, ao identificarmos a inexistência do serviço de arquivo em três municípios, tendo sido este o distrito no qual encontramos maior dificuldade na obtenção de respostas ao nosso questionário. Por outro lado, as taxas mais elevadas de resposta no distrito de Beja aos anteriores questionários, justificam-se pela existência de serviço de arquivo em todos os seus municípios.

Para além do número de profissionais existentes, abordados nos questionários anteriores, o nosso estudo vem contribuir com novos dados, relativos as categorias profissionais, sexo, formação e faixas etárias, nunca antes estudados no âmbito dos arquivos municipais portugueses.

Reconhecemos como limitações na investigação realizada a inexistência de uma análise aprofundada quanto a algumas questões efetuadas no questionário. Embora essas informações tenham sido utilizadas na elaboração da caracterização dos arquivos municipais, não estão incluídas na análise dos resultados por considerarmos o foco da investigação os recursos humanos. Deste modo, damos destaque ao principal objetivo da investigação, tratando em profundidade, e de forma clara e objetiva os recursos humanos nos arquivos municipais do sul de Portugal.

Ficando por analisar de forma aprofundada, os dados relativos à organização e regulamentação, à existência de uma unidade orgânica responsável, bem como, a sua tipologia, a aplicação do Plano de Classificação da Informação Arquivística, o número de polos integrantes, a certificação de qualidade, limitações e condicionantes de acesso à documentação / informação, os suportes facultados para consulta presencial da documentação, a existência de serviços de reprodução, quanto ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, a participação em ações de formação, as temáticas das ações de formação, e a existência de outros colaboradores com formação na área da Ciência da Informação que não exerçam a função.

A diversidade de questões efetuadas no inquérito por questionário permitiu a obtenção desses dados, que embora não tenham sido trabalhados de forma detalhada e aprofundada, permitirão futuramente a realização de estudos posteriores nesse âmbito.

A nível de propostas de investigação futura, propõe-se o alargamento deste estudo:

- A todos os municípios do território de Portugal continental, procurando conhecer os profissionais da informação nos arquivos municipais portugueses;
- Efetuar estudos cruzando os dados recolhidos nesta investigação com estudos de envelhecimento da população e/ou de envelhecimento da função pública;
- Desenvolver investigação relativa à problemática do sexo e da feminização da profissão;
- Desenvolver estudos no âmbito da problemática da formação dos profissionais da informação contribuindo para o seu empoderamento;
- Desenvolver investigação relacionando o nível habilitacional, faixas etárias e sexo.

Na mesma linha de investigação, e ainda no âmbito municipal, considera-se pertinente o alargamento desta tipologia de investigação aos recursos humanos afetos às Bibliotecas Municipais Portuguesas.

Com base na análise apresentada, conclui-se este estudo com um conjunto de recomendações:

- Estudos no âmbito da evolução do papel dos profissionais da informação, com foco na valorização da carreira dos profissionais da informação;
- Criação de medidas que visem a valorização da classe profissional;
- A intervenção dos profissionais da informação na construção de políticas para o setor;
- Integração das Associações Profissionais nos processos de elaboração e implementação de medidas e programas;
- Profissionalização dos arquivos e valorização das carreiras BAD.
- Reativação e reavaliação dos cursos técnico-profissionais BAD;
- Elaboração de diagnósticos que caracterizem a situação real das estruturas e identificação das necessidades;
- Atualizar a legislação arquivística, adaptando-a à evolução do setor e conferindo-lhe rigor e coerência concetual;
- Desenvolver investigação na área dos perfis e competências dos profissionais da informação adequados às atuais funções dos profissionais e necessidades das instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ivone [et al.] – *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

BELL, Judith - *Como Realizar um Projeto de Investigação*. 5ª ed., Lisboa: Gradiva, 2010.

CAMPENHOUDT, Luc Van; MARQUET, Jacques; QUIVY, Raymond – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2019.

DECRETO-LEI n.º 280/79, de 10 de agosto, [em linha]. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/377699/details/normal?l=1>

DECRETO-LEI n.º 247/91, de 10 de julho, [em linha]. Disponível em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/668103/details/maximized?print_preview=print-preview

DECRETO-LEI n.º 121/2008, de 11 de julho, [em linha]. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/456561/details/maximized>

FREITAS, Cristiana; MARINHO, Vítor – *Arquivos Municipais: nótulas ao 4º inquérito nacional*, GT-AM – BAD, 2014 [em linha]. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1064/1153>

FREITAS, Cristiana; MARINHO, Vítor – *Arquivos Municipais: nótulas ao 5º inquérito nacional*, GT-AM – BAD, 2016 [em linha]. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1567/1479>

FREITAS, Cristiana; MARINHO, Vítor – *Arquivos Municipais: nótulas ao 6º inquérito nacional*, GT-AM – BAD, 2019 [em linha]. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/2040/1785>

GABRIEL, Gisela Gabriel - *A Comunicação nos Arquivos Municipais da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 2019.

HENRIQUES, Cecília - *PARAM, Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais - Relatório de avaliação*. versão 1.0 (jun. 2008). Lisboa: Direção-DGARQ, 2008. [em linha] Disponível em: http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/param_relatorio_avaliacao_2008.pdf

OCHÔA, Paula; BARATA, Paulo J. S. - *Avaliar o desempenho e gerir a carreira numa fase de turbulência: o caso dos profissionais de Informação-Documentação em organizações públicas*. 2013 [em linha]. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/187/183>

PEIXOTO, António Maranhão (1993). III Encontro Nacional de Arquivos Municipais.

Actas do III Encontro Nacional de Arquivos Municipais, [em linha] Disponível em: <https://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/113>

PEIXOTO, António Maranhão (1997). *Os Arquivos Municipais e a Administração: Perspectivas e Desafios. IV Encontro Nacional de Arquivos Municipais*.

PEIXOTO, António Maranhão (2000) – *Arquivos Municipais: Situação: Informação recolhida entre Abril de 1998 e Março de 2000*, GT-AM – BAD [em linha] Disponível em:

<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/23/20>

PEIXOTO, António Maranhão – *Os arquivos municipais na consolidação da nossa democracia*, Actas 13º Encontro Nacional de Arquivos Municipais. 2019. [em linha] Disponível em:

<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1970/1779>

PEIXOTO, António Maranhão, SABÓIA, João, PEIXOTO, Pedro Abreu – *2º Inquérito aos Arquivos Municipais*, GT-AM – BAD, 2006. [em linha] Disponível em:

<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/91>

PEIXOTO, António Maranhão, RODRIGUES, Fernanda, SABÓIA, João – *Arquivos Municipais: nótulas ao 3º Inquérito*. 2011 [em linha] Disponível em:

<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/5/146>

PEREIRA, Miriam Halpern - *O direito à informação e os arquivos públicos*. Boletim Arquivos Nacionais. Julho-Setembro, 2003. [em linha] Disponível em:

http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/01/boltt_05.pdf

PETRUCCI, Armando – *Esriptura de la memòria i Memòries de L'escrit. De l'ordre dels objectes escrits al desordre de l'escriptura virtual*, Publicacions del seminari internacional d'estudis sobre la cultura escrita, Universitat de València. 1999.

RIBEIRO, Fernanda – *Os Arquivos Municipais Portugueses. Considerações em torno de um inquérito*. "Cadernos de Estudos Municipais". Braga. Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho, n.º 2/3 (Novembro 1994 / Maio 1995), pp. 11-42.

RIBEIRO, Fernanda - *O perfil profissional do arquivista na sociedade da Informação*. 2004.[em linha] Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF>

SILVA, Carlos Guardado da – *Investigação em Ciência da Informação*. Lisboa: Colibri, 2019a.

SILVA, Carlos Guardado da – “Investigação documental”. In: GONÇALVES, Sónia P; GONÇALVES, Joaquim P, MARQUES, Célio Gonçalo - *Manual de Investigação Qualitativa*. Lisboa: Pactor, 2021. p. 103-123. ISBN 978-989-693-114-8

SILVA, Carlos Guardado da – “O lugar dos arquivos municipais nas políticas públicas governamentais em Portugal: 1976-2018”. In: RODRIGUES, Ana Célia [et al.] (org.). *Seminário Arquivos Fluminenses no contexto Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite., 2019b. p. 27-48. ISBN 978-85-93253-01-0

UPWARD, Frank – “*In search of the continuum*”. In: *The Records Continuum*, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ARQUIVOS MUNICIPAIS

OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS A SUL DO TEJO

Caro responsável do arquivo municipal,

Chamo-me Alexandra Centenico, sou aluna do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

O presente questionário, elaborado no âmbito da dissertação de mestrado com o tema “Os Profissionais da Informação nos arquivos municipais a sul do Tejo”, orientada pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, dirige-se aos arquivos municipais cujo território se situa na margem sul do Tejo.

Pretende-se conhecer os recursos humanos existentes nos arquivos municipais quanto ao seu número, formação, categoria profissional, sexo e faixa etária.

Apenas com a sua colaboração será possível a recolha e, posterior análise de dados confiáveis sobre a atual situação dos arquivos municipais, contribuindo para uma radiografia efetiva do território.

Caso surja alguma dúvida no preenchimento, ou necessite de algum esclarecimento, encontro-me disponível através do e-mail: pi.arquivosmunicipais.sul@gmail.com

A sua colaboração é fundamental para a concretização deste estudo!

Muito obrigada!

Com os melhores cumprimentos,

Alexandra Centenico

1. Email

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO MUNICIPAL

Ordenado alfabeticamente

2. Das opções, em qual dos municípios integra a instituição onde exerce a sua atividade?
 - 1- Alandroal
 - 2- Albufeira
 - 3- Alcácer do Sal
 - 4- Alcochete
 - 5- Alcoutim

- 6- Aljezur
- 7- Aljustrel
- 8- Almada
- 9- Almodôvar
- 10- Alvito
- 11- Arraiolos
- 12- Barrancos
- 13- Barreiro
- 14- Beja
- 15- Borba
- 16- Castro Marim
- 17- Castro Verde
- 18- Cuba
- 19- Estremoz
- 20- Évora
- 21- Faro
- 22- Ferreira do Alentejo
- 23- Grândola
- 24- Lagoa
- 25- Lagos
- 26- Loulé
- 27- Mértola
- 28- Moita
- 29- Monchique
- 30- Montemor-o-Novo
- 31- Montijo
- 32- Mora
- 33- Moura
- 34- Mourão
- 35- Odemira
- 36- Olhão
- 37- Ourique
- 38- Palmela
- 39- Portel
- 40- Portimão
- 41- Redondo
- 42- Reguengos de Monsaraz
- 43- Santiago do Cacém
- 44- São Brás de Alportel
- 45- Seixal
- 46- Serpa
- 47- Sesimbra
- 48- Setúbal
- 49- Silves
- 50- Sines
- 51- Tavira
- 52- Vendas Novas

- 53- Viana do Alentejo
- 54- Vidigueira
- 55- Vila do Bispo
- 56- Vila Real de Santo António
- 57- Vila Viçosa

3. Indique o número de habitantes do município?

4. Indique o número total de colaboradores do município?

5. O arquivo municipal está aberto ao público?

Sim

Não

6. Se respondeu afirmativamente, indique a data de abertura do arquivo municipal ao público?

7. Indique qual o horário de funcionamento?

Horário normal de funcionamento, incluindo horas de almoço. Caso se aplique poderá também indicar o horário praticado tendo em conta a atual situação de Covid-19.

ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

8. O arquivo municipal em que se integra possui algum tipo de regulamento arquivístico?

Sim

Não

9. Se sim, qual dos abaixo abrange?

Marcar tudo o que for aplicável.

Despacho interno

Diplomas orgânicos

Ordem de serviço

Regulamento Interno

Regulamento publicado em Diário da República

Não se encontra formalmente atribuído

Outra: _____

10. Existe alguma unidade orgânica responsável pela gestão do arquivo municipal?

- Sim
- Não

11. Se a sua resposta foi afirmativa, indique qual se aplica?

- Área
- Departamento
- Divisão
- Núcleo
- Secção

12. Indique a designação adotada?

13. Relativamente à aplicação do Plano de Classificação da Informação arquivística da Administração Local (PCIAAL), o mesmo encontra-se:

- Aplicado
- Praticamente aplicado
- Pondera
- Não considera
- Outra: _____

14. O arquivo municipal localiza-se em mais do que um polo?

- Sim
- Não

15. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique quantos?

CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

16. O arquivo municipal onde desempenha funções tem certificação de qualidade?

- Sim
- Não

LIMITAÇÕES DE ACESSO DA DOCUMENTAÇÃO / INFORMAÇÃO

17. Existe algum tipo de limitação de acesso à documentação / informação do arquivo municipal?

- Sim
- Não

18. Dos fatores abaixo mencionados, selecione os que considera condicionantes ao acesso da documentação / informação:

Marcar tudo o que for aplicável.

- Ausência de recursos humanos
- Ausência de recursos financeiros
- Carência de recursos humanos especializados
- Conservação e preservação da documentação indevida / inexistente
- Dificuldades na organização da informação / documentação
- Infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento / armazenamento da documentação
- Processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes
- Outra: _____

SUPORTES UTILIZADOS PARA CONSULTA PRESENCIAL

19. Quais os suportes facultados para consulta presencial de documentação / informação do arquivo municipal?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Originais
- Suporte digital
- Microfilme
- Não aplicável
- Outra: _____

REPRODUÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

20. A instituição possui serviços próprios de reprodução de documentos?

- Sim
- Não

21. Se respondeu afirmativamente, efetua reproduções por:

Marcar tudo o que for aplicável.

- Fotocópia
- Digitalização
- Outra: _____

RECURSOS HUMANOS AFETOS AO ARQUIVO MUNICIPAL

Pretende-se conhecer os recursos humanos afetos ao arquivo municipal quanto ao seu número, formação, categoria profissional, sexo e faixa etária.

22. Indique o número de colaboradores que possuem Doutorado em Ciência da Informação (variante Arquivo) ou equivalente, bem como a(s) categoria(s) profissional(ais), sexo e idade correspondentes.

Separe as respostas por vírgula. Ex: 1, técnico superior, feminino, 45. Caso não se aplique insira o número 0 (zero).

23. Indique o número de colaboradores que possuem Doutorado em outras áreas do conhecimento, bem como a(s) categoria(s) profissional(ais), sexo e idade correspondentes.

Separe as respostas por vírgula. Ex: 1, técnico superior, feminino, 45. Caso não se aplique insira o número 0 (zero).

24. Indique o número de colaboradores que possuem Mestrado em Ciência da Informação (variante Arquivo) ou equivalente, bem como a(s) categoria(s) profissional(ais), sexo e idade correspondentes.

Separe as respostas por vírgula. Ex: 1, técnico superior, feminino, 45. Caso não se aplique insira o número 0 (zero).

25. Indique o número de colaboradores que possuem Mestrado em outras áreas do conhecimento, bem como a(s) categoria(s) profissional(ais), sexo e idade correspondentes.

Separe as respostas por vírgula. Ex: 1, técnico superior, feminino, 45. Caso não se aplique insira o número 0 (zero).

26. Indique o número de colaboradores com Pós-Graduação em Ciência da Informação (variante arquivo) ou equivalente, bem como a(s) categoria(s) profissional(ais), sexo e idade correspondentes.

Separe as respostas por vírgula. Ex: 1, técnico superior, feminino, 45. Caso não se aplique insira o número 0 (zero).

27. Indique o número de colaboradores com Pós-Graduação em outras áreas do conhecimento, bem como a(s) categoria(s) profissional(ais), sexo e idade correspondentes.

Separe as respostas por vírgula. Ex: 1, técnico superior, feminino, 45. Caso não se aplique insira o número 0 (zero).

28. Indique o número de colaboradores que possuem Licenciatura / Bacharelato em Ciência da Informação (variante arquivo) ou equivalente, bem como a(s) categoria(s) profissional(ais), sexo e idade correspondentes.

Separe as respostas por vírgula. Ex: 1, técnico superior, feminino, 45. Caso não se aplique insira o número 0 (zero).

29. Indique o número de colaboradores que possuem Licenciatura / Bacharelato em outras áreas do conhecimento, bem como a(s) categoria(s) profissional(ais), sexo e idade correspondentes.

Separe as respostas por vírgula. Ex: 1, técnico superior, feminino, 45. Caso não se aplique insira o número 0 (zero).

30. Indique o número de colaboradores que possuem o 12º ano de escolaridade, bem como a(s) categoria(s) profissional(ais), sexo e idade correspondentes.
Separe as respostas por vírgula. Ex: 1, assistente técnico, feminino, 45. Caso não se aplique insira o número 0 (zero).
-

31. Indique o número de colaboradores que possuem o 9º ano de escolaridade, bem como a(s) categoria(s) profissional(ais), sexo e idade correspondentes.
Separe as respostas por vírgula. Ex: 1, assistente técnico, feminino, 45. Caso não se aplique insira o número 0 (zero).
-

32. Existem colaboradores que possuam outra formação que não se enquadre nas referidas anteriormente?
- Sim
- Não

33. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique quantos, qual a formação bem como a(s) categoria(s) profissional(ais), sexo e idade correspondentes.
Separe as respostas por vírgula. Ex: 1, assistente técnico, feminino, 45.
-

RECURSOS HUMANOS

Pretende-se saber se existiu algum reforço nos Recursos Humanos sem vínculo permanente.

34. O arquivo municipal recebeu nos últimos 2 anos algum colaborador que reforçasse a sua equipa a nível de Recursos Humanos?
Exemplo: Estágio, projeto, transferência temporária, ou outro tipo de colaboração sem vínculo permanente.
- Sim
- Não

35. Se sim, indique quantos, qual o tipo de colaboração e a sua duração?
-

QUANTO AO RESPONSÁVEL DO ARQUIVO MUNICIPAL

Pretende-se conhecer a formação, sexo e faixa etária do responsável pelo arquivo municipal.

36. Indique a sua formação:

- Doutoramento em CDI
- Doutoramento em outras áreas do conhecimento
- Mestrado em CDI (variante arquivo) ou equivalente
- Mestrado em outras áreas do conhecimento
- Pós-graduação em CDI (variante arquivo) ou equivalente
- Pós-graduação em outras áreas do conhecimento
- Licenciatura / Bacharelato em CDI (variante arquivo) ou equivalente
- Outra Licenciatura / Bacharelato
- 12º ano de escolaridade
- 9º ano de escolaridade
- Outra: _____

37. Indique o sexo do responsável do arquivo municipal:

- Feminino
- Masculino

38. Indique a faixa etária:

- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- ≥ 61

PROGRAMAS DE INCENTIVO

39. A instituição onde exerce a sua atividade candidatou-se ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM)?

- Sim
- Não

40. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, a candidatura foi aceite e a implementação do processo concluída?

- Sim
- Não

41. O arquivo municipal antes da candidatura ao programa já possuía técnico superior?

- Sim
- Não

42. Durante o processo de candidatura ao PARAM, o arquivo municipal integrou algum técnico superior?

- Sim
- Não

AÇÕES DE FORMAÇÃO

43. Nos últimos 2 anos os colaboradores afetos ao arquivo municipal em que se insere tiveram algum tipo de formação?

Sim

Não

44. Se a sua resposta anterior foi afirmativa, esclareça a quem se destinam normalmente as formações?

Marcar tudo o que for aplicável.

Técnicos Superiores

Assistentes Técnicos

Assistentes Operacionais

45. Quais os temas abordados nessas formações?

Exemplo: Avaliação em arquivos; Classificação; Expediente; Gestão da qualidade; Introdução às técnicas de arquivo; Modernização administrativa, etc.

46. Existem no município colaboradores com formação na área da Ciência da Informação e / ou na área de arquivo que não exerçam a função? *

Pretende-se saber se existem no município colaboradores com formação na área da Ciência da Informação ou equivalente ligados a outras divisões, departamentos, núcleos ou seções que exerçam outro tipo de funções que não estejam ligadas ao arquivo municipal.

47. Se respondeu afirmativamente, indique quantos:

48. Quais as funções que desempenham:

COMENTÁRIOS / SUGESTÕES

49. Caso queira fazer algum comentário ou sugestão poderá efetuá-lo neste espaço. Pode acrescentar algum comentário que justifique / complemente alguma informação referida anteriormente.

APÊNDICE B – PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO EXISTENTES NOS
ARQUIVOS MUNICIPAIS A SUL DO TEJO: RESULTADOS-SÍNTESE

DISTRITO DE BEJA

ARQUIVO MUNICIPAL DE ALJUSTREL – 2

Pós-graduação em outra área

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

9º ano

1, Assistente Operacional, Feminino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE ALMODÔVAR – 1

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE ALVITO – 1

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 21-30

ARQUIVO MUNICIPAL DE BARRANCOS – 1

9º ano

1, Assistente Técnico, Masculino, ≥ 61

ARQUIVO MUNICIPAL DE BEJA – 2

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

9º Ano

1, Assistente Operacional, Feminino, 51-60

ARQUIVO MUNICIPAL DE CASTRO VERDE – 1

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 31-40

ARQUIVO MUNICIPAL DE CUBA – 1

Licenciatura CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 31-40

ARQUIVO MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO – 3

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 31-40

12º ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

9º ano

1, Assistente Técnico, Masculino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE MÉRTOLA – 2

Mestrado em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

12º Ano

1, Assistente Técnico, Masculino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE MOURA – 6

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Masculino, 51-60

Outra Licenciatura

1, Assistente Operacional, Masculino, 41-50

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

1, Assistente Técnico, Feminino, ≥61

Outra Formação

1, Assistente Operacional, Masculino, 31-40 (4º ano de escolaridade)

ARQUIVO MUNICIPAL DE ODEMIRA – 7

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50 (Técnica Profissional BAD)

1, Assistente Técnico, Feminino, 31-40

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

1, Assistente Operacional, Feminino, 51-60

ARQUIVO MUNICIPAL DE OURIQUE – 2 – Não referem as faixas etárias dos profissionais

12º Ano

- 1, Assistente Técnico, Feminino,
- 1, Assistente Técnico, Masculino,

ARQUIVO MUNICIPAL DE SERPA – 4

Pós-graduação em CDI

- 1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

Licenciatura outras áreas do conhecimento

- 1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

12º Ano

- 1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60
- 1, Assistente Operacional, Feminino, 51-60

ARQUIVO MUNICIPAL DA VIDIGUEIRA – 5

Pós-graduação em outra área do conhecimento

- 1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

12º Ano (1 é Técnica Profissional BAD)

- 1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50
- 1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60
- 1, Assistente Técnico, Feminino, ≥ 61

Reforço RH – 1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60, 12º ano - serviços diversos (resposta a requisição de documentos, digitalização, descrição) mantendo-se até à data.

DISTRITO DE ÉVORA

ARQUIVO MUNICIPAL DO ALANDROAL – 1

12º Ano

- 1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE ARRAIOLOS – 3

Pós-graduação em CDI

- 1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

Licenciatura em outras áreas do conhecimento

1, Assistente Técnico, Masculino, 51-60

1, Técnico Superior, Feminino, ≥61

ARQUIVO MUNICIPAL DE BORBA – 0 Não tem serviço de arquivo

ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTREMOZ - 3

Mestrado em outras áreas do conhecimento

1, Técnico Superior, Feminino, ≥61

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

Licenciatura CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE ÉVORA – 6

Mestrado em outras áreas do conhecimento

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

12º ano

1, Assistente Técnico, Feminino, ≥61

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

1, Assistente Técnico, Masculino, ≥61

9º Ano

1, Assistente Operacional, Feminino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO - 5

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

Pós-graduação em outras áreas do conhecimento

1, Técnico Superior, Feminino, 31-40

12º Ano

1, Assistente Técnico, Masculino, 21-30

1, Assistente Técnico, Masculino, 51-60

9º ano

1, Assistente Operacional, Feminino, 51-60

ARQUIVO MUNICIPAL DE MORA – 0 Não tem serviço de arquivo

ARQUIVO MUNICIPAL DE MOURÃO – 2

Mestrado em CDI

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50 (em regime de avença)

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTEL – 1

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DO REDONDO – 2

Mestrado em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 31-40

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ – 4 Não referem as categorias profissionais, sexo e faixas etárias

Mestrado em CDI - 1

Pós-graduação em CDI - 1

Licenciatura em outras áreas do conhecimento - 1

12º ano - 1

ARQUIVO MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS - Referem a existência de ‘vários profissionais’ em grande parte das respostas, deste modo, não foi possível apurar o número de profissionais da informação existentes.

ARQUIVO MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO – 0 Não tem serviço de arquivo.

ARQUIVO MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA – Não respondeu ao questionário. Em contato telefônico com o serviço de arquivo referiram a existência de 2 profissionais da informação afetos ao serviço de arquivo, contudo nenhum possui formação em ciência da informação, não tendo sido possível identificar as categorias profissionais, sexo e faixas etárias.

DISTRITO DE FARO 81 PI

ARQUIVO MUNICIPAL DE ALBUFEIRA - 6

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

Outra Pós-graduação

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

1, Assistente Técnico, Masculino, 21-30

Outra Licenciatura

1, Técnico Superior, Masculino, 31-40

12º ano

1, Assistente Técnico, Masculino, 51-60

9º ano

1, Assistente Operacional, Masculino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE ALCOUTIM - 1

Outra Pós-graduação

1, Assistente Técnico, Feminino, 31-40

ARQUIVO MUNICIPAL DE ALJEZUR – 2

Licenciatura em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 21-30

12º ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

ARQUIVO MUNICIPAL DE CASTRO MARIM – 0 Não possui serviço de arquivo

ARQUIVO MUNICIPAL DE FARO – 2

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

9º ano

1, Assistente Técnico, Masculino, 51-60

ARQUIVO MUNICIPAL DE LAGOA – 6

Mestrado em CDI

1, Técnico Superior, Masculino, 31-40

Pós-graduação CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

12º ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

9º ano

1, Assistente Operacional, Masculino, 51-60

Outra Formação

1, Assistente Operacional, Feminino, 41-50

1, Assistente Operacional, Masculino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE LAGOS – 7

Doutoramento noutra área

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

Mestrado em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

12º ano

1, Coordenador Técnico, Masculino, ≥ 61

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

1, Assistente Técnico, Feminino, ≥ 61

Outra formação

1, Assistente Operacional, Feminino, ≥ 61 (6º ano de escolaridade)

ARQUIVO MUNICIPAL DE LOULÉ – 21

Doutoramento em CDI

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50 (Arquivo/Expediente)

Pós-graduação em CDI

1, Assistente Técnico, Feminino, 31-40 (Arquivo)

1, Técnico Superior, Feminino, 31-40 (Arquivo)

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60 (Arquivo)

Bacharelato

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

Licenciatura

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

12º ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50 (Expediente)

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50 (Expediente)

1, Assistente Técnico, Feminino, ≥61 (Expediente)

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50 (Arquivo)

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60 (Arquivo)

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60 (Expediente)

1, Assistente Técnico, Feminino, ≥61 (Expediente)

1, Assistente Técnico, Masculino, 41-50 (Arquivo)

1, Assistente Técnico, Masculino, 31-40 (Arquivo)

11º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60 (Expediente)

1, Assistente Técnico, Feminino, ≥61 (Expediente)

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60 (Arquivo)

9º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60 (Expediente)

1, Assistente Operacional, Feminino, 51-60 (Arquivo)

1, Assistente Técnico, Feminino, ≥61 (Expediente)

ARQUIVO MUNICIPAL DE MONCHIQUE – 0 Não possui serviço de arquivo

ARQUIVO MUNICIPAL DE OLHÃO – 6

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

Outra Pós-graduação

1, Técnico Superior, Masculino, 31-40

Licenciatura outra área

1, Técnico Superior, Masculino, 51-60

1, Técnico Superior, Masculino, 31-40

12ºAno

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50 (Em Mobilidade)

1, Assistente Operacional, Feminino, 31-40

ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTIMÃO – 7

Mestrado em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 31-40

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

1, Assistente Técnico, Feminino, ≥61

1, Assistente Técnico, Masculino, 51-60

1, Assistente Técnico, Masculino, 51-60

ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL – 2

12º Ano

1, Coordenador Técnico, Feminino, 51-40

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE SILVES – 6

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 31-40

Licenciatura Outra Área

1, Assistente Técnico, Feminino, 31-40

12º Ano

1, Coordenador Técnico, Feminino, ≥61

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

9º Ano

1, Assistente Operacional, Feminino, 51-60

1, Assistente Operacional, Masculino, 51-60

ARQUIVO MUNICIPAL DE TAVIRA – 4

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

12º ano

1, Assistente Técnico, Masculino, 41-50

1, Assistente Operacional, Feminino, 51-60

Outra Formação

1, Assistente Operacional, Masculino, ≥61

ARQUIVO MUNICIPAL DE VILA DO BISPO – 1

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – 10

Mestrado em Outra Área

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

Licenciatura Outra Área

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

1, Técnico Superior, Feminino, ≥61

12º Ano

1, Assistente Técnico, Masculino, ≥61

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

1, Assistente Técnico, Feminino, ≥61

Outra Formação

1, Assistente Técnico, Masculino, ≥61

DISTRITO DE SETÚBAL

ARQUIVO MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL – 7

Doutoramento em Outras áreas do conhecimento

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

Mestrado CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

12º Ano - Referem que as idades variam entre os 27 e 60 anos, não foi possível apurar as faixas etárias individualmente:

1, Assistente Técnico, Masculino,

1, Assistente Técnico, Feminino,

1, Assistente Técnico, Feminino,

1, Assistente Técnico, Feminino,

1, Assistente Técnico, Feminino,

ARQUIVO MUNICIPAL DE ALCOCHETE – 0 Não tem serviço de arquivo

ARQUIVO MUNICIPAL DE ALMADA – 10

Pós-Graduação em CDI

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

Pós-graduação outras áreas do conhecimento

1, Técnico Superior, Masculino, ≥ 61

Licenciatura outras áreas do conhecimento

1, Técnico Superior, Feminino, 31-40

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

1, Assistente Técnico, Feminino, 21-30

ARQUIVO MUNICIPAL DO BARREIRO - 6

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

Licenciatura em outras áreas do conhecimento

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

1, Técnico Superior, Masculino, 51-60

1, Técnico Superior, Masculino, 51-60

ARQUIVO MUNICIPAL DE GRÂNDOLA – 4

Mestrado CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 31-40

Licenciatura em outras áreas do conhecimento

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

12º Ano

1, Assistente Técnico, Masculino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DA MOITA – 6

Pós-graduação CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

Pós-graduação em outras áreas do conhecimento

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

Outra Licenciatura

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

ARQUIVO MUNICIPAL DO MONTIJO – 5

Mestrado em outras áreas do conhecimento

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

12º Ano

1, Assistente Técnico, Masculino, 41-50

1, Assistente Técnico, Masculino, 51-60

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

9º Ano

1, Assistente Operacional, Feminino, 51-60

ARQUIVO MUNICIPAL DE PALMELA – 5

Mestrado em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

9º Ano

1, Assistente Operacional, Feminino, 41-50

Colaboradores com outra formação que não se enquadram nas anteriores: 2

1, Assistente Técnico, Masculino, 41-50 (Curso Técnico-Profissional de Biblioteca)

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60 (Curso Técnico-Profissional de Biblioteca)

ARQUIVO MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM – 9

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 51-60

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

1, Assistente Técnico, Feminino, 31-40

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50

9º Ano

1, Assistente Operacional, Feminino, 41-50

Outra Formação

1, Assistente Operacional, Feminino, ≥61

1, Assistente Operacional, Masculino, ≥61

ARQUIVO MUNICIPAL DO SEIXAL – 5

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

1, Técnico Superior, Feminino, ≥61

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50 (Arquivo)

1, Assistente Técnico, Feminino, 41-50 (Generalista)

9º Ano

1, Assistente Operacional, Feminino, 51-60

ARQUIVO MUNICIPAL DE SESIMBRA - 5

Mestrado em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 51-60

1, Técnico Superior, Feminino, 31-40

Licenciatura em outras áreas do conhecimento

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

1, Técnico Superior, Feminino, 41-50

12º Ano

1, Assistente Operacional, Feminino, 41-50

ARQUIVO MUNICIPAL DE SETÚBAL – 6 Não referem as categorias profissionais, sexo e faixas etárias

Pós-graduação em CDI

1,

12º Ano

1,

9º Ano

4 profissionais da informação

ARQUIVO MUNICIPAL DE SINES – 5

Doutoramento em CDI

1, Técnico Superior, Feminino, 31-40

Pós-graduação em CDI

1, Técnico Superior, Masculino, 41-50

12º Ano

1, Assistente Técnico, Feminino, 31-40

1, Assistente Técnico, Feminino, 31-40

1, Assistente Técnico, Masculino, 41-50

APÊNDICE C - RESPONSÁVEIS PELOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DO SUL DE PORTUGAL: RESULTADOS-SÍNTESE

| Distrito | Município | Formação | Sexo | Faixa etária |
|-----------------|-----------------------|--|-------------|---------------------|
| Beja | Aljustrel | Pós-Graduação de outras áreas do conhecimento | Feminino | 41-50 |
| Beja | Almodôvar | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 41-50 |
| Beja | Alvito | Mestrado de outras áreas do conhecimento | Feminino | 21-30 |
| Beja | Barrancos | 9º ano de escolaridade | Masculino | ≥ 61 |
| Beja | Beja | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 41-50 |
| Beja | Castro Verde | Doutoramento de outras áreas do conhecimento | Masculino | 31-40 |
| Beja | Cuba | Licenciatura / Bacharelato em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 31-40 |
| Beja | Ferreira do Alentejo | Mestrado de outras áreas do conhecimento | Feminino | 41-50 |
| Beja | Mértola | 12º ano de escolaridade | Masculino | 41-50 |
| Beja | Moura | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Masculino | 51-60 |
| Beja | Odemira | Licenciatura / Bacharelato em outra área conhecimento - Chefe de Divisão | Masculino | 41-50 |
| Beja | Ourique | 12º ano de escolaridade | Feminino | 51-60 |
| Beja | Serpa | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Masculino | 41-50 |
| Beja | Vidigueira | Pós-Graduação de outras áreas do conhecimento | Masculino | 41-50 |
| Évora | Alandroal | 12º ano de escolaridade | Feminino | 41-50 |
| Évora | Arraiolos | Pós-Graduação de outras áreas do conhecimento | Feminino | 41-50 |
| Évora | Estremoz | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 51-60 |
| Évora | Évora | Mestrado de outras áreas do conhecimento | Feminino | 51-60 |
| Évora | Montemor-o-Novo | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 41-50 |
| Évora | Mourão | Mestrado em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Masculino | 41-50 |
| Évora | Portel | Mestrado em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 31-40 |
| Évora | Redondo | Mestrado em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 31-40 |
| Évora | Reguengos de Monsaraz | Mestrado em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Masculino | 41-50 |
| Évora | Vendas Novas | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 31-40 |

| | | | | |
|---------|----------------------------|---|-----------|-------|
| Faro | Albufeira | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 41-50 |
| Faro | Alcoutim | Mestrado de outras áreas do conhecimento | Feminino | 41-50 |
| Faro | Aljezur | Licenciatura / Bacharelato em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 21-30 |
| Faro | Faro | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Masculino | 41-50 |
| Faro | Lagoa | Mestrado em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Masculino | 31-40 |
| Faro | Lagos | Mestrado em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 41-50 |
| Faro | Loulé | Doutoramento em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Masculino | 41-50 |
| Faro | Olhão | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 41-50 |
| Faro | Portimão | Mestrado em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 41-50 |
| Faro | São Brás de Alportel | Outra Licenciatura / Bacharelato | Feminino | 41-50 |
| Faro | Silves | 12º ano de escolaridade | Feminino | ≥ 61 |
| Faro | Tavira | Pós-Graduação de outras áreas do conhecimento | Feminino | 41-50 |
| Faro | Vila do Bispo | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Masculino | 41-50 |
| Faro | Vila Real de Santo António | Mestrado outras áreas (Património Cultural) - chefe de divisão | Masculino | 41-50 |
| Setúbal | Alcácer do Sal | Mestrado em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 51-60 |
| Setúbal | Almada | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 41-50 |
| Setúbal | Barreiro | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 51-60 |
| Setúbal | Grândola | Mestrado em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 31-40 |
| Setúbal | Moita | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 41-50 |
| Setúbal | Montijo | Mestrado de outras áreas do conhecimento | Masculino | 41-50 |
| Setúbal | Palmela | Mestrado em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 51-60 |
| Setúbal | Santiago do Cacém | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 51-60 |
| Setúbal | Seixal | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 51-60 |
| Setúbal | Sesimbra | Mestrado em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 51-60 |
| Setúbal | Setúbal | Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Masculino | 41-50 |
| Setúbal | Sines | Doutoramento em CDI (variante Arquivo) ou equivalente | Feminino | 31-40 |

